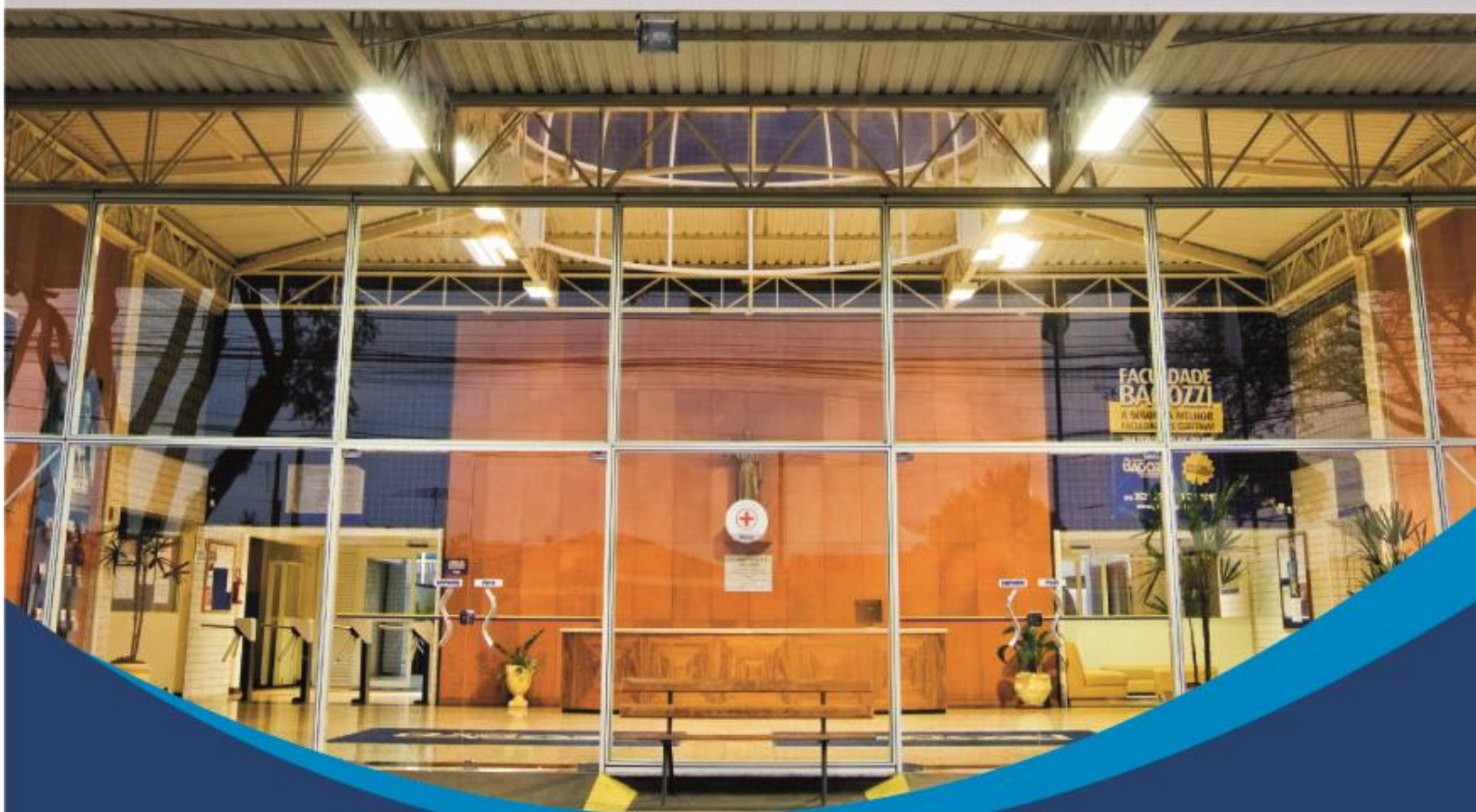


ISSN 1807 - 2038

faculdade
BAGOZI

Escritos

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS



Vol. 10 - Nº 02 - Julho / Dezembro / 2014

ESCRITOS
Revista de Ciências Humanas

ISSN: 1807-2038

Publicação da área da Educação e Ciências Humanas da Faculdade Padre João Bagozzi.

Editoração:

Capa / Cover: Priory Comunicação

Planejamento Gráfico / Graphic Designer: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão.

Revisão / Revision: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão.

Bibliotecária / Librarian: Íris Labonde

As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

All articles are full responsibility of their authors.

Solicita-se permuta / *Se solicita el intercambio / Exchange is request / Se sollicite échange /*

Lo scambio è chiesto.

Catálogo na fonte

Escritos – Revista de Ciências Humanas / Grupo Educacional Padre João Bagozzi – v. 10, n. 2 (jul/dez. 2014) - Curitiba: Editora Bagozzi, 2014.

Semestral

ISSN 1807-2038

1. Filosofia – Ciências Humanas. Faculdade Padre João Bagozzi – Núcleo de Inovação Pesquisa e Extensão.

CDD 100

Faculdade Padre João Bagozzi

Superintendente / Superintendent

Pe. Sérgio José de Sousa, osj

Diretor Geral / Director General

Prof. Douglas Oliani

Comissão Editorial / Executive Commite

Pe. Ms. Alberto Santiago, osj.
Prof. Dr. Almir Sandro Rodrigues
Prof. Ms. Humberto Silvano Herrera Contreras

Conselho Científico

Prof. Dr. Delcio Junkes – UFPR
Prof. Dr. Osmar Ponchirolli – FAE
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – IFPR
Prof. Dr. Geysongley Germinari – UNICENTRO
Prof. Denilson Aparecido Rossi – ITECNE
Prof. Ms. Mauro Negro, osj – PUCSP
Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro - UNINTER
Prof. Dr. Lafaiete Santos Neves – UFPR
Prof^a. Dr^a. Silvana Maria Escorsim – UNIBRASIL
Prof. Dr. Gaspar Collet Pereira – FACEAR
Prof. Dr. Edson Pedro Ferlin – SPEI
Prof^a. Dr^a. Nara Luz Chierighini Salamunes – BAGOZZI e Prefeitura Municipal de Curitiba
Prof^a. Dr^a. Claudia Cristina Lopes Machado – Universidade POSITIVO
Prof^a. Dr^a. Ana Marise Auer - BAGOZZI
Prof. Dr. Guido Maria Miglietta, osj – Universidade Católica de Roma
Prof. Dr. Tarcisio Stramare, osj – Pontificia Università Urbaniana (Roma)

Todos os direitos reservados à Faculdade Padre João Bagozzi.
A reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo,
sem a citação da fonte, constitui crime.

Correspondência e Assinatura / *Letters and subscription*

Faculdade Padre João Bagozzi
Escritos – Revista de Ciências Humanas
Rua Caetano Marchesini, 952
Portão – Curitiba – Paraná
CEP.: 81070-110
E-mail: escritos@faculdadebagozzi.edu.br

Copyright 2008
Congregação dos Oblatos de São José
Rua João Bettega, 796
Portão – Curitiba – Paraná
Tel.: (41) 3521-2727

ESCRITOS
Revista de Ciências Humanas

SUMÁRIO

Editorial	7
As “ações afirmativas” no acesso e permanência nas universidades brasileiras: a experiência da universidade Federal do Pará	9
<i>Júnia de Barros Braga Vasconcelos</i>	
Produção no campo, comida no prato: análise da evolução das chamadas públicas destinadas à agricultura familiar no Estado do Paraná	20
<i>Islandia bezerra</i>	
<i>Aline Fernandes de Souza dos Santos</i>	
<i>Angelita Avi Pugliesi</i>	
<i>Monica de Caldas Rosa dos Anjos</i>	
São José nos Evangelhos apócrifos	36
<i>Elenira Aparecida Cunha Moreira</i>	
Fatores de contribuição para estratégia de crescimento da cooperativa de crédito SICREDI	59
<i>Patrícia Aparecida Dapper de Mello</i>	
<i>Tatiane Antonovz</i>	
<i>Michael Dias Correa</i>	
<i>Daniel Ferreira dos Santos</i>	
Estratégias de reprodução socioeconômica a partir do sistema socioprodutivo agroecológico	76
<i>Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa</i>	
<i>André Maia Gomes Lages</i>	
<i>Tatiana Frey Biehl Brandão</i>	
Índice de sentimento do investidor e a relação entre valor contábil e valor de mercado das empresas	94
<i>Maickel Maffezzolli</i>	
<i>Miriam Lipinski de Souza</i>	
<i>Wesley Vieira da Silva</i>	
Sobre a Revista Escritos.	105

EDITORIAL

A **Escritos – Revista de Ciências Humanas**, publicação da Faculdade Padre João Bagozzi, tem por meta organizar um espaço para o debate entre as várias áreas das Humanidades e a análise multidisciplinar dos diversos campos do conhecimento. Essa multiplicidade de leituras e reflexões permite a construção de diálogos entre os potenciais e limites da ciência, em suas interfaces com a realidade. A Revista Escritos abre espaço para essas múltiplas leituras.

Iniciamos essa edição com o trabalho *“As ações afirmativas no acesso e permanência nas Universidades Brasileiras: a experiência da Universidade Federal do Pará”*, de Júnia de Barros Braga Vasconcelos. O presente artigo “aborda como se desenvolveram historicamente as “ações afirmativas” para o acesso e permanência no ensino superior, visando reduzir as desigualdades sociais e étnicas presentes no Brasil, observando como elas foram implementadas, especificamente, na experiência da Universidade Federal do Pará (UFPA)”.

Seguimos com o trabalho de Islândia Bezerra, Aline Fernanda de Souza dos Santos, Angelita Avi Pugliesi e Mônica de Caldas Rosa dos Anjos; intitulado *“Produção no campo, comida no prato: análise da evolução das chamadas públicas destinadas à agricultura familiar no Estado do Paraná”*. O estudo objetivou “analisar a evolução das Chamadas Públicas de compra de produtos/alimentos provenientes da agricultura familiar no estado do Paraná entre os anos de 2010 e 2013”.

Depois, Elenira Aparecida Cunha Moreira apresenta seu trabalho *“São José nos Evangelhos Apócrifos”*. Nesse artigo “pretende-se considerar a figura de São José nos sete evangelhos apócrifos denominados evangelhos da infância que são: Proto-Evangelho de Thiago, Evangelho do Pseudo-Tomé, Evangelho do Pseudo-Mateus, Evangelho árabe da infância, Evangelho armênio da infância, Livro da natividade de Maria e História de José, o carpinteiro”.

Na sequência, o artigo *“Fatores de contribuição para a estratégia de crescimento da Cooperativa de Crédito SICREDI”*, de Patrícia Aparecida Dapper de Mello, Tatiane Antonovz, Michael Dias Correa e Daniel Ferreira dos Santos. A presente pesquisa “tem o seguinte questionamento: Quais os fatores que se observam como sendo estratégias de crescimento em uma Cooperativa de Crédito?” Por sua vez, “o objetivo geral é entender quais são os fatores contributivos para a estratégia de crescimento do SICREDI. Os objetivos específicos são os seguintes: Comparar as características deste Sicredi com outros de outras regiões, faturamento, número e características dos associados; e, Verificar fatores que contribuem para o crescimento da cooperativa de crédito, evidenciando aspectos positivos e negativos de sua adoção”.

Continuamos com o trabalho *“Estratégias de Reprodução Socioeconômica a partir do Sistema Socioprodutivo Agroecológico”*, de Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, André Maia Gomes Lages e Tatiana Frey Biehl Brandão. O objetivo desse artigo “é demonstrar que o sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa importante alternativa para a construção de estratégias de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares. Como universo de pesquisa foram selecionados, de forma aleatória, para aplicação de questionário semiestruturados e para a observação 19 agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, da Rede Ecovida de Agroecologia, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná”.

Por fim, o artigo *“Índice de Sentimento do Investidor e a relação entre o Valor Contábil e Valor de Mercado das Empresas”*, de Maickel Maffezzolli, Mirian Lipinski de Souza e Wesley Vieira da Silva. Este trabalho tem por objetivo “avaliar o relacionamento existente entre o valor do IPO e o valor contábil das empresas e para alcançar este objetivo buscou-se: realizar o tratamento descritivo das variáveis estudadas; analisar a influência do ICEI, ICC, Ibovespa, Selic e PIB no *spread* por meio da criação de um índice de sentimento do investidor e

verificar a relação entre as séries índice de sentimento e *spread*. O período estudado foi do primeiro trimestre de 2009 ao quarto trimestre de 2013”.

Agradecemos também a todos os autores que nos agradeceram com seus artigos, esperando que em breve possamos nos encontrar novamente.

Desejando uma boa leitura, esperamos, com mais esta edição de **Escritos** - Revista de Ciências Humanas, da Faculdade Padre João Bagozzi, atingir nosso objetivo de educar para a fraternidade.

Corpo Editorial

AS “AÇÕES AFIRMATIVAS” NO ACESSO E PERMANÊNCIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Júnia de Barros Braga Vasconcelos¹

RESUMO

A garantia do ensino superior gratuito por parte do Estado é o investimento na potencialidade de fortalecimento identitário, tecnológico e produtivo de um povo. Diante de um histórico de desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil, as “ações afirmativas” desenvolvidas nas últimas décadas, em meio a muitas polêmicas, apresenta a garantia de oportunidade a pessoas socialmente desfavorecidas, e a Universidade Federal do Pará tem implementado estas ações na expansão do acesso e permanência em seus cursos de graduação.

Palavras-chave: Acesso. Permanência. Universidade.

¹ Mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Santa Fé – AR. Professora de Artes Visuais da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará – UFPA, atuando nos projetos de ensino, pesquisa e extensão “Arte em movimento” e “Arte, História e Cultura em Ambientes Virtuais”. <http://lattes.cnpq.br/9140027563287921>

1 INTRODUÇÃO

O saber científico e tecnológico enquanto contribuição da educação superior, segundo CAMPO (2011, p. 169), “constituye el principal ‘capital intelectual’ de una acción y base necesaria para el desarrollo de las fuerzas productivas”. Para que esse desenvolvimento aconteça plenamente, é preciso que o Estado valorize o ensino superior em sua função social, reconhecendo sua importância não só para a vida laboral, mas para a consolidação da identidade cultural e integração social de seu povo, apoiando sua expansão com fins no aumento do número de pessoas com ensino universitário nos mais variados setores da sociedade, bem como financiando pesquisas científico-tecnológicas que alavanquem o crescimento do país.

O histórico do ensino superior, no Brasil, é marcado pela desvalorização no período colonial, seguido por quase dois séculos de elitização, atendendo a princípio uma pequena classe dominante. Nas últimas décadas, as conquistas pelos direitos humanos asseguraram o crescimento de universidades públicas e gratuitas, favorecendo o aumento da população universitária por meio do estabelecimento de políticas educacionais que atendam à necessidade, sobretudo, da faixa mais pobre da população.

O presente artigo aborda como se desenvolveram historicamente as “ações afirmativas” para o acesso e permanência no ensino superior, visando reduzir as desigualdades sociais e étnicas presentes no Brasil, observando como elas foram implementadas, especificamente, na experiência da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: OS ENTRAVES E AS “AÇÕES AFIRMATIVAS”

Apenas uma pequena parcela dos que concluem a educação básica em escolas públicas consegue ingressar em uma instituição de ensino superior no Brasil, pois encontram uma grande barreira: o vestibular. Enquanto alguns países latino-americanos tem um histórico democrático de acesso massivo às universidades públicas, no Brasil, selecionar os que terão direito ao mais alto nível de educação do sistema de ensino gratuito tem sido uma problemática, principalmente por ser considerado o de melhor qualidade.

Nesta peneira onde a competitividade é acirrada, os alunos provenientes das escolas públicas já saem em desvantagem devido ao menor preparo recebido em relação aos que tiveram melhores condições de estudo em escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares. As universidades públicas são as mais disputadas, pois além de serem gratuitas, no geral apresentam melhor estrutura e um quadro docente mais qualificado. O resultado é que grande parte das vagas nos cursos mais promissores dessas universidades são ocupadas por alunos egressos da rede particular e aos que não conseguem ocupar as vagas que sobram, resta entrar na disputa das universidades particulares.

Assim, por um lado as universidades públicas viraram um espaço para uma elite minoritária, e as particulares o refúgio para os demais, configurando uma inversão de valores e prioridades, pois, na maioria das vezes, quem não teve condições de pagar pela educação básica, também não poderia pagar as mensalidades praticadas pelas IES privadas, gerando um alto índice de inadimplência e evasão.

Para alguns, a solução deste problema estaria no oferecimento massivo de uma educação básica de qualidade que proporcione aos estudantes a possibilidade de ingresso por mérito ao ensino superior. Mas a realidade que se tem percebido no Brasil é que, apesar dos

vários programas de cunho social implementados pelo governo e do financiamento recebido pelas escolas (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB), detecta-se por meio da Provinha Brasil, que avalia o Ensino Fundamental, e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que a realidade existente é de um ensino básico público ainda cheio de deficiências.

Discussões sobre “como compatibilizar mérito e igualdade de oportunidades em uma sociedade profundamente desigual, acaba por reforçar, muitas vezes, diferenças iniciais ligadas às diversas condições de vida das classes sociais brasileiras” (ALMEIDA, s.d., p. 01). A meritocracia é um elemento básico do capitalismo, porém, mesmo numa sociedade democrática, onde a premissa é a igualdade, o que se alcança por mérito gera uma desigualdade, porém uma desigualdade justa ou legal. É neste ponto que muito se discutiu nas últimas décadas em torno do termo equidade, pois mesmo que se proponha a igualdade de oportunidades, um sujeito em condições de desfavorecimento não conseguirá aproveitá-la da mesma forma que os demais. Desenvolver a equidade seria oferecer mais a quem tem menos, para que este venha a ter as mesmas condições de aproveitar as oportunidades de educação, lazer e trabalho que os demais, segundo propõem as “ações afirmativas”.

“Ações afirmativas” é um termo que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, e refere-se a políticas públicas ou privadas de combate à desigualdade estrutural de grupos mais vulneráveis à discriminação, com a finalidade de oferecer compensação aos que foram prejudicados por ela, tendo como principal alvo as minorias étnicas, pessoas portadoras de necessidades especiais e mulheres (VASCONCELOS, 2005). Como nos afirma ANCHIETA (2008, p. 31), as “ações afirmativas nada mais são do que um conjunto de ações que concentram suas forças na tentativa de correção da situação de desvantagem sofrida por qualquer grupo alvo de preconceitos e na promoção de uma sociedade democrática”. No Brasil, cotas de participação foram implantadas na última década na esfera eleitoral, em concursos públicos, no mercado de trabalho em geral e no sistema educacional, especialmente no ensino superior, como veremos a seguir.

3 UM HISTÓRICO DE DESIGUALDADE NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO

Desde a implantação do ensino superior no Brasil, no período imperial, havia restrições no acesso, sendo necessário que o candidato frequentasse o Colégio Pedro II, ou mediante exames preparatórios ofertados pela iniciativa privada nas províncias. Porém, a partir de 1911, é implantado o início do exame admissional às escolas superiores por meio de reformas na legislação educacional, entre elas a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, que os denomina *exames vestibulares*, onde um conjunto de rigorosas provas escritas e orais eliminava os candidatos desde o ginásio até o concurso vestibular (ALMEIDA, s.d.). O ensino superior, que era exclusividade de uma elite, começa a apresentar uma lenta mudança a partir de 1930, com o ingresso de estudantes de extratos superiores da camada média, que passam a disputar e conquistar postos no ensino superior.

Com a promulgação da LDB, em 1961, duas questões promoveram aumento da procura pelo ensino superior: o estabelecimento da equivalência entre todos os cursos do ensino médio (o normal, o industrial, o comercial e o agrícola) para habilitar à candidatura ao ensino superior e as mudanças nos testes avaliativos, com a eliminação das provas orais, introdução de testes objetivos ou de múltipla escolha e surgimento dos exames unificados. O aumento da procura provocou um estrangulamento do sistema de ensino, que só foi minimizado no final dos anos 60 e início dos 70, com a Reforma Universitária (1968) que promoveu uma expansão das vagas no ensino superior, com a introdução da redação como um dos elementos do vestibular (1971), e

com o Decreto nº 68.908 (1970), que instituiu o vestibular classificatório. Estas mudanças favoreceram o acesso predominante de indivíduos das camadas médias (Idem, p. 03).

Na década de 1980, ainda é marcante a questão da seletividade social causada pelo vestibular, mas a partir dos anos 1990 os termos “inclusão” e “equidade” foram levantados numa luta contra a “exclusão universitária” das pessoas de baixa renda. Atendendo a esta demanda, o vestibular classificatório passa a ser flexibilizado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com propostas de avaliação ao longo do ensino médio e com o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998. É nesse período que, diante da pressão dos segmentos de baixa renda, se levanta a discussão em prol de políticas de ações afirmativas no ensino superior público como isenção da taxa dos vestibulares, cotas, dentre outras medidas, sendo que muitas só se tornarão uma realidade no governo do próximo presidente (Idem, p. 04).

Pregando o objetivo de desenvolver políticas públicas que promovessem maior bem-estar social aos grupos em situação de exclusão e de vulnerabilidade social, os governos do presidente Lula (2003 a 2006 e 2007 a 2010) enfrentaram o desafio de responder ao anseio da classe trabalhadora no sentido de oferecer melhores condições de educação para todos como instrumento de transformação do país. Nesse sentido, o governo investiu em seus mandatos de forma arrojada na expansão do ensino superior público e gratuito, criando uma série de programas e mecanismos que favorecessem o ingresso e a permanência de um número cada vez maior de estudantes.

Como parte desse processo de expansão, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 10), tendo que, para isso, aumentar a oferta de vagas, criar novas universidades e melhorar as condições estruturais das instituições existentes, contratar mais professores e aumentar sua qualificação, tendo como meta dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos. Neste processo, entre 2003 a 2010 “houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 campus para 274 campus/unidades, crescimento de 85%”. (Idem, p. 11) O crescimento também se mostrou na contratação de novos professores.

Para garantir o acesso dos estudantes de renda mais baixa, foi instituído o sistema de cotas, que obriga as universidades a reservarem para candidatos egressos de escolas públicas, com renda familiar mensal mínima, ou autodeclarantes negros, pardos e índios, metade das vagas oferecidas em seus processos seletivos.

A política de cotas para o acesso às universidades, inicialmente, centrou-se em atender aos alunos negros, pardos e indígenas, mas houve manifestações por todo o país no sentido de que esta discriminação positiva baseada em questões étnicas acabava por deixar de fora as pessoas brancas que participavam do mesmo contexto de desfavorecimento social, o que acabou apontando para a reformulação da proposta para a Lei das Cotas. Tais medidas causaram grande polêmica em torno de questões como “mérito x oportunidade”, “falta de critérios sólidos” para determinar a veracidade dos candidatos que se consideram afrodescendentes e “proporcionalidade de beneficiados”. (Vestibular Brasil Escola, 2014)

A Lei nº 12.711/2012 referente a cotas para o ensino superior foi sancionada em agosto de 2012 e garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, enquanto os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Segundo esclarecimento do Ministério da Educação (MEC), as vagas reservadas às cotas serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em

conta metade das vagas para pretos, pardos e indígenas. Lei foi aplicada imediatamente, mas gradualmente, uma vez que possui o período de quatro anos para que chegue à metade da oferta total das vagas nas instituições de ensino superior federal. (Ministério da Educação do Brasil, 2014)

Com o objetivo de superar a falta de vagas nas instituições públicas de ensino superior e alcançar as metas impostas pelo Banco Mundial de 30% de matrículas no nível de ensino, o Estado expandiu o ensino superior público assegurando vagas em instituições particulares de ensino superior por meio de bolsas de estudo (Programa Universidade para Todos - PROUNI) ou de financiamento a baixas taxas (Fundo de Financiamento Estudantil - FIES), ambos destinados a alunos de baixa renda, acelerando ainda mais o crescimento do setor privado.

Esta postura, iniciada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ampliada no governo do presidente Lula, foi vista como uma privatização do ensino superior, isto no sentido de transferir o que seria de sua responsabilidade para a esfera privada, submetendo, assim, os interesses coletivos pelos do setor privado. De fato os custos de se financiar uma vaga numa universidade particular é bem menor para o Estado do que criar novas estruturas físicas, contratar profissionais e controlar a qualidade do ensino numa universidade pública. Este entendimento impulsionou ainda mais a iniciativa privada, havendo uma multiplicação no número destas instituições no Brasil, muitas delas sem as condições estruturais e pedagógicas necessárias.

Partindo da necessidade de melhorar e assegurar a qualidade universitária de modo geral, o governo brasileiro cria alguns mecanismos de avaliação, realizados por órgãos externos às universidades, para estabelecer mecanismos de reorganização dos cursos de graduação, incentivar a atualização de metodologias de ensino-aprendizagem que elaboram, fiscalizar e creditar conceitos/estandares de acordo com o desempenho da universidade (OLIVEIRA, 1999). Las informaciones obtenidas en esto proceso son utilizadas por las IES, para orientación de la eficacia institucional y efectividad académica y social; por los órganos gubernamentales para orientar políticas públicas y por el público en general, para orientar sus decisiones cuanto a la realidad de los cursos y de las instituciones.

Veremos a seguir o exemplo de uma universidade pública do norte do Brasil que vem implementando a solução das ações afirmativas para a expansão do acesso e permanência de pessoas socialmente desfavorecidas em seus cursos de graduação.

4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E SUAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública de educação superior, com personalidade jurídica sob a forma de autarquia especial, possuindo autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com atuação no Estado do Pará e sede na cidade de Belém, caracterizando-se como universidade *multicampi*, atuando em 10 *campi* instalados em cidades do interior do estado.

Considerada uma das maiores e mais importantes instituições do Trópico Úmido, de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UFPA tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, gerando e aplicando o conhecimento científico, cultural e tecnológico, qualificando de forma continuada os profissionais nas diversas áreas do conhecimento, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, cooperando para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário frente às mais

variadas demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.

A UFPA é a segunda maior Instituição Federal de Ensino Superior – IFES brasileira em número de alunos de graduação com 32.169 alunos matriculados, 18.891 na capital e 13.278 distribuídos pelo interior do Estado, destacando-se, ainda, no cenário nacional, por ser a maior rede de formação pós-graduada de todo o Norte do país, possuindo aproximadamente 40% dos cursos de mestrado e doutorado existentes na região, atendendo a 7.101 alunos. Há ainda 1.886 alunos do ensino fundamental e médio, atendidos pela Escola de Aplicação; 6.051 alunos dos Cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação Social (ILC) e pelo Instituto de Ciência da Arte (ICA), além de 380 alunos dos cursos técnicos profissionalizantes vinculados ao Instituto de Ciências da Arte. Com isso, a UFPA possui 19 institutos que oferecem 513 cursos de graduação (incluindo os intervalares) e 65 de pós-graduação stricto sensu. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011) Para oferecer formação a este alunado, a UFPA possui um quantitativo de 2.522 docentes, sendo que 874 possuem qualificação em nível de mestrado e 1.030 em nível de doutorado, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, In UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011)

4.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade do Pará foi criada em 1957, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira após cinco anos de tramitação legislativa, inicialmente, agregando sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes então em Belém do Pará: Medicina e Cirurgia, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, além de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

O Estatuto da Universidade do Pará, que vigorava desde sua fundação, sofreu sua primeira reforma em 1963, quando foi reestruturada com a implantação de novos cursos (Biblioteconomia, Arquitetura, Núcleo de Física e Matemática e outros), institutos de pesquisa (Instituto de Higiene de Medicina Preventiva, hoje, Núcleo de Medicina Tropical, NMT), a contratação de docentes, o desenvolvimento do primeiro programa de pós-graduação em nível de especialização e a instituição do sistema departamental, em que as cátedras de interesses afins foram reunidas, visando promover o desenvolvimento regional e, também, o aperfeiçoamento das atividades-fim da Instituição. Foram criados órgãos vitais de suporte à universidade (Biblioteca Central, Imprensa e Editora Universitária, Núcleo Pedagógico Integrado, hoje, Escola de Aplicação, que atendia com educação básica os filhos de professores e funcionários da universidade, e a Escola de Teatro) e tantas outras obras significativas nas artes, cultura e ciências (Coral da Universidade, Centro de Atividades Musicais). Nesse período foi concebida a instalação do *campus* universitário para abrigar o crescimento da Universidade, integrando em um único espaço as unidades que se encontravam dispersas em mais de 20 prédios na cidade.

Com o estabelecimento de novos critérios para o funcionamento das universidades pelo Conselho Federal de Educação, em 1969 passa a denominar-se Universidade Federal do Pará e aprova o novo plano de reestruturação, onde um dos elementos essenciais foi a criação dos centros, com a extinção das faculdades existentes e a definição das funções inerentes aos departamentos. Na década de 1970, foi implantada a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), um ato de grande importância para a execução de projetos, gerenciamento de concursos e obtenção de receita de instituições públicas e privadas.

Os anos 1980 e 1990, como já falado, foi um período de pouco investimento, pouca contratação de professores e pouco aumento no número de vagas de acesso à universidade, mas a gestão progressista assumida pelo presidente Lula, a partir de 2002, promove sensíveis mudanças que possibilitam a expansão da Universidade Federal do Pará. A aprovação do novo Estatuto e

do Regimento Geral pelo Ministério da Educação, em 2006, atualizou a estrutura da Instituição: faculdades e institutos substituíram, gradativamente, os departamentos e os Centros de Ensino, e foi oficializado o caráter *multicampi* da universidade, que já vigorava há vários anos, alcançando quase todo o Estado do Pará.

A adesão da UFPA ao Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teve objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, meta do programa para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública de qualidade. Para adequar-se ao programa foi necessário adaptar-se às exigências no sentido de aumento da qualidade geral da instituição, executando uma série de projetos e ações visando à melhoria dos espaços físicos e dos equipamentos, à qualificação e à ampliação do contingente de recursos humanos e à expansão de vagas e cursos ofertados, de maneira que refletisse positivamente no desempenho dos estudantes.

Submeter-se ao REUNI foi uma postura muito criticada pelos movimentos sindicalistas docentes nacionais e locais, que viram nesse sistema uma forma de controle por parte do governo federal, vinculando a avaliação externa e a autoavaliação, enquanto instrumentos de diagnóstico das deficiências encontradas, à concessão de recursos e vagas para realização de concursos, estabelecendo metas a serem alcançadas, numa gestão voltada para os resultados. Porém, como resultado direto da avaliação sobre os institutos, vários cursos de graduação e programas de pós-graduação tiveram seus conceitos aumentados, enquanto um de seus cursos foi impedido de realizar o vestibular para ingresso de novos alunos devido não alcançar a nota mínima estipulada pelo Conselho Federal de Educação, o que aponta que o processo de avaliação institucional encaminha para uma melhoria da qualidade.

4.2 A POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UFPA: ENTRE COTAS E BOLSAS NO EXERCÍCIO DA EQUIDADE

Assim como se verificou no histórico do acesso às instituições públicas de ensino superior, o ingresso à Universidade Federal do Pará também foi marcado por processos seletivos intelectualmente elitizados, pela grande concorrência e pelo ingresso predominante de pessoas da classe média e alta do estado, oriundas das escolas particulares de maior prestígio, principalmente nos cursos tradicionais, como medicina, direito e as engenharias.

Dos anos 1991 a 2014, onze modalidades diferentes de processos seletivos para ingresso de candidatos à graduação (vestibular) foram realizados pela UFPA, sendo que até 2003 foi realizado o vestibular tradicional, com vários dias de provas, entre questões objetivas e subjetivas. De 2004 a 2010, o elemento marcante que estimulou os alunos que prestaram vestibular na instituição foi o aumento progressivo o significativo do número de vagas e de novos cursos, abrindo possibilidades para novos campos profissionais. Nesse período, além do modelo tradicional, a UFPA adotou o Processo Seletivo Seriado (PSS), onde as provas eram sequenciais e realizadas a cada ano com o conteúdo de cada série do ensino médio, sendo três exames no total. Em todos estes processos a redação esteve incluída. Em 2011, a instituição adotou o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM como parte de sua avaliação, optando por utilizá-lo como única fase na realização do vestibular em 2014. (UFPA, 2011)

Como parte das mudanças alavancadas pelo REUNI, e respondendo à política de ações afirmativas do governo, ainda em 2006, a UFPA passou a aplicar o Sistema de Cotas, determinando que 50% do total de vagas ofertadas fossem reservadas aos estudantes, que cursaram todo o ensino médio em escolas da rede pública de educação, sendo que destes, no mínimo, 40% devem ser reservadas a candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, além da reserva de duas vagas, por acréscimo, nos cursos de graduação a indígenas por seleção diferenciada. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA, em

2010, 2.967 candidatos cotistas de escolas públicas e 63 candidatos indígenas foram aprovados e classificados no processo seletivo da UFPA, correspondendo a 48,93% das vagas ocupadas.

Ampliando a política de inclusão, em 2008, a primeira turma de ensino superior à distância concluiu seu curso, e no ano de 2011, foram matriculados 3.071 alunos em cursos de licenciatura ofertados pelo Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR). Este programa tem o objetivo de atender à exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), corrigindo a realidade encontrada no interior dos grandes centros, onde o professor da rede pública de ensino (estadual e municipal) não possui formação adequada para a disciplina que está ministrando ou mesmo não tem diploma de graduação. Para atender o quadro educacional destas regiões desfavorecidas, o PARFOR oferece cursos de licenciatura gratuitamente e sem a necessidade de prestar vestibular, sendo a maior parte com duração de quatro anos, com aulas ministradas no período de recesso das atividades escolares (janeiro e julho).

Com vistas a atender mais eficientemente a demanda de um estado tão grande como o Pará e para superar as distâncias e dificuldades de acesso, em 2009, o Campus da UFPA em Santarém transformou-se em uma nova universidade, agregando-se a uma unidade descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), passando a compor a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), abrindo mais matrículas, vagas de concurso e recursos específicos para a estruturação física da nova universidade, atendendo melhor à região.

Concomitante ao crescimento significativo de cursos de graduação e de oferta de vagas no processo seletivo, observados na UFPA nos últimos anos, políticas de ações afirmativas e ações inclusivas foram iniciadas em favor de candidatos oriundos de escolas públicas e de autodeclarados pretos ou pardos e de indígenas.

Esse caminho compensatório adotado pelo governo federal, especificamente pela UFPA, possibilitou que apenas 50% dos alunos ingressassem por mérito de classificação, gerando uma diversidade nos níveis de capital cultural, o que exigiu uma maior atenção para a manutenção e o aprimoramento da qualidade no ensino de graduação. Foi necessário, para isso, adequar e modernizar os espaços e instrumentos de aprendizagem, bem como estimular o aprimoramento das metodologias de ensino, questões fundamentais para uma gestão acadêmica de qualidade. Mas, entendendo que apenas melhoramento nas questões educacionais não seria suficiente, a UFPA tem procurado minimizar esta diversidade promovendo uma série de ações de inclusão social para consolidar o acesso ao ensino superior, possibilitando a estes alunos a permanência e a conclusão de seus cursos, cumprindo, integralmente, com o seu papel social.

Muitos jovens que ingressam na universidade por meio da política de cotas, chegam sem condições mínimas de cultura, de lazer e, principalmente, de permanência em sua graduação, e são atendidos por uma rede de programas que visam oferecer apoio às variadas necessidades sociopedagógicas por meio de editais que buscam a democratização das oportunidades e o aumento da taxa de sucesso na conclusão dos cursos de graduação. Esses programas são baseados e subsidiados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico oferecendo assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte e apoio pedagógico”. (UFPA, 2011)

O Programa Permanência, operacionalizado a partir do Sistema Bolsa Permanência (SIBOP) (PROEX/UFPA 1, 2014), tem o objetivo de auxiliar financeiramente estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo este auxílio destinado às despesas com materiais didático-pedagógicos, de alimentação e transporte e com moradia, sendo possível o candidato receber mais de uma bolsa, a depender de sua condição e do valor acumulado.

Para atender alunos com defasagem de aprendizagem e desempenho curricular insatisfatório em certas disciplinas/atividades curriculares, a universidade oferece o Programa de Nivelamento, que visa criar condições reais de desenvolvimento acadêmico, envolvendo monitores que, sob a orientação do professor, desenvolvem estudos com estes alunos com o

objetivo de evitar sua retenção no percurso curricular, bem como a evasão. Os monitores/bolsistas que atendem a este programa são estudantes do mesmo nível de ensino em adiantado estágio do percurso acadêmico e também pós-graduandos que recebem bolsas, sendo determinado que até 50% das bolsas são destinadas a graduandos que ingressaram na UFPA por meio de ações afirmativas (cotas) ou que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

A universidade oferece ainda programas que atendem os estudantes com ações que promovem a saúde física e psicológica no âmbito individual e coletivo, abrangendo a assistência e prevenção odontológica, ações voltadas para prevenção de câncer em estudantes universitárias, atendimento médico, psicológico, social/familiar e pedagógico. Estes programas são desenvolvidos no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza e em outros institutos que possuem espaços para desenvolver estas ações, sendo que a maioria também atende à comunidade externa. (PROEX/UFPA 2, 2014)

Além desses programas, existem outros relacionados especificamente ao ensino (Programa Institucional de Apoio a Projetos de Ensino - PROINT, Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica - PAPIM, Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência - PIBID) (PROEG/UFPA, 2014), à pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC) (PROESP/UFPA, 2014) e à extensão (Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX) (PROEX/UFPA, 2014) que oferecem bolsas para os institutos desenvolverem seus projetos, vinculando metade dessas bolsas a estudantes oriundos do sistema de cotas e não cotistas que comprovam renda familiar mensal de até meio salário mínimo per capita ou não superior a três salários mínimos. Em virtude dessa oferta, é comum nos cursos onde se concentram alunos de baixa renda encontrar a maioria deles beneficiados por algum tipo de bolsa.

O questionamento que se faz é: com as exigências colocadas pelo REUNI e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em relação ao melhoramento do ensino, como fica a qualidade dos cursos diante desta demanda de alunos ingressados por meio das cotas?

Um exemplo desta problemática ocorre nos cursos do Instituto de Tecnologia e Ciência (ITEC) que possuem a disciplina de Cálculo I enquanto base para as demais. Esta disciplina historicamente já apresenta altos índices de reprovação, resultado que tem grande influência no insucesso nas disciplinas que lhe são subsequentes. Num estudo realizado a partir da coleta dos conceitos dos alunos da Faculdade de Engenharia de Alimentos que ingressaram nos anos de 2009, 2010 e 2011, detectou-se um aumento significativo da reprovação nestas disciplinas e, entre outras razões do mau desempenho progressivo apresentado, foi apontado o ingresso por meio das cotas, que acaba favorecer o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas ou de baixa renda, que não apresentam o conteúdo matemático básico que deveria ter sido aprendido no ensino médio. Para combater esta realidade, Pontes (2012) ressalta que o ITEC, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino e Extensão (PROEX), criou o Projeto de Cursos de Nivelamento da Aprendizagem em Ciências Básicas para Engenharia (PCNA), o qual oferece cursos básicos aos calouros e aos repetentes nas disciplinas básicas à Engenharia: matemática, física e química, fornecendo também aos alunos de todo o ITEC o plantão de dúvidas com monitores bolsistas na área de Cálculo, Física e Química.

Segundo outro estudo realizado com os alunos cotistas que ingressaram na UFPA no ano de 2008 em cursos das diversas áreas de conhecimento, os resultados apontam para um sentido diferente. Considerando o desempenho destes estudantes ao longo de dois anos (quatro semestres), houve um expressivo aumento no número de alunos com conceito Excelente, ou seja, um aumento de 6,24% a 18,88%. (PIBIC-AF, 2013) A evolução na produtividade acadêmica observada neste estudo pode ser consequência do bem estar e da melhora nas condições básicas proporcionadas pelos programas socioeducacionais oferecidos pela universidade, o que resulta no entendimento de que ações de equidade possibilitam minimizar as carências apresentadas pelos alunos ingressos por meio das cotas, buscando a equiparação de condições para conclusão do curso e inserção no mundo acadêmico e no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de bolsas e cotas estão possibilitando o acesso e permanência no ensino superior, reparando uma lacuna que deveria ser preenchida pela educação básica que é defasada e não prepara os alunos, principalmente aqueles que não possuem condições para frequentar escolas que ofereçam um suporte adequado para uma educação de qualidade. É fundamental que ações afirmativas continuem tornando o espaço acadêmico em um lugar que proporcione a democratização do ensino, principalmente o ensino superior que abre portas para a mudança na perspectiva de vida do indivíduo, da inversão de situações de subalternidade de grupos minoritários para que estes possam assumir posições sociais mais dignas.

O que se espera é que o aparato democrático das ações afirmativas possibilitem condições para que os estudantes alcançados logrem resultados positivos quanto ao crescimento científico-cultural, à inserção profissional na sociedade e ao exercício pleno da cidadania. Partindo da concepção de justiça social, entendo que para exercitar o ideal da equidade e combater às críticas às políticas assistencialistas do atual governo, seria importante que fosse criado um processo onde os alunos beneficiados pelo sistema de cotas e de bolsas, nas universidades públicas, ou pelo PROUNI e FIES, nas universidades particulares, de alguma maneira, retribuísse à sociedade o investimento recebido do Estado por meio da aplicação de seu conhecimento cultural, profissional e acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilson Mesquita. *Acesso à universidade pública brasileira: posições em disputa. Revista do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE*. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/72/56>. Acesado el 29 de mayo de 2014.
- ANCHIETA, Karen de Abreu. *História da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina – UEL (2000-2005)*. Dissertação de Mestrado.– Londrina, 2008.
- CAMPO, Víctor Manuel Gómez. *Expansión e evaluación de la educación superior*. In CUNHA, Célio. SOUZA, José Vieira. SILVA, Maria Abádia. **Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Ministério da Educação: Brasília, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. *Ensino superior: entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas*. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acessado el 20 de maio de 2014.
- OLIVEIRA, Renato (1999). *A atualidade do debate sobre autonomia universitária*. Interface _ Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.4.

PONTES, Péricles Crisiron. *A relação do conhecimento de Cálculo I no desempenho e conclusão dos cursos de engenharia- um estudo de caso no Curso de Alimentos*. XI Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. UFPA. 2012. Disponível em http://scholar.google.com.br/scholar?q=resultado+do+acesso+por+cotas+na+ufpa+qualidade+de+ensino&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acessado em 15 de junho de 2014.

PROEX/UFPA (1). *Programa Permanência*. Disponível em <http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/daie-editais/53-programa-permanencia-geral>. Acessado em 28 de junho de 2014.

PROEX/UFPA (2). *Programa Estudante Saudável*. Disponível em <http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/component/content/article/39-geral/77-saude>. Acessado em 28 de junho de 2014.

PROEG, UFPA. *Editais abertos - PROEG*. Disponível em <http://www.proeg.ufpa.br/view/inicio/>. Acessado em 28 de junho de 2014.

PROPESP, UFPA. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC*. Disponível em http://www.propesp.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5:pibic-programa-institucional-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica&catid=3:programas-da-propesp. Acessado em 10 de julho de 2014.

PROEX, UFPA. *Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX*. Disponível em <http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php>. Acessado em 28 de junho de 2014.

PIBIC-AF. *UFPA mostra tua cara: dossiê descritivo-análito sobre os cotistas 2008 e 2009*. 2011. APUD SIQUEIRA, Dhayana. *POLITICA DE COTAS SÓCIO-RACIAL: Uma Ferramenta Auxiliar no Processo de Democratização do Acesso de Pessoas Negras ao Ensino Superior Público Brasileiro*. ICED/UFPA. Belém, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011 a 2015*. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. UFPA. Belém, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Dados do Anuário Estatístico*. In UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011 a 2015*. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. UFPA. Belém, 2011.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pro-Reitoria de Ensino de Graduação. *Breve histórico dos vestibulares UFPA*. 2011.

VASCONCELOS, Simão Dias. Silva, Ednaldo Gomes. *Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo*. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 453-468, out./dez. 2005.

Vestibular Brasil Escola. *Lei de cotas*. Disponível em: <http://vestibular.brasilecola.com/cotas/lei-das-cotas.htm>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

PRODUÇÃO NO CAMPO, COMIDA NO PRATO: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS CHAMADAS PÚBLICAS DESTINADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ

Islandia Bezerra¹
Aline Fernanda de Souza dos Santos²
Angelita Avi Pugliesi³
Mônica de Caldas Rosa dos Anjos⁴

RESUMO

Atualmente, políticas públicas são pensadas e elaboradas com foco na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Dentre estas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos destaques por ter caráter interdisciplinar e intersetorial. Desde a sua regulamentação pela Lei 11.947/09, o PNAE – objeto de análise do presente trabalho – vem implementando a compra de no mínimo 30% do recurso repassado pelo FNDE para a Alimentação Escolar. A Chamada Pública é a forma que materializa este processo e dispensa a execução da modalidade via licitação. O estudo objetivou analisar a evolução das Chamadas Públicas de compra de produtos/alimentos provenientes da agricultura familiar no estado do Paraná entre os anos de 2010 e 2013. Como metodologia priorizou-se a abordagem quantitativa, porém, sem que houvesse impedimento de inferir de forma qualitativa para algumas análises. Avaliou-se assim os recursos financeiros disponíveis, quantidade e qualidade dos gêneros alimentícios de demanda e documentos necessários para a habilitação. Observou-se então que houve avanços quanto a quantidade de recursos financeiros disponíveis e que o leque de opções de alimentos, principalmente frutas e verduras, também evoluiu. Constatou-se que houve aumento na quantidade de documentos exigidos para a habilitação. Assim, pode-se concluir que o Programa vem se consolidando como uma política pública capaz de promover a SAN, porém, o aumento na documentação exigida leva a burocratização, podendo dificultar o acesso do agricultor familiar a esta política.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Chamada Pública.

¹ Nutricionista. Doutora em Ciências Sociais pela UFRN. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PPGSN-UFPR. E-mail: islandia.ufpr@gmail.com.

² Graduanda em Nutrição – UFPR. E-mail: alinefnn2@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PGSAN. Universidade Federal do Paraná. E-mail: angepugliesi@gmail.com

⁴ Nutricionista. Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PPGSN-UFPR. E-mail: mcranjos@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Art 3º da Lei Orgânica 11.346 de 2006 – que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

No Brasil, as primeiras ações visando à SAN surgiram após estudos da década de 30 (BATISTA FILHO E RISSIN, 2003). Hoje, tem se observado iniciativas por parte do Estado para a construção de políticas públicas destinadas a SAN que sejam interdisciplinares e intersetoriais (BURLANDY, 2009). Neste contexto, é um exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, que segundo Bezerra e Schneider (2012) pode ser considerado fundamental para a materialização da SAN.

O PNAE, objeto de análise deste estudo, visa:

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2013).

Dentre as diretrizes da Lei 11947/09, que regulamenta o PNAE, encontra-se também a dispensa de Licitação Pública. Além disso, esta "nova Lei" mediante o Artigo 14 faz referência à obrigatoriedade da utilização de que - pelo menos 30% - dos recursos repassados para a Alimentação Escolar, para a compra de gêneros alimentícios sejam oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

A partir desta regulamentação, a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar passa a ser realizada por meio de Chamada Pública de compras que segundo o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar (p. 10) “[...] é um instrumento firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública” (BRASIL, 2014, p.10).

Tendo em vista as peculiaridades da agricultura familiar (AF) frente ao modelo hegemônico de produção – o qual concentra terras e recursos naturais - e os objetivos integrados à SAN que a Lei 11.947/09 visa cumprir, o presente trabalho teve como finalidade avaliar as Chamadas Públicas de compra entre 2010 e 2013, em termos de: recursos financeiros, quantidade e qualidade dos itens de demanda considerando os grupos de alimentos e ainda quanto aos documentos exigidos para a habilitação, identificando assim, os pontos positivos e negativos da implementação da Lei 11.947/09 no Paraná.

Como metodologia priorizou-se a abordagem quantitativa, porém, sem que houvesse impedimento de inferir de forma qualitativa para algumas análises.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1.1 O que muda com a “nova Lei” da Alimentação Escolar?

A implantação da Lei 11.947/09 estabeleceu nova normatização para o PNAE, estendendo a alimentação escolar para a educação básica e de jovens e adultos (EJA) da rede pública (BRASIL, 2009) aumentando os recursos destinados e definindo diretrizes da Alimentação Escolar, as quais vale ressaltar os incisos I e V:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis [...]; V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos [...] (BRASIL, 2009).

O artigo 14, presente na Lei, vem ao encontro dos incisos acima expostos, tendo em vista que ao determinar que, “no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF [...]” incentiva a alimentação saudável, culturalmente referenciada dialogando com o desenvolvimento local sustentável.

Outro ponto a ser ressaltado em relação a Lei é a dispensa licitatória para aquisição de alimentos oriundos da AF. Este modelo já vinha anteriormente sendo realizado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fomentou a produção e venda de gêneros alimentícios pelo agricultor familiar (LIMA E CORREA, 2013) e influenciou a nova modalidade de compra de alimentos do PNAE.

Com a dispensa licitatória, a compra de alimentos deste segmento passa então a ser realizada via Chamada Pública que segundo o Manual para a compra da Agricultura Familiar (2014):

[...] é o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações. É um instrumento firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, ao passo que permite a veiculação de diretrizes governamentais importantes, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à inclusão social e produtiva local e à promoção da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2014).

Este modo de compra facilitou a possibilidade de venda das organizações que representam a AF. Sobre esta situação, Bezerra e Schneider (2012, p.41) afirmam que a aquisição de alimentos via licitação pública (ao contrário da Chamada Pública) privilegia grandes empresas e impossibilita a participação de produtores locais.

Para o PNAE, no processo licitatório existe a livre concorrência, na qual a Entidade Executora opta pelo produto concorrente que oferecer o melhor custo-benefício, sobressaindo, a

questão do preço. Nesta modalidade, em geral, as Cooperativas e Associações de agricultores familiares ficam à margem do processo, pois sua capacidade produtiva não tem condições de competitividade - menor produção-maior custo - quando comparadas às grandes empresas do setor.

Fornazier e Waquil (2013) mencionam que os agricultores familiares não organizados têm mais dificuldade em atender a demanda na qualidade, quantidade e prazos estabelecidos exigidos na venda em larga escala, o que justifica a importância da organização destes agricultores em Associações e Cooperativas.

As alterações na aquisição de alimentos que ocorreram mediante a Lei 11.947/09 são importantes, sobretudo, considerando o processo inclusivo que possibilita não apenas, o acesso deste segmento - historicamente marginalizado - a um mercado institucional (compras públicas), mas também pela possível aproximação entre quem produz e quem consome alimentos no ambiente escolar.

2.1.2 Contextualizando Agricultura familiar versus Agronegócio

A Lei Nº 11.326/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais define agricultor familiar como àquele que realiza atividades no campo; não possua área maior que 4 módulos fiscais; predominantemente utilize de mão de obra de sua própria família, obtenha renda familiar oriunda das atividades econômicas vinculadas ao seu estabelecimento e ainda que dirija o estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

O conceito de AF não diz respeito apenas à área que se possui e a forma de produção. O campesinato, de acordo com Wanderley (2003), na década de 70 passou a ser visto como a agricultura defasada que iria se dissolver com o tempo e a modernização que o campo viria a sofrer com a crescente implantação do modo de produção latifundiário. Porém, tem se observado que o campesinato não apenas sobreviveu a este movimento, mas, ainda ocupa lugar importante econômica e socialmente, evidenciado, por exemplo, pelo fato de ainda produzir a maior parte dos alimentos consumidos em âmbito nacional.

O agronegócio, por outro lado, é o nome dado a transformação da prática natural da agropecuária em complexos agroindustriais (GASQUES *et al*, 2004). Este modelo busca aumentar o rendimento da produção com menor custo, utilizando para isso, meios como insumos químicos, máquinas e equipamentos, monocultura e a produção em larga escala (COUTO FILHO, 2007, p.79).

A produção alimentar, neste caso, é voltada para o mercado, visando à maximização do lucro. Porém, o desenvolvimento econômico gerado pelo agronegócio não considera o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente (WEID, 2004, p.4).

Quando comparados entre si, o modelo atual e hegemônico - caracterizado pelo agronegócio - também se diferencia, já que este faz o uso intenso de agroquímicos (e/ou agrotóxico) que, segundo a Lei nº 7.802/89 são “substâncias [...] destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que seja nociva às plantas e animais úteis, seus produtos e subprodutos e ao homem” (BRASIL, 1989).

Atualmente, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, o qual teve seu mercado expandido 190% nos últimos 10 anos. Este fato é preocupante, pois, o uso de agrotóxicos constitui problema de saúde pública, tanto do produtor rural quanto dos consumidores dos alimentos expostos a esses contaminantes. Além disso, a prática da monocultura no plantio prejudica o acesso a alimentos diversificados, culturalmente aceitáveis e frescos.

Observa-se também as diferenças entre os modelos de produção em relação à distribuição de terras. O Censo Agropecuário de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos de AF no Brasil, o que corresponde a 84,4% do total de estabelecimentos. Apesar disso, a área ocupada por estes era 24,3% da área total. Em contrapartida, os estabelecimentos não familiares correspondiam aos 15,6% restantes do total de estabelecimentos, com ocupação de 75,7% da área total (IBGE, 2006).

O mesmo documento registrou a diferença entre estes quando se trata de mão de obra ocupada. A AF empregava 12,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 74,4% do total de empregados, enquanto a agricultura não familiar empregava 4,2 milhões de pessoas, ou seja, 25,6% da mão de obra ocupada (IBGE, 2006).

Paradoxalmente, 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira é proveniente da AF que possui a menor parte das terras e dos recursos públicos para incentivo às suas atividades, como menciona Malvezzi (2009). O que pode ser evidenciado pelo QUADRO 1, que demonstra o valor repassado pelo Plano Safra nas safras de 2010/2011 a 2013/2014 para a agricultura familiar e a chamada, agricultura empresarial:

Safra	Agricultura familiar	Agronegócio
2010/2011	R\$16 bilhões	R\$100 bilhões
2011/2012	R\$ 16 bilhões	107,2 bilhões
2012/2013	R\$ 18 bilhões	115,5 bilhões
2013/2014	R\$ 21 bilhões	R\$136 bilhões

QUADRO 1 – Crédito PRONAF disponível para agricultura familiar e agronegócio para os anos de 2011 a 2014. Fonte: Pesquisa documental, 2014. Adaptação: Santos, 2014.

Com base neste cenário, convém referenciar como se deu a metodologia empregada.

2.2 METODOLOGIA

A pesquisa possui cunho descritivo e analítico e priorizou a abordagem quantitativa das Chamadas Públicas de compras destinadas à agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE). No entanto, convém ressaltar que algumas das análises puderam inferir de forma qualitativa, já que com o intuito de complementaridade se buscou esclarecimentos acerca dos procedimentos de elaboração das Chamadas Públicas, junto a documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e literatura.

Sobre esta ponderação, cita-se Minayo (2004) ao fazer referência à necessidade de considerar as abordagens quantitativa e qualitativa já que estas podem demonstrar a conveniência de analisar dados de maneira complexa, utilizando para isso a pesquisa qualitativa.

Desta forma, foram avaliadas as Chamadas Públicas divulgadas pela SEED entre 2010 e 2013, priorizando-se os itens referentes a recursos financeiros destinados à compra de gêneros alimentícios da AF e alguns pontos referentes à quantidade e à qualidade destes alimentos, além da evolução da documentação obrigatória para a seleção das Associações/Cooperativas de agricultores familiares. Para tanto, as buscas por tais documentos foi realizada no site <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br> no qual são anualmente disponibilizados.

A disposição dos quadros apresentados neste trabalho são adaptações dos conteúdos expostos nas Chamadas Públicas, elaboradas com as devidas adaptações a fim de comparar as demandas de cada ano. O estudo objetivou ainda averiguar a evolução destes itens, identificando assim, os pontos positivos e negativos da implementação da Lei 11.947/09 no Paraná.

2.3 EVOLUÇÃO DAS CHAMADAS PÚBLICAS DO PEA-E-PR

Segundo dados da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB), o Paraná tem como atividade econômica predominante a agropecuária, sendo o principal estado agrícola do país (BRASIL, 2003).

Em termos de distribuição de terras, reproduz-se o cenário observado em todo Brasil. Conforme o Censo Agropecuario de 2006, o estado conta com 302.907 (82%) estabelecimentos de AF presentes em 4.249.882 hectares da área total (28%). Enquanto a agricultura não familiar corresponde a 68.144 (18%) do total dos estabelecimentos e ocupa 11.036.652 hectares de área (72%) (IBGE, 2006). Este fato justifica a importância de garantir a operacionalização da "nova Lei" também em âmbito estadual.

O Paraná iniciou sua operacionalização em 2010 onde passou a divulgar em edital a Chamada Pública para a compra de gêneros alimentícios oriundos da AF. Desde então, tem-se percebido avanços neste processo. Sobre esta assertiva e segundo informações obtidas por meio de consultas aos documentos oficiais da SEED (PARANÁ, 2014), quando compara-se o ano de 2011 com a atualidade, observa-se que o número de municípios atendidos pelo programa passou de 192 para 373; o número de escolas atendidas que outrora correspondiam a 906, hoje são 2.254 e o número de Associações/Cooperativas fornecedoras que eram 46, hoje são 134 em todo o estado.

Em relação às Chamadas Públicas divulgadas neste período, os itens a seguir apresentam alguns dados que podem evidenciar como se deu esse processo evolutivo em relação a: recursos financeiros, qualidade e quantidade dos gêneros alimentícios e exigência da documentação obrigatória para a compra de alimentos oriundos da AF.

2.3.1 Dos recursos financeiros

Segundo informações obtidas por meio da consulta documental, bem como considerando observações empíricas do processo analítico, a primeira Chamada Pública ocorreu junto ao início da execução da Lei 11.947/09. Nestes termos, é importante ressaltar que alguns fatores contribuíram para o não cumprimento do que preconiza a legislação - comprar um mínimo de 30% dos recursos do FNDE - como: 1) a não organização das entidades em termos de produção de alimentos e logística de entrega capazes de abastecer as escolas; 2) a limitação da equipe gestora em saber como chegar às organizações de agricultores, bem como proceder para garantir uma rotina de entrega dos alimentos comprados, considerando todas as particularidades presentes no segmento da AF, entre outros.

A FIGURA 1 apresenta a evolução dos recursos financeiros destinados para a aquisição de alimentos oriundos da AF no Paraná, segundo as Chamadas Públicas do PEA-E de 2010 a 2013.

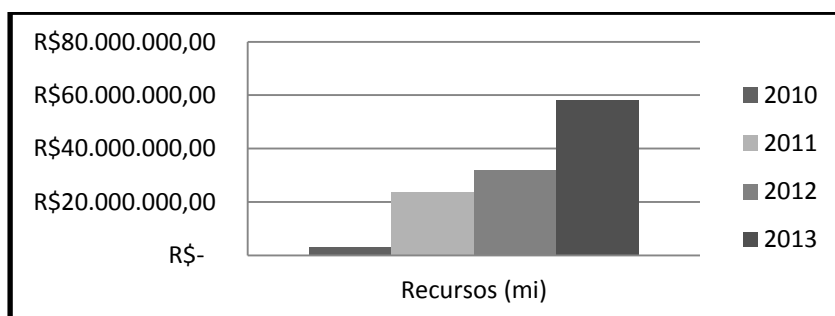


FIGURA 1. Recursos financeiros disponíveis segundo as Chamadas Públicas do PEA-E-PR de 2010 a 2013. Fonte: Autoria própria. Adaptado de pesquisa documental, 2014.

Entre 2011 e 2013 o volume de recursos destinados à quantia disponível para a compra aumentou em, aproximadamente 241%. Além disso, atualmente a compra de alimentos da AF já representa 77,65% do valor total dos recursos financeiros repassados para a alimentação escolar, ultrapassando o mínimo de 30% exigidos por Lei (PARANÁ, 2014)

Constata-se que, em termos evolutivos, os recursos financeiros destinados à compra de alimentos oriundos da AF tiveram crescimento exponencial, o que reflete significativo empenho de ambas as partes que conduzem implementação da Lei: gestão pública e organizações de agricultores familiares.

Os dados supracitados são relevantes já que se pode inferir que mais famílias de agricultores produzem e fornecem mais alimentos para o PEA. Para além desta constatação – em termos de recursos, convém ainda ressaltar que no Paraná, existe por parte da gestão estadual uma preocupação em ofertar alimentos de qualidade sem perder de vista o caráter cultural.

2.3.2 Análise das Chamadas Públicas por grupos de alimentos

Ao seguir a resolução que operacionaliza o PNAE, de promover o acesso a uma alimentação culturalmente referenciada na alimentação escolar é fundamental para materializar a SAN. Neste sentido, corrobora-se aqui o que defende Carneiro (2001, p. 71-79) quando afirma que o ato de se alimentar é, não só biológico, mas, também psicossociocultural, repleto de valores e significados. É importante notar que a alimentação brasileira, apesar de possuir diferenças regionais, possui algumas generalidades históricas que, no estado do Paraná, também estão presentes.

Para Bezerra e Schneider (2012) um dos princípios da alimentação saudável, é a utilização de todos os grupos alimentares na composição da dieta diária. Para tanto, as reflexões destes autores reiteram que a alimentação diária “[...] deverá fornecer água, carboidratos, proteínas, lipídeos, vitaminas, fibras e minerais, os quais são insubstituíveis e indispensáveis ao bom funcionamento do organismo (BEZERRA E SCHNEIDER, 2012, p. 52).”

Partindo desta premissa, foram analisados nas Chamadas Públicas a evolução na aquisição de alimentos da AF, separados por grupo.

Pode-se perceber nos quadros 2 e 3 a presença marcante de alimentos produzidos localmente e de gêneros culturalmente referenciados. O QUADRO 2 apresenta a evolução do grupo de alimentos – Frutas e derivados – em demanda para a aquisição de alimentos oriundos da AF no Paraná, segundo as Chamadas Públicas de 2010 a 2013:

Gêneros alimentícios	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Frutas e derivados				
Abacate	X		X	X
Abacaxi	X			
Abacaxi (descascado, picado e congelado)		X		
Abacaxi (descascado, picado embalado a vácuo ou congelado)			X	X
Ameixa vermelha	X	X	X	X
Banana caturra/maçã/prata	X	X	X	X
Caqui chocolate/café		X	X	X
Goiaba		X	X	X
Jabuticaba		X	X	X
Kiwi		X	X	X
Laranja pera/lima		X		X
Limão	X	X	X	X
Maçã			X	X
Mamão			X	X
Manga			X	X
Maracujá		X	X	X
Melão			X	X
Melancia		X	X	X
Morango			X	X
Pera		X	X	X
Pêssego	X	X	X	X
Ponkan/tangerina/bergamota/mexerica/mimosa/morgote	X	X	X	X
Uva	X	X	X	X
Polpa de fruta congelada	X		X	X
Suco de fruta concentrado		X	X	X
Doce de fruta pastoso/geleia		X	X	X
Suco de laranja integral		X		
Suco de maracujá concentrado		X		
Suco de uva concentrado		X	X	X
Suco de uva integral				X
Suco de maçã integral				

QUADRO 2. DISTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE ALIMENTOS – FRUTAS E DERIVADOS – SEGUNDO AS CHAMADAS PÚBLICAS DO PEA-PR DE 2010 A 2013. Fonte: Autoria própria. Adaptado de pesquisa documental, 2014.

O QUADRO 2 reflete os esforços empreendidos pela gestão estadual e entidades de agricultores, dispostos a fazer da implementação da “nova Lei” algo capaz de impactar, positivamente, em diferentes “frentes” a exemplo: estímulo à produção local/regional, organização no processo de logística (transporte e entrega), fomento ao processamento de alimentos como agroindústrias familiares locais/regionais (para a confecção de sucos, poupas, doces e geleias) e estímulo ao consumo de frutas no ambiente escolar.

O leque de opções da primeira Chamada Pública (2010) foi ampliado significativamente considerando o último ano (2013) analisado. Há que considerar, no entanto, o fato de que este dado pode não ser real. Ou seja, é possível que, apenas a lista tenha sido ampliada, mas a entrega dos produtos, por parte das entidades não tenha sido realizada. Contudo, mesmo considerando esta possibilidade, é necessário evidenciar que a iniciativa de ampliar a lista de possíveis alimentos (produtos), por si só, pode ser considerado algo inovador. Já que esta ampliação fomenta não apenas aumentar a quantidade de opções saudáveis no ambiente escolar, mas

principalmente, viabiliza a participação de outras entidades de agricultores com potencial produtivo para alimentos que constituem o grupo de frutas e derivados. Além disso, cabe ressaltar que, diferente do processo licitatório, todos os que realizam proposta de venda para a Chamada Pública, têm garantida a compra dos alimentos, desde que estejam hábeis de acordo com a documentação exigida.

Em continuidade à avaliação, o QUADRO 3, por sua vez, apresenta a evolução do grupo de alimentos – Hortaliças e temperos – segundo as Chamadas Públicas de 2010 a 2013.

Gêneros alimentícios	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Hortaliças, temperos e sementes				
Abobrinha verde	X	X	X	X
Abóbora (descascada, picada e embalada a vácuo)		X		
Abóbora (descascada, picada, embalada a vácuo ou congelada)			X	X
Acelga/couve chinesa		X	X	X
Alface crespa/lisa	X	X	X	X
Alho nacional	X	X	X	X
Agrião			X	X
Almeirão		X	X	X
Batata doce/inglesa/salsa	X	X	X	X
Berinjela			X	X
Beterraba	X	X	X	X
Brócolis	X	X	X	X
Cará		X	X	X
Cebola branca	X	X	X	X
Cebolinha verde			X	X
Cenoura	X	X	X	X
Cheiro verde	X	X	X	
Chuchu	X	X		
Chuchu (descascado/picado/embalado)			X	X
Couve-flor	X	X	X	X
Couve manteiga	X	X		X
Espinafre			X	X
Inhame		X	X	X
Mandioca (descascada, picada e embalada a vácuo)		X	X	X
Milho verde sem palha	X	X	X	X
Molho de tomate		X	X	X
Pepino		X	X	X
Pimentão	X		X	X
Pinhão		X	X	X
Quiabo			X	X
Rabanete			X	X
Repolho verde	X	X	X	X
Repolho roxo			X	X
Rúcula			X	X
Salsinha			X	X
Tomate	X	X	X	X
Vagem	X	X	X	X

QUADRO 3. DISTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE ALIMENTOS – HORTALIÇAS, TEMPEROS E SEMENTES – SEGUNDO AS CHAMADAS PÚBLICAS DO PEA-PR DE 2010 A 2013. Fonte: Autoria própria. Adaptado de pesquisa documental, 2014.

De acordo com os dois quadros apresentados, percebe-se um incremento significativo de frutas e derivados e hortaliças, temperos e sementes nas Chamadas Públicas do PEA-PR. Sobre

esta constatação é fundamental reforçar que segundo o recém-publicado Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), estudos indicam que o efeito benéfico sobre a prevenção de doenças advém do alimento em si e das combinações de nutrientes e outros compostos químicos que fazem parte da matriz do alimento, mais do que de nutrientes isolados (2014, p. 16). Desta forma, o PEA-PR, ao priorizar a aquisição de frutas e hortaliças pode estimular hábitos saudáveis entre os escolares.

Além disto, é importante observar neste grupo a presença da mandioca, a partir de 2011 e a farinha (seu derivado) a partir de 2012. Ainda considerando as concepções de Carneiro (2001, p. 71-79), este é um alimento culturalmente referenciado.

Este fato torna-se importante por associar o estímulo à produção do alimento culturalmente referenciado e ainda incentivar o seu plantio pelo segmento da AF, pois, como já mencionado estes agricultores estão em maior número de estabelecimentos e contam com menor área para produção, mas, ainda assim a AF produz 80,95% da mandioca consumidas no estado (IBGE, 2010).

O feijão, por sua vez, presente todos os anos, na Chamada de 2010 estava no grupo ‘Outros’, identificado apenas como ‘feijão preto/cores’ e em 2014 já aparecia em um grupo exclusivo ‘Feijões’, como uma demanda de feijão preto e cores, tipo I e II, aumentando assim as opções de venda do agricultor familiar. E assim como a mandioca, é produzido majoritariamente pela AF, sendo 75,45% do feijão preto consumido (IBGE, 2006).

O QUADRO 4 apresenta a evolução dos grupos de alimentos – Cereais e Feijões – em demanda para a aquisição de alimentos oriundos da AF no Paraná, segundo as Chamadas Públicas de 2010 a 2013.

Gêneros alimentícios	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Cereais				
Arroz integral	X	X	X	
Arroz polido	X	X		
Arroz parboilizado tipo I		X	X	X
Arroz parboilizado tipo II		X	X	
Arroz branco tipo I				
Farinha de mandioca brava, torrada ou biju			X	X
Farinha de milho biju		X		X
Farinha de milho		X		X
Fubá		X	X	X
Macarrão caseiro		X		
Macarrão seco		X		X
Quirera				
Feijões				
Feijão preto/cores	X	X		
Feijão preto/cores empacotado				
Feijão cores empacotado tipo I e II			X	
Feijão preto empacotado tipo I e II			X	
Feijão cores tipo I e II				X

QUADRO 4. DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE ALIMENTOS – CEREAIS E FEIJÕES – SEGUNDO AS CHAMADAS PÚBLICAS DO PEA-PR DE 2010 A 2013. Fonte: Autoria própria. Adaptado de pesquisa documental, 2014.

Considerando as informações analisadas das Chamadas Públicas, percebe-se um incremento também para os alimentos que constituem o grupo de cereais e feijões.

Estes dois itens, mais especificamente o arroz e o feijão, têm diferenças quanto à qualidade do produto, sendo que o arroz é dividido em tipo I até V em que, o tipo I é tido como o de melhor qualidade e o tipo V o de pior qualidade ou com maior quantidade de defeitos. Segundo Castro *et al* (1999) pode-se realizar alguns procedimentos para que o arroz tenha melhor qualidade e valor comercial, dentre eles: o preparo do solo, a maneira de cultivar, a qualidade da semente, plantio, colheita, limpeza, secagem, armazenamento, entre outros.

Percebe-se então que, a presença destes alimentos nas Chamadas Públicas pode incentivar o agricultor familiar a produzi-los e almejar ofertar o alimento de melhor qualidade, porém, traz a necessidade de adequações por parte do agricultor para se chegar ao produto tipo I e II.

Ainda sobre o grupo de cereais e feijões, como evidenciado em outro momento, a alimentação escolar pode e deve ser vista como uma possibilidade de fomentar hábitos alimentares saudáveis. Sendo assim, a manutenção e/ou o resgate de práticas alimentares que respeitem a cultura alimentar brasileira sempre deve ser vista como uma possibilidade viável de promoção à saúde também no ambiente escolar. Neste sentido, o PEA também evidencia seus esforços quando igualmente amplia as possibilidades de compra e conseqüentemente de oferta nas escolas de alimentos e/ou preparações que façam referência aos hábitos ancestrais de comensalidade, no caso, aqui exposto como a farinha de milho, o fubá e a quirera que representam fortemente a influência europeia na alimentação do paranaense.

Considera-se ainda que os demais gêneros que foram se fazendo presentes nas listas ao longo das Chamadas - de 2010 a 2013 - como sucos, iogurtes, geleias, doces e produtos embalados a vácuo, conferem ao processo de Chamada Pública um maior leque de opções possíveis de serem comercializados pelas entidades de agricultores.

Os produtos cárneos e lácteos também estão presentes nas Chamadas Públicas. Estes produtos, por sua vez, exigem a certificação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), do Estado do Paraná (SIP) ou no nível Federal (SIF) instâncias que controlam a liberação para o processamento e venda de produtos de origem animal por região de comercialização.

O QUADRO 5 apresenta a evolução do grupo de alimentos – Alimentos de origem animal – segundo as Chamadas Públicas de 2010 a 2013:

Gêneros alimentícios	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Alimentos de origem animal				
Iogurte	X		X	X
Mel	X	X	X	X
Ovo caipira/branco/vermelho	X	X	X	X
Polpa de peixe	X			
Queijo colonial/mussarela	X	X	X	
Doce de leite pastoso		X	X	
Filé de peixe congelado		X	X	
Iogurte líquido		X		
Leite pasteurizado		X	X	X
Leite UHT		X		
Bebida láctea			X	X
Bisteca suína congelada			X	X
Manteiga sem sal			X	
Filé de bagre ou pescada congelado				X
Filé de tilápia congelado				X

QUADRO 5. DISTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE ALIMENTOS – ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL – SEGUNDO AS CHAMADAS PÚBLICAS DO PEA DE 2010 A 2013. Fonte: Pesquisa documental, 2014. Adaptação: Santos, 2014.

Fornazier e Waquil (2013) relatam a importância da garantia do alimento seguro em termos de contaminação por agentes químicos, físicos e biológicos principalmente para alimentos de origem animal. Neste sentido, observa-se que as exigências às entidades dos agricultores também foram aumentando ao longo das Chamadas.

2.3.3 Documentação necessária para habilitação do agricultor familiar

O QUADRO 6 traz uma comparação entre a documentação necessária para a habilitação das Cooperativas/Associações, segundo as Chamadas Públicas de 2010 a 2013 e destaca aqueles que foram acrescentados como novas exigências a cada ano.

Documentação necessária para habilitação	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ	X	X	X	X
Declaração de aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica	X	X	X	X
Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União	X	X	X	X
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal	X	X	X	X
Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial quando Cooperativa, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas quando Associação	X	X	X	X
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da AF para a Alimentação Escolar (proposta)	X	X	X	X
Declaração da cooperativa/associação, responsabilizando-se pelo controle do limite individual de venda por DAP/ano	X	X	X	X
Cópia de certificado de Produto Orgânico, quando for o caso	X	X	X	X
Cópia da Licença de Inspeção Sanitária vigente, concedida pela Vigilância Sanitária, para alimentos de origem animal, se houver	X	X	X	X
Cópia do registro no órgão competente para produtos de origem animal	X	X	X	X
Declaração da inexistência de trabalhadores menores		X	X	X
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Secretaria da receita e Procuradoria)		X	X	X
Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho		X	X	X
SIM, SIP ou SIF		X	X	X
Origem animal: anotação de responsabilidade técnica (ART)		X	X	X
Declaração do controle de qualidade do leite		X	X	X
Declaração do controle de brucelose e tuberculose bovina			X	X
Prova de inscrição estadual para emissão (obrigatória) de nota fiscal de venda			X	X
Extrato da DAP jurídica comprovando que 70% de AF (com lista dos agricultores) são vinculados ao extrato da DAP			X	X
Comprovante do registro no serviço de Inspeção Vegetal do MAPA para sucos e polpa de fruta congelada			X	X
Organização de Controle Social (OCS)				
Licença sanitária para produtos processados de origem animal ou vegetal e para minimamente processados				X
Declaração de Produção				X
Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária – com RT				

QUADRO 6. DISTRIBUIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO SEGUNDO AS CHAMADAS PÚBLICAS DO PEA E DE 2010 A 2013.

Fonte: Pesquisa documental, 2014. Adaptação: Santos, 2014.

No quadro 6 chama-se atenção para o fato de ocorrerem novas exigências ao longo dos anos. Por exemplo, levando em consideração as Chamadas Públicas de 2011 e 2012 comparando com a de 2010, foram exigidos 11 novos documentos e em 2013 ainda acrescentam-se 2 novos documentos.

Quando se trata de produtos de origem animal, outros aspectos devem ser considerados. A produção do leite de vaca no Brasil é regida pelas normas da Instrução Normativa (IN) 62 vigente a partir de 2011. A IN 62 tem como objetivo “fixar os requisitos mínimos que devem ser observados para a produção, a identidade e a qualidade do leite tipo A”, define técnicas de higiene e sanidade do animal e do ordenhador; e higiene das instalações; define a temperatura ideal para a ordenha, transporte e conservação do leite, além da obrigatoriedade de análises laboratoriais mensais (BRASIL, 2011). O leite de vaca está presente nas Chamadas Públicas destinadas para a AF e para a aquisição destes, seguem as normas da IN 62.

Sobre o processamento de alimentos, o Guia Alimentar para a População Brasileira faz a seguinte observação: “[...] limpeza, remoção de partes não comestíveis, secagem, embalagem, pasteurização, resfriamento, congelamento, moagem e fermentação são exemplos de processos mínimos que transformam alimentos *in natura* em minimamente processados e, como em todo processamento mínimo, não há agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento” (BRASIL, 2014, p. 28).

O processamento mínimo de alimentos demanda de um controle rigoroso até se chegar ao consumo, desde a escolha de matéria prima, modo de processamento, uso de embalagens adequadas e armazenamento, pois por estarem constantemente sendo manuseados (descasque, fracionamento, lavagem e armazenamento) têm suas barreiras de proteção contra contaminação diminuídas e, por isso, tem sido relacionado à presença destes alimentos ao surgimento de surtos de infecção alimentar (PAULA *et al*, 2009).

Considerando as condições das cozinhas escolares (infraestrutura, equipamentos e pessoas habilitadas/merendeiras) para o preparo das refeições, há que considerar a possibilidade de adquirir alguns destes produtos (minimamente processados) com vistas a garantir uma melhor/maior oferta de frutas, legumes e vegetais. O processamento mínimo, apesar de poder diminuir o período de armazenamento e aumentar o risco de contaminação (quando não há controle adequado), agrega valor ao produto oriundo da agricultura familiar e, contribui de forma significativa para a redução laboral nos espaços das cozinhas facilitando assim o trabalho das pessoas responsáveis por estas etapas, como as merendeiras.

Sobre esta assertiva é viável refletir sobre o papel que exercem as merendeiras frente a oferta da alimentação escolar. Em estudo realizado por Rocha (2014) constatou-se que quando o olhar sobre a execução do PNAE se volta para dentro da unidade escolar, identifica-se a atuação cotidiana da merendeira como uma função crítica de preparar e servir a alimentação, isso, porque, além de ser a responsável pela cozinha e pelos equipamentos, cabe a esta pessoa o controle absoluto do uso/preparo dos alimentos.

Convém ressaltar ainda que a presença dos itens supracitados (leite de vaca, suíno e minimamente processados) nas Chamadas Públicas poderia estimular as Cooperativas/Associações a realizarem as modificações necessárias para as adequações nos seus respectivos estabelecimentos como agroindústrias familiares no que concerne a: alvará de funcionamento, adequações higiênico-sanitária que atendam as normativas vigentes, gerar trabalho e renda entre outras possibilidades. Porém, Silva e Tsukamoto (2001) afirmam que frente à diversidade que agrega agricultores familiares, existem aqueles produtores tradicionais que por não possuírem capital, utilizam de técnicas rústicas de produção e se veem obrigados a modernizar-se para acompanhar o intenso crescimento de mercado. Nesse ponto, é fundamental considerar imperativa a necessidade de uma normativa que atenda a esta diversidade e, sobretudo, que contemple adequação aplicada a cada realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PEAÉ do Paraná vem se consolidando como política pública capaz de promover a SAN, vez que houve um aumento nos recursos disponíveis para a execução do programa e tem-se acentuado a quantidade e o leque de opções de gêneros alimentícios demandados de maneira a ofertar aos escolares uma alimentação saudável, com respeito aos hábitos alimentares e a aptidão agrícola da região, além de ser um instrumento de geração de renda para os agricultores familiares. Porém, deve-se ponderar que as Chamadas Públicas avaliadas correspondem à itens de demanda e desta forma, não há como aferir se estes foram adquiridos realmente, tornando importante o confronto com literatura e documentos oficiais disponíveis pela SEED.

Apesar da visível evolução da implantação da "nova Lei" no estado do Paraná, há que se ressaltar como ponto negativo, que não necessariamente, são normas estaduais, mas que aumenta de forma significativa a burocratização do acesso, evidenciados pela quantidade de documentos exigidos para a habilitação, principalmente no que tange aos produtos de origem animal e processados.

REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. saúde pública**, v. 19, n. Supl 1, p. 181-91, 2003.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. **Produção e Consumo de Alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e comer**. In: *Faz Ciência / Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão*, v.14, n.19, 2012. p. 35-61.

BRASIL. FNDE. Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. 2014.

BRASIL. FNDE. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, 18 jun 2013.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico**, 2010.

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 set. 2006.

BRASIL. Lei nº. 11947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e outros. **Diário Oficial da União**, 16 jun 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União** 24 jul de 2006.

BRASIL. Lei nº 7802 de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 11 jul de 1989.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011.**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Novo Plano Agrícola disponibilizará R\$ 136 bilhões para safra 2013/14.**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012.**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.**

BRASIL. Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária (DISPOA). Instrução Normativa nº 62, de 26 de agosto de 2003. Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais para Análises Microbiológicas para Controle de Produtos de Origem Animal e Água. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de agosto de 2003. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a população Brasileira**, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.**

BRASIL. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Perfil da Agropecuária Paranaense**, 2003.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Centro**, v. 24015, p. 110, 2009.

CARNEIRO, Henrique S. História da Alimentação no Brasil. In: MIRANDA, D. Santos; CORNELLI, Gabrielle. Cultura e alimentação: saberes alimentares e sabores culturais. **São Paulo: SESC**, 2001., p. 71-79.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária Baiana: Transformações E Impactos, 2005. In: DE ATHAYDE COUTO FILHO, Vitor. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Editora Garamond, 2007. p 79-98.

DA SILVA, Jerri Augusto; TSUKAMOTO, Ruth Youko. A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor. **VICE-REITORA**, p. 147-162, 2001.

DE CASTRO, E. da M. et al. **Qualidade de grãos em arroz**. Embrapa Arroz e Feijão, 1999. 30p.

FORNAZIER Armando; WAQUIL Paulo Dabdab. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. In: CONTERATO, Marcelo Antonio et al. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. **Porto Alegre: Via Sapiens**, 2013. p. 61-77.

GASQUES, José Garcia et al. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2004.

LIMA, Priscila Gualberto; CORREA, Gilson Cesar Pianta. Adquirindo alimentos da reforma agrária: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política de segurança alimentar nos assentamentos do Rio Grande do Sul In: CONTERATO, Marcelo Antonio et al. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. **Porto Alegre: Via Sapiens**, 2013. p. 167-189.

MALVEZZI, Roberto. O incômodo censo agropecuário. **MST**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8405>. Acessado em março de 2015.

MINAYO, María C de Souza. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Agricultura familiar na merenda escolar ganha destaque nacional**, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Agricultura familiar para merenda chegará a R\$ 58 milhões**, 2014.

PAULA, Nélio Ranieli Ferreira de *et al.* Qualidade de produtos minimamente processados e comercializados em gôndolas de supermercados nas cidades de Lavras-MG, Brasília-DF e São Paulo-SP. **Ciênc Agrotecnol**, v. 33, n. 1, p. 219-27, 2009.

Rede brasileira de alimentação e nutrição do escolar (REBRAE). **A Lei 11.947/2009 e as novas diretrizes do programa nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/artigo/alim_rebrae.pdf. Acesso em março de 2015.

ROCHA, Ana Angélica Bezerra de Melo. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma análise sobre fatores que incidem na qualidade da sua implementação nos municípios brasileiros**. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e Agricultura**, v. 1, 2013.

SÃO JOSÉ NOS EVANGELHOS APÓCRIFOS

Elenira Aparecida Cunha Moreira¹

1 INTRODUÇÃO

Craveri apresenta em sua obra intitulada “*I vangeli apocrifi*”² 35 escritos distribuídos com a seguinte classificação: sete Evangelhos da Infância; sete Evangelhos da pregação, quinze Evangelhos da paixão e da ressurreição; dois relatos da Assunção de Maria; três Evangelhos gnósticos e um Evangelho dualista.³

Neste trabalho pretende-se considerar a figura de São José nos sete evangelhos apócrifos denominados evangelhos da infância que são: Proto-Evangelho de Thiago, Evangelho do Pseudo-Tomé, Evangelho do Pseudo-Mateus, Evangelho árabe da infância, Evangelho armênio da infância, Livro da natividade de Maria e História de José, o carpinteiro.⁴

Contudo, almeja-se aqui oferecer uma versão completa da História de José, o carpinteiro a fim de que o seu conteúdo possa ser conhecido na íntegra e com ele aspectos interessantes para a compreensão da tradição relativa à figura do “Santo velho José carpinteiro”. Em seguida, serão apresentados alguns aspectos dos outros seis escritos, mas sem uma tradução completa dos mesmos, pois tal feito ultrapassaria os limites desta exposição.

A História de José, o carpinteiro está inserida nos evangelhos da infância de Jesus, mas justifica-se apenas por um terço de sua exposição, extrapolando-os pela história da velhice e morte de José narrada por Jesus aos seus discípulos no Monte das Oliveiras. Os demais evangelhos, contudo, limitam-se pelas relações de José com Maria e com o menino Jesus. Todos esses evangelhos, que em geral seguem os Evangelhos canônicos da infância [Mateus e Lucas], não são unânimes em traçar um perfil de José, uma vez que a sua intenção concentra-se principalmente em relacionar a infância de Jesus com sua divindade e missão posterior. Tomando-se, ainda, em consideração aspectos doutrinários que os textos querem enfatizar.

Portanto, os temas comuns aos demais apócrifos são o matrimônio de José com Maria, desde que ele a retirou do templo até o recenseamento, o nascimento de Jesus em Belém e sua infância na casa de Nazaré depois do retorno do Egito. Neste sentido, afirma-se uma opinião

¹ Doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2003). Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1997). Graduação em Teologia pelo Instituto Teológico Pio XI (1993). Atualmente é professora titular do Centro Interdiocesano de Teologia de Cascavel.

² CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**. Torino: Einaudi, 1969. 603 p.

³ FARIA lista 33 evangelhos entre os livros apócrifos do Segundo Testamento, mas esta lista não coincide completamente com a proposta de CRAVERI. Cf. FARIA, Jacir de Freitas. **As origens apócrifas do cristianismo: comentário aos evangelhos de Maria Madalena e Tomé**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 21.

⁴ Para realizar esta finalidade se usará a obra de Marcello Craveri, “*I vangeli apocrifi*”, cuja recensão é acompanhada de uma acurada tradução dos textos em questão. A versão para a Língua Portuguesa é própria, em razão de não se encontrar uma tradução acessível dos mesmos tais quais apresenta o autor. Tratados da História de José, o carpinteiro podem ser encontradas em MORALDI, Luigi. **Evangelhos apócrifos**. São Paulo: Paulus, 1999. 393 p e FARIA, Jacir de Freitas. **As origens apócrifas do cristianismo: comentário aos evangelhos de Maria Madalena e Tomé**. São Paulo: Paulinas, 2003. 172 p.

comum de que esses capítulos constantes na História de José, o carpinteiro teriam uma dependência com o Proto-evangelho e com o Pseudo-Tomé.

2 HISTÓRIA DE JOSÉ O CARPINTEIRO

A História de José, o carpinteiro é composta de 32 capítulos e sua inserção nos Evangelhos Apócrifos da Infância de Jesus justifica-se pelo grupo dos capítulos 2 a 11 que acenam para o matrimônio de José e Maria, desde quando ele a retira do Templo, ao censo, ao nascimento de Jesus em Belém e à sua infância na cidade de Nazaré depois do retorno do Egito.

É comum considerar uma dependência da História de José, o carpinteiro com o Proto-Evangelho de Thiago e com o Pseudo-Tomé, mas pode-se dizer que essas coincidências pertencem ao análogo desenvolvimento de uma tradição comum, cujas raízes fundam-se nos primeiros capítulos dos Evangelhos canônicos de Mateus e Lucas.⁵

Por outro lado, como afirma Craveri, esses dados servem apenas para fornecer uma rápida biografia de José até a sua morte, ocorrida, segundo o autor do apócrifo, na idade de 111 anos:

A verdadeira intenção da *História de José* é a comemoração da passagem desta vida do velho carpinteiro e a instituição do aniversário de sua morte, com a concessão de particulares privilégios a todos aqueles que celebrarem seu acontecimento com obras de caridade e recordem José, glorificando sua santidade, e impondo o seu nome nos próprios filhos.⁶

Em termos de desenvolvimento, o apócrifo apresenta a seguinte estrutura em capítulos:

- 1 Prólogo;
- 2 Jesus no Monte das Oliveiras inicia diante de seus discípulos a narrativa da vida de seu pai José, o carpinteiro (1);
- 3 Casamento de José, nascimento de seus filhos e viuvez (2);
- 4 Decisão dos sacerdotes em encontrar um noivo para Maria entre as tribos Judá; a sorte cai sobre José (3 – 4);
- 5 A descoberta da gravidez de Maria e o sonho de José com o arcanjo Gabriel (5 – 6);
- 6 A convocação para o recenseamento, o nascimento de Jesus, a perseguição de Herodes, a partida para o Egito (7 – 8);
- 7 O retorno a Nazaré após a morte de Herodes e a chegada de José à idade de 111 anos (9 – 10);
- 8 Sumário da história dos filhos de José, inclusive de Jesus, até a iminência da morte de José (11);
- 9 Perturbação de José na iminência de sua morte (12 – 13);⁷
- 10 Doença e lamentação de José (14 – 16);
- 11 Confissão a Jesus (17);
- 12 Lamentação de Maria e dos filhos de José (18 – 20);
- 13 Entrada da morte e dos demônios (21);
- 14 Oração de Jesus que confia a alma de José aos anjos (22 – 23);
- 15 Condolências dos cidadãos e sepultura (24 – 25);
- 16 Instituição do aniversário de sua morte (26);

⁵ Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 227.

⁶ CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 227.

⁷ A partir deste ponto, segue-se na íntegra o esquema de CRAVERI. Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 227.

17 Exortação sobre a inevitabilidade da morte (27 – 32).

A primeira parte (2 – 11) da obra evidencia um paralelismo com os evangelhos canônicos e apócrifos por tratar de fatos relativos à origem humana de Jesus e sua infância. A segunda trata dos momentos finais da vida de José, contudo como assevera Moraldi seu objetivo ultrapassa a divulgação piedosa da vida do santo:

A finalidade da obra ultrapassa o escopo de edificação ou as intervenções propagandísticas sobre a vida, a personalidade e a veneração de São José. Com efeito, parece que o autor queria mostrar na situação de José a de todos os cristãos (e, nesse sentido, o acme está em 17,2 e 21,1), em polêmica contra a derogabilidade da morte e a importância de vida terrestre longa, e contra os exemplos de Henoc e Elias sublinha ainda a necessidade da morte (cf. 30,2-3). Além de tudo isso, o escrito é também uma veneração a José e cheio de genuína piedade para com Maria.⁸

Do ponto de vista de Craveri, são evidentes as influências de crenças religiosas do antigo Egito e mesmo que não se trate de uma transposição no culto cristão do mito de Osíris, como alguns sustentam, as relações com o mesmo são inegáveis.⁹

Isto não surpreende, se se considera o quanto este mito estava intimamente ligado ao de Isis, largamente absorvido pelos cristãos. É verdade que a *ressurreição* de Osíris, celebra pelos egípcios no dia 26 de Epêp (20 de julho) não tem relação com a *morte* de José, na mesma data, mas não estava isolada no processo de afirmação do cristianismo primitivo, ao lado da absorção de mitos pagãos e da transformação de heróis e divindades locais em santos e mártires da Igreja, bem como a substituição de ocorrências religiosas pagãs com recorrências cristãs diferentes.¹⁰

A História de José o carpinteiro foi transmitida por meio de três redações:

- 1Boáirica (dialeto copta do baixo Egito), publicada pela primeira vez por E. Revillout, em 1876, a partir do Codex Vaticano LXVI-II;
- 2Saídica (dialeto copta do alto Egito), composta de três fragmentos diferentes e incompletos:
 - a) fragmento do Museu Borgiana, CXVI (cap. 4 -8);
 - b) fragmento do British Museum, Orient 3358I b II (cap. 13 – 15);
 - c) fragmento do Museu Borgiana, CXXI (cap. 13 – ao início do 24);
- 3Árabe, conhecida desde 1712 a partir do manuscrito da Biblioteca Real de Paris, CCCCXXXII.¹¹

De acordo com Craveri, a redação saídica pouco difere da boáirica, salvo pelo capítulo 23, que tem nessa um desenvolvimento mais amplo e interessante. A redação árabe é independente tanto da boáirica quanto da saídica: além da narrativa ser muito mais sucinta do que nos outros dois textos e em alguns pontos completamente diferente, mas faz também um uso maior dos Evangelhos sinóticos.¹²

⁸ MORALDI, Luigi. *Evangelhos apócrifos*, p. 166.

⁹ Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 227.

¹⁰ CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 227-228.

¹¹ CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 228.

¹² Cf. Idem, p. 227

Uma particularidade já revelada por P. Peeters, que foi o primeiro a traduzir a *História de José* em língua moderna, e depois cuidadosamente examinada por R. Morenz, é a freqüente transliteração, nas versões coptas, dos termos gregos (a[ggeloj, aiw,n, anti,cristoj, bhma, decano,j, euaggelisthej, coufoj, organon, peronh, etc.) leva a supor um original grego perdido, do qual o texto copta e o texto árabe seriam uma tradução e releitura. Também expressões inteiras possuem um tom grego: não apenas as freqüentes citações neotestamentárias, principalmente paulinas, mas também, por exemplo, as máximas colocadas na boca de Jesus no primeiro capítulo, as quais remetem a reais *agrapha*, que ecoam sentenças evangélicas sobre o “reino”.¹³

O texto possui algumas referências quiliastas e gnósticas que não são suficientes para classificá-lo com tal. Em relação à época em que tenha sido escrito, uma referência no capítulo 27 a um episódio narrado no Evangelho árabe da infância permite colocar a composição do texto original no máximo no século V ou em época posterior. De qualquer forma, não se trata de obra muito antiga porque os dados biográficos de José nela contidos pertencem a uma tradição relativamente tardia: seu primeiro casamento com o nascimento de quatro filhos e duas filhas, sua viuvez, matrimônio com Maria em idade muito avançada, profissão de carpinteiro.¹⁴

A tradução proposta nesta obra segue a opção de Craveri, ou seja, o texto boáirico porque é mais extenso, seguindo o trabalho de P. Peeters e de A. de Santos Otero, que retoma a versão crítica de Morenz (1951).¹⁵

TEXTO¹⁶

Prólogo

Este é o passamento de nosso pai José, o carpinteiro, pai de Cristo segundo a carne, o qual viveu cento e onze anos. Nosso salvador contou toda a sua vida aos apóstolos no Monte das Oliveiras, e os apóstolos escreveram estas palavras e as depositaram na Biblioteca de Jerusalém. O velho santo deixou seu corpo no dia 26 do mês de Epêp¹⁷. Na paz de Deus. Assim seja!

¹Chegou, pois, o dia em que, tendo nosso bom salvador se sentado no Monte das Oliveiras, e os seus discípulos reunindo-se em volta dele, ele lhes disse: Meus caros irmãos, filhos do meu bom Pai, que ele escolheu do mundo todo.

²Sabeis que sempre vos anunciei o que me deverá acontecer, que serei crucificado, que provarei a morte por todos, que ressurgirei dos mortos, que vos darei a missão de pregar o evangelho, a fim de que o anunciéis ao mundo inteiro, que vos investirei de um poder que descera do alto e vos encherá do Espírito Santo, a fim de pregardes a todas as nações dizendo: Fazei penitência!

³De fato, vale mais um copo de água na vida futura do que todas as riquezas deste mundo.

⁴E ainda: vale mais a marca de uma pegada na casa de meu Pai, que todas as riquezas deste mundo.

⁵E ainda: vale mais uma hora para os justos, na qual se alegrem, do que cem anos para os pecadores, nos quais chorem e se lamentem, sem que ninguém console suas lágrimas ou lhes dê atenção.

⁶Agora, pois, meus membros gloriosos, quando fordes, dizei-lhes: Com uma justa medida e com pesos justos meu pai ajustará as vossas contas. E ainda: Cada palavra inútil que dissestes será examinada.

⁷Assim como não é possível fugir da morte, também ninguém pode fugir de suas ações, boas ou más.

⁸Mas, como já vos disse muitas vezes, agora vos repito: o forte não pode se salvar com sua própria força, nem o rico se salva com a abundância de sua riqueza.

⁹E agora escutais porque quero vos contar a vida de meu pai José, o santo velho carpinteiro.

²Havia um homem chamado José, que era de Belém, a cidade dos judeus, a cidade de Davi.

¹³ CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 228.

¹⁴ Cf. Idem, p. 228.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 229-248.

¹⁷ O mês copta de Epêp (‘Epifi.) compreendia entre 25 de junho e 24 de julho, e o dia indicado como sendo o da morte de José correspondia, portanto, a 20 de julho, dia da ressurreição de Osíres e ano novo para os antigos egípcios. Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 229, nota 1.

²Ele era bem instruído na sabedoria e na arte da carpintaria.

³Este homem, José, uniu-se em santo matrimônio com uma mulher que lhe deu filhos e filhas: quatro homens e duas mulheres, seus nomes eram: Judas e Joset; Thiago e Simeão; Lísia e Lídia.

⁴Sua mulher morreu, como é o destino de todo ser humano, e deixou Thiago ainda em tenra idade.

⁵José era um justo que glorificava a Deus em todas as suas obras. Habitualmente viajava para exercer seu ofício de carpinteiro, ele e seus dois filhos, porque vivia do trabalho de suas mãos, segundo a lei de Moisés.

⁶Este homem justo, do qual estou falando, é José, meu pai segundo a carne, ao qual minha mãe se uniu como esposa.

3¹Enquanto meu pai vivia em viuvez, Maria, minha mãe, a santa e abençoada acima de todas as outras mulheres, estava no Templo, ocupando-se do seu serviço em santidade. Ela havia chegado aos doze anos, tendo transcorrido os seus primeiros anos na casa dos pais e outros nove anos no Templo do Senhor.

²Então os sacerdotes, vendo que a virgem conduzia uma vida santa, compenetrada no temor de Deus, discutiram entre si e disseram: Busquemos um homem bom para dá-la como noiva enquanto não chega o tempo do matrimônio, para que não aconteça, que lhe ocorra no Templo, o período de sua impureza e que nos tornemos culpados de um grave pecado.

4¹Rapidamente eles convocaram as tribos de Judá e escolheram doze famílias, correspondentes aos nomes das doze tribos de Israel.

²A sorte caiu sobre o santo velho José, meu pai segundo a carne.

³Disseram então os sacerdotes a minha mãe, a virgem bendita: - Vá com José e seja lhe submissa até que chegue o templo de celebrar o matrimônio.

⁴E José, tomou Maria, minha mãe, em sua casa. Ela encontrou o pequeno Thiago na tristeza de órfão e começou a acariciá-lo. É por este motivo que foi chamada mãe de Thiago.

⁵Quando José a tomou em sua casa, permaneceu lá, onde exercitava o ofício de carpinteiro.

⁶E minha mãe Maria permaneceu na casa dois anos, até que chegasse o momento oportuno.

5¹Quando ela chegou aos quatorze anos, eu vim, livremente habitar nela, eu Jesus, vossa vida.

²No terceiro mês de gravidez, voltou o inocente José de sua viagem. Encontrou a virgem, minha mãe grávida e se perturbou, e tomado de medo pensou em devolvê-la secretamente. E por causa da sua aflição não comeu nem bebeu.

6¹Mas durante a noite Gabriel, o arcanjo da alegria, por ordem de meu Pai lhe apareceu em sonho e lhe disse: José, filho de Davi, não temas em tomar contigo Maria, tua esposa, porque aquele que ela dará a luz é fruto do Espírito Santo.

²Tu lhe porás o nome de Jesus. Ele guiará todos os povos com um cetro de ferro.

³O anjo desapareceu, e José, despertado do sono, fez como o anjo lhe havia ordenado e tomou Maria consigo.

7¹Enquanto isso saiu um decreto da parte do rei Augusto para que se fizesse um recenseamento de toda a terra, cada um em sua cidade de origem.

²Osanto velho se pôs a caminho, e levou Maria, a virgem, minha mãe, para a cidade de Belém. E como ela já estivesse próxima de dar a luz, ele mandou o escriba registrar o seu nome da seguinte maneira: - José, filho de Davi, com Maria, sua esposa e Jesus seu filho, da tribo de Judá.

³Maria, minha mãe, me deu à luz no caminho de volta de Belém, junto ao túmulo de Raquel, a mulher do patriarca Jacó, mãe de José e de Benjamim.

8¹Satanás aconselhou Herodes, o pai de Arquelau, aquele que mandou decapitar João Batista, meu caro parente.

²E assim ele me procurou, para me matar, porque pensava que o meu reino fosse deste mundo.

³José foi advertido em sonho, da parte de meu Pai, e partiu imediatamente, tomando consigo Maria, minha mãe, em cujos braços eu era carregado e em nossa companhia estava também Salomé. Chegamos ao Egito e lá permanecemos um ano, até que os vermes se apossaram do corpo de Herodes e ele morreu em castigo por ter derramado o sangue de crianças inocentes.

9¹Quando o ímpio Herodes morreu, nós retornamos para uma cidade da Galileia que se chama Nazaré.

²Meu pai José, o santo velho, continuava a exercer seu ofício de carpinteiro e nós vivíamos do trabalho de suas mãos. Observante da Lei de Moisés, ele jamais comeu o seu pão sem trabalhar.

10 Mesmo depois de muito tempo, seu corpo e suas vistas não tinham enfraquecido, nem mesmo os dentes haviam se desgastado em sua boca. Em nenhum momento perdeu o juízo e a sabedoria, mas era como um jovem, embora tivesse chegado à sua idade, em uma venerável velhice, os cento e onze anos.

11¹Ora, seus dois filhos menores, Joset e Simeão, casaram-se e se estabeleceram em suas casas. Também suas filhas se casaram, como é natural entre os humanos, e José ficou sozinho com Thiago, o menor dos seus filhos.

²Eu, desde que minha mãe me deu à luz, estava sempre perto deles em completa submissão de filho. E, verdadeiramente, fiz todas as coisas que fazem os homens, com exceção do pecado.

³Chamava a Maria: “minha mãe” e a José: “meu pai”. Obedecia-lhes em tudo o que eles me mandavam, não respondia nem mesmo com uma palavra, e tinha sempre por eles grande afeto.

12¹Mas depois, também a José, meu pai, a morte se aproximou, como está previsto para todos os homens.

²Quando o seu corpo adoeceu, um anjo lhe advertiu: - Tu morrerás ainda este ano.

³E tendo ficado com a alma perturbada, dirigiu-se a Jerusalém, no Templo do Senhor, prostrou-se diante do altar e fez a seguinte oração.

13¹Ó Deus, Pai de toda misericórdia e Pai de toda a carne, Senhor da minha alma, do meu corpo e do meu espírito!

²Já que se completaram os anos da minha vida, que tu me destinastes neste mundo, peço-te Senhor Deus, que me envies o arcanjo Miguel, a fim de que permaneça comigo até que minha pobre alma deixe o meu corpo sem dor e sem aflição.

³A morte é para todos os mortais motivo de grande temor e dor: para o homem e para os animais domésticos, para os animais selvagens, para os reptéis e para os pássaros.

⁴Em suma, para todas as criaturas que vivem sob o céu e nas quais há um hálito de vida, constitui uma dor e uma aflição a separação da alma e do corpo.

⁵Por isso, ó meu Senhor, faz com que teu anjo permaneça junto da minha alma e da meu corpo, para que uma se separe da outra sem dor.

⁶Não permita que o anjo que me foi confiado desde o dia em que saí de tuas mãos até hoje, volte sobre mim o rosto coberto de cólera, ao longo do caminho que eu farei em vossa direção, mas que seja pacífico.

⁷Não permita que aqueles, cujo rosto é inconstante, me atormentem no caminho que farei em vossa direção.

⁸Não permita que a minha alma seja presa por aqueles que ficam na entrada, e não deixe que ela se confunda diante do seu tribunal assombroso.

⁹Não permita que se lancem sobre mim as ondas daquele rio de fogo, no qual se devem purificar todas as almas antes de ver a glória de vossa majestade.

¹⁰Ó Deus, que julgais todos em verdade e justiça! Vossa misericórdia seja meu conforto, porque és a fonte de todo o bem. A ti toda a glória, pela eternidade da eternidade. Amém.

14¹Ocorreu que, retornando a Nazaré, a cidade onde habitava, adoeceu com a doença pela qual devia morrer, como está decretado para todos os homens.

²Essa se manifestou muito mais grave do que em todas as outras vezes em que ele havia estado doente desde o dia em que tinha vindo ao mundo.

³E eis o s dados da vida de meu amado pai José.

⁴Quando tomou mulher tinha chegado à idade de quarenta anos. Viveu outros quarenta e nove anos em matrimônio com sua mulher. Depois que essa morreu, ficou um ano sozinho.

⁵Depois, minha mãe viveu outros dois anos em sua casa, tendo ele recebido-a dos sacerdotes com estas palavras: — Guarde-a até o momento no qual se celebrará o vosso matrimônio.

⁶No início do terceiro ano em que ela habitava em sua casa — aos quinze anos de sua vida — colocou-me no mundo de modo misterioso, que ninguém em todo o universo pode compreender, exceto eu, meu Pai e o Espírito Santo, que somos uma só coisa.

15¹O total dos dias da vida de meu pai José, o santo velho, foi de cento e onze anos, de acordo com o que meu bom Pai havia estabelecido.

²Ele deixou o seu corpo no dia 26 do mês de Epêp.

³Naquele tempo, o ouro puro que era a carne de meu pai José começou a se alterar, e a prata da sua inteligência e sabedoria se modificou.

⁴Esqueceu-se de beber e de comer, e sua habilidade em seu ofício diminuiu.

⁵E aconteceu que naquele dia, 26 de Epêp, quando começou a clarear, meu pai José foi tomado por uma grande agitação em seu leito. Ele sentiu uma dor lacerante, emitiu um gemido profundo e começou a gritar em alta voz, dizendo:

16¹Infeliz de mim! Maldito o dia em que minha mãe me trouxe ao mundo!

²— Maldito o ventre que me gerou! Malditos os peitos que me amamentaram!

³— Malditos os joelhos que me apoiaram!

⁴— Malditas as mãos que me sustentaram até que me tornasse homem e vivesse em pecado!

⁵— Maldita minha língua e meus lábios, sempre culpados de injúria, difamação, calúnia, escárnio, nos quais abunda o engano!

- ⁶— Malditos os meus olhos porque viram escândalos!
⁷— Malditos os meus ouvidos porque escutaram com prazer palavras fúteis!
⁸— Malditas as minhas mãos que tomaram coisas que não lhe pertenciam!
⁹— Maldito meu estomago e o meu ventre que ingeriram alimentos que não deviam! Qualquer coisa que se lhe apresentasse devoravam mais do que a chama de uma fornalha ardente, até torná-los inúteis!
¹⁰— Malditos os meus pés, que mal serviram o meu corpo levando-o por estradas injustas!
¹¹— Maldito todo o meu corpo que tornou minha alma deserta e estrangeira para Deus que a criara!
¹²— Que farei agora? Estou cercado por todas as partes.
¹³— Em verdade são desventurados todos os homens que cometem pecados!
¹⁴— E é esta a minha aflição, a mesma que vi abater-se sobre meu pai Jacó quando deixou seu corpo: a mesma hora que se apodera de mim infeliz.
¹⁵— Mas é Jesus, Deus, juiz da minha alma e do meu corpo, que realiza em mim a sua vontade.

17¹Quando meu amado pai José acabou de falar, eu me levantei e fui até onde ele estava deitado. E vendo-o conturbado na alma e no espírito, lhe disse: - José, meu amado pai, tua velhice é boa e abençoada!

²— Ele me respondeu, tomado de uma agitação mortal, dizendo: - Mil vezes amado filho. Minha alma se tranqüiliza ao escutar tua voz.

³— Jesus, meu Senhor, Jesus, meu verdadeiro rei, meu bom e misericordioso salvador, Jesus, meu libertador, Jesus, meu guia, Jesus, meu protetor, Jesus que é todo bondade, Jesus, olhar escrutinador, Jesus, ouvidos atentos, escuta hoje teu servo que implora e derrama lágrimas na tua presença!

⁴— Verdaderamente tu és Deus. Verdaderamente és o Senhor, como me disse muitas vezes o anjo, e sobretudo o dia que meu coração foi tomado de dúvida, por causa dos julgamentos humanos, contra a virgem bendita, e eu disse: “Vou despedi-la secretamente”.

⁵— Mas enquanto pensava essas coisas, apareceu-me em sonho um anjo e disse: “José, filho de Davi, não temas em receber Maria tua esposa, porque aquele que dela nascerá é fruto do Espírito Santo”.

⁶— “Não levante nenhuma suspeita sobre a sua gravidez. Ela dará à luz um filho, e tu lhe porás o nome de Jesus”.

⁷— Tu és, Jesus Cristo, o salvador da minha alma, do meu corpo e do meu espírito. Não condene teu servo, obra das tuas mãos.

⁸— Eu não conhecia, nem compreendia o mistério da tua extraordinária concepção, e nunca tinha ouvido dizer que uma mulher pudesse conceber sem a ação de um homem e que uma virgem desse à luz sem romper o selo de sua virgindade.

⁹— O meu Senhor! Se não fosse por esse mistério, eu não teria crido em ti, nem na tua santa concepção, dando graças àquela que te gerou, Maria, a virgem bendita.

¹⁰— Me lembro o dia em que uma serpente picou um jovem e ele morreu.

¹¹— Os seus familiares te procuravam para entregar-te a Herodes.

¹²— Mas a tua misericórdia o salvou e fizestes ressuscitar aquele pelo qual te haviam acusado dizendo: “Tu o mataste!” Por isso, houve grande alegria na casa do morto.

¹³— Eu então te peguei por uma orelha e te disse: “Seja prudente, meu filho!”

¹⁴— E tu me reprovaste, dizendo: “Se não fosses meu pai segundo a carne, te faria compreender bem o que me fizeste!”

¹⁵— Se agora, meu Senhor e meu Deus, é para me julgar por aquele dia que me mandaste esses sinais terríveis, imploro que não me coloques diante do teu tribunal para confrontar-me.

¹⁶— Eu sou teu servo, filho de tua serva.

¹⁷— Se quiseres quebrar meus grilhões, te oferecerei um sacrifício de louvor, em reconhecimento à tua glória divina: pois tu és Jesus o Cristo, verdadeiro filho de Deus e verdadeiro filho do homem.

18¹Porque meu pai dizia essas coisas, eu não consegui reter as lágrimas e me pus a chorar, vendo como a morte o dominava e ouvindo as palavras cheias de amargura que ele dizia.

²Naquele momento, amados irmãos, pensei em minha morte sobre a cruz para a salvação do mundo.

³Então se levantou Maria, minha amada mãe, cujo nome é suave sobre a boca de todos os que me amam, e me disse, com o coração cheio de tristeza: — Infeliz de mim, amado filho! Tem mesmo que morrer José, o bom e santo velho, teu amado e venerado pai segundo a carne?

⁴Eu respondi: — Amada mãe, e quem entre todos os homens que tendo revestido a carne não deverá experimentar a morte?

⁵— Ela é soberana sobre a humanidade, ó mãe bendita!

⁶— E tu também deverás provar a morte como todos os homens.

⁷— Mas tanto para José, meu pai, quanto para ti, minha mãe bendita, a morte não será propriamente uma morte, mas uma vida eterna sem fim.

⁸— Eu mesmo devo passar por ela por causa da carne mortal que revesti em ti.

⁹— Mas agora, amada mãe, levanta-te e vai até José, o santo velho, para assistir ao destino que lhe está destinado do alto.

19¹Ela se levantou, dirigiu-se ao lugar em que ele estava deitado, e viu como os sinais da morte eram evidentes nele.

²Eu, meus amigos, coloquei-me junto à sua cabeça, e minha mãe aos pés.

³Ele fixou os olhos no meu rosto, sem poder falar porque o momento da morte o dominava.

⁴Depois elevou os olhos aos céus e emitiu um gemido profundo.

⁵Segurei com força por um longo tempo suas mãos e pés, e ele me olhava e implorava, dizendo: — Não deixe que me levem!

⁶Coloquei uma mão sobre o seu peito e verifiquei que a sua alma já havia passado pela garganta, para sair do corpo. Ainda não havia chegado o momento supremo da morte, do contrário não poderia mais aguardar, mas havia chegado a agonia, junto com as lágrimas e o desespero que a precedem.

20¹Quando minha amada mãe me viu apalpar seu corpo, ela também lhe apalpou os pés e notou que a respiração e o calor o haviam abandonado.

²Então me disse ingenuamente: — Obrigada, amado filho. Desde o momento que puseste as mãos sobre o seu corpo, a febre o abandonou.

³— Seus pés e suas pernas estão frios como o gelo.

⁴Eu fui chamar seus filhos e filhas e lhes disse: — Venham falar com vosso pai, porque é o momento de falar, antes que a boca cesse de falar e sua pobre carne se torne rígida.

⁵Então os filhos e filhas falaram com ele. Ele estava em risco por causa das dores da morte e já próximo a partir deste mundo.

⁶E Lísia, a filha de José, exclamou e disse aos seus irmãos: — Meus irmãos, é a mesma enfermidade da nossa amada mãe, que até hoje não mais tínhamos visto.

⁷- E o mesmo se dará com nosso pai José, que nós nunca mais veremos.

⁸Então, os filhos de José elevaram a voz, chorando. Também eu e Maria, a virgem mãe, choramos com eles, porque havia chegado o momento de sua morte.

21¹Eu volvi o olhar em direção ao sul e divisei a morte. Essa entrava em nossa casa, seguida por Amente¹⁸ que é o seu instrumento, e pelo diabo, acompanhado de uma grande multidão de satélite revestidos de fogo, cuja boca lançava fumaça e enxofre.

²Meu pai José voltou o olhar e viu que se voltavam a ele plenos daquela cólera com a qual costumam voltar-se contra todas as almas que deixam o corpo, especialmente os pecadores, sobre os quais eles controlam até o mínimo sinal.

³Quando o santo velho se viu em companhia da morte, seus olhos se encheram de lágrimas.

⁴Este foi o momento em que a alma de meu bom pai se separou, com um grande suspiro, procurando um lugar para se esconder, para ser salva.

⁵Quando percebi o suspiro de meu pai José, que ele tinha visto as Potências que nunca tinha visto antes, rapidamente me levantei e ameacei o diabo e todos os que estavam com ele.

⁶Esses partiram vergonhosos e confusos.

⁷E nenhum daqueles que estavam em volta do meu pai José, nem mesmo minha mãe Maria, percebeu aquele terrível exército, que perseguem as almas dos homens.

⁸Quanto à morte, assim que viu que eu havia ameaçado os poderes das trevas e lhes havia expulso, para que não colocassem armadilhas ao defunto, ficou com medo.

⁹E eu rapidamente me levantei, e dirigi esta oração ao meu misericordioso Pai.

22¹Ó Pai, pai de toda misericórdia, pai da verdade! Olho que vê, ouvido que ouve! Escuta-me porque sou teu amado filho, e te imploro por meu pai José, obra das tuas mãos, a fim de que me envies um grande número de anjos, com Miguel, o dispensador da bondade, e Gabriel, o mensageiro da luz, e que eles acompanhem a alma de meu pai José até ultrapassar o sétimo eon das trevas. Que essa não deva passar pelos caminhos escuros, terríveis de transitar, nem pelo medo de ver as potências que lhes ocupam, lá onde o rio de fogo flui e levanta suas ondas como as ondas do mar.

²Seja, pois, misericordioso com a alma de meu pai José, que vai em direção de vossas santas mãos, porque este é o momento em que precisa de misericórdia.

³Eu vos digo, veneráveis irmãos e abençoados apóstolos: todo homem nascido neste mundo, que distinga o bem do mal, após transcorrer todo o seu tempo seguindo a concupiscência dos próprios olhos, tem necessidade da piedade do meu bom Pai, quando chegar a hora de morrer e de abrir o caminho até o terrível tribunal, onde deverá apresentar sua defesa.

⁴Mas agora voltemos ao passamento de meu pai José, o santo velho.

¹⁸ Amente é uma entidade além túmulo frequentemente mencionada na literatura copta. Cf. CRAVESI, Marcello. **I vageli apocrifi**, p. 240, nota de rodapé 1.

23¹Quando exalou seu espírito eu o beijei.

²Os anjos tomaram sua alma e a envolveram em um pano de seda.

³Aproximando-me, me senti perto dele, e nenhum daqueles que ali estavam percebeu que ele havia expirado.

⁴Confeí sua alma a Miguel e a Gabriel, por causa das Potências que estavam em emboscada ao longo do caminho, e os anjos diante dele cantavam, até que o tivesse entregue ao meu bom Pai.

24¹Então eu retornei ao corpo inerte de meu pai. Fechei-lhe os olhos e a boca e fiquei a contemplá-lo.

²Depois disse à Virgem: - Maria, minha mãe, onde estão todos os trabalhos artesanais que ele fez desde sua infância até hoje? Eles desapareceram de repente, como se ele nunca tivesse passado por este mundo.

³Quando seus filhos e suas filhas me ouviram dizer isto a minha mãe Maria, disseram em grande lamento: — Que infelicidade! Nosso pai morreu e nós não percebemos?

⁴Eu lhes disse: — De fato morreu. Mas a morte de José, meu pai, não é morte, é vida para a eternidade.

⁵— Grandes coisas estão reservadas ao meu amado pai José. Desde o momento que sua alma deixou o corpo, cessou para ele toda espécie de dor. Ele partiu para o reino eterno. Deixou para trás o peso da carne. Deixou atrás de si este mundo pleno de toda espécie de dor e de vãs preocupações, e partiu para a morada de repouso de meu Pai, nos céus, que não mais serão destruídos.

⁶Mas quando eu disse aos meus irmãos: — Vosso pai José, o santo velho, é morto, — esses se levantaram, rasgaram suas vestes e choraram longamente.

25¹Quando os habitantes de toda Nazaré e da Galileia souberam do triste luto, correram todos ao lugar onde estávamos e segundo o costume dos judeus passaram todo o dia em lamentação, até a hora nona.

²Na hora nona fiz com que todos saíssem, derramei água sobre o cadáver do meu amado pai José, o ungi com óleo perfumado, e dirigi ao meu bom Pai, que está nos céus, uma oração celestial, que eu escrevi com minhas próprias mãos, quando ainda não tinha encarnado no ventre da virgem Maria.

³E quando eu disse o amém, ajuntou-se uma grande multidão de anjos. Dei ordem a dois desses para estender um manto e lhes fiz envolver o corpo santo de meu pai José, para sepultá-lo.

26¹Coloquei uma mão sobre o seu corpo e disse: — Que os odores da morte nunca estejam em ti. Que tuas orelhas não sofram corrupção. Que do teu corpo não escorra o chorume. Que o sudário da tua carne, com o qual estás revestido, não seja nunca tocado pela terra, mas permaneça em torno do teu corpo até o dia do banquete dos mil anos. Que nunca envelheçam, meu caro pai, estes cabelos que muitas vezes acariciei com minhas mãos. E que a sorte esteja contigo!

²Todos aqueles que apresentarem uma oferta em seu santuário no dia da sua comemoração, que é o dia 26 de Epêp, abençoarei com um prêmio celeste, que virá do céu.

³Aqueles que em seu nome porá um pão nas mãos de um pobre, não permitirei por todos os dias de sua vida que sofra neste mundo qualquer privação de bens.

⁴Todos os que no dia de sua comemoração colocarem um copo de vinho nas mãos de um peregrino, viúva ou órfão, eu lhes confiarei a ti, para que os convide ao banquete dos mil anos.

⁵Todos os que escreverem o livro do teu passamento, com todas as palavras que hoje estão saindo da minha boca, em tua honra, meu amado pai José, eu o confiarei a ti neste mundo; e no outro quando deixarem o seu corpo, anularei a lista dos seus pecados, para que não venham a sofrer nenhuma pena, além da inevitabilidade da morte e a rio de fogo que se encontra diante do meu Pai para purificar todas as almas.

⁶E quando um homem pobre, não tiver como fazer as coisas que eu disse, tendo gerado um filho, lhe colocar o nome de José, para glorificar o teu nome, nem a fome, nem a peste atingirão aquela casa, porque nela habitará o teu nome.

27¹Em seguida, no lugar onde foi deposto o corpo do meu pai, apresentaram-se os chefes da cidade acompanhados dos encarregados dos funerais, com o objetivo de sepultá-lo segundo os ritos fúnebres dos judeus.

²Esses o encontraram pronto para o sepultamento. O sudário aderiu ao seu corpo como se tivesse sido preso com grampos de ferro e ao removerem o corpo, não conseguiram retirá-lo.

³Então o levaram ao sepulcro.

⁴E enquanto estavam escavando a entrada da caverna para abrir passagem e colocá-lo junto aos restos dos seus pais, veio-me à mente um dia em que ele tinha me levado ao Egito, e todas as grandes tribulações que tinha sofrido por mim; então me lancei sobre seu cadáver e chorei profundamente, dizendo:

28¹— Ó morte, que és causa de tantas lágrimas e lamentos! Este extraordinário poder te foi dado por aquele que domina todas as coisas.

²— E a culpa não é tanto da morte, quanto de Adão e de sua mulher.

³— A morte não pode nada sem a ordem de meu Pai.

⁴— E existem aqueles que viveram novecentos anos antes de morrer, e outros ainda muito mais.

⁵— Todavia nenhum desses jamais disse: “Vi a morte”, ou “Esta vinha a cada pouco me atormentar”.

⁶— Porque esse tormento só acontece uma vez, e essa vez é ordenada pelo meu bom Pai.

⁷— E quando se aproxima do homem, essa conhece a sentença que vem do céu.

⁸— Se a sentença vem com raiva e cheia de cólera, também a morte vem com raiva e cólera e segue a ordem de meu bom Pai, isto é, tomar a alma do homem e conduzi-la ao seu Senhor.

⁹— A alma não escolhe conduzi-la para o fogo ou para o reino do céu.

¹⁰— A morte segue somente as ordens de Deus. Ao contrário de Adão, que não cumpriu a vontade de meu Pai, mas uma transgressão. Ele a cumpriu a ponto de irritar meu Pai contra si, para obedecer à própria mulher, ao invés de obedecer aos seus mandamentos, atirando, assim, a morte sobre todos os viventes.

¹¹— Se Adão não tivesse desobedecido ao meu bom Pai, ele não o teria atingido com esta terrível frustração.

¹²— E agora, o que me impede de pedir ao meu bom Pai que envie um grande carro luminoso, sobre o qual eu coloque o meu pai José para fazê-lo transportar, sem que ele experimente as amarguras da morte, na própria carne na qual foi gerado, no lugar de repouso, onde estará com os anjos incorpóreos?

¹³— Mas por causa da transgressão de Adão esta grande dor, veio sobre a humanidade inteira, com a irremediável a morte.

¹⁴— E eu mesmo, enquanto estiver revestido desta carne concebida na dor, preciso experimentar a morte para as criaturas que formei, a fim de ser para eles misericordioso.

29¹Eu dizia estas coisas, abraçando meu pai José e chorando sobre ele.

²Enquanto isso eles abriram a entrada do sepulcro e depuseram o cadáver ao lado do seu pai Jacó.

³O seu fim ocorreu aos cento e onze anos. Nenhum dente havia se estragado em sua boca, nem as vistas haviam se enfraquecido, mas o seu aspecto era o de uma criança.

⁴Ele nunca se enfraqueceu, mas tinha se ocupado do seu trabalho de carpinteiro até o dia em que adoeceu da enfermidade com que deveria morrer.

30¹Quando nós apóstolos ouvimos tais coisas do nosso salvador, ficamos cheios de alegria. Nos levantamos, adoramos as suas mãos e os seus pés, dizendo extáticos de felicidade: - Te agradecemos, ó nosso bom salvador, porque nos achastes dignos de receber de ti, nosso Senhor, estas palavras de vida.

²— Mas nós estamos espantados contigo, nosso bom salvador, porque tu concedeste a imortalidade a Henoc e Elias, e esses se encontram ainda com os seus bens, conservando a carne com a qual nasceram, sem que a sua carne tenha conhecido a corrupção.

³— Mas o santo velho José carpinteiro, ao qual concedeste a grande honra de chamar-lo de teu pai, ao qual obedeceste em todas as coisas, e a respeito do qual destes esta ordem dizendo: “Quando vos tiver revestido de poder e quando vos tiver enviado aquele que foi prometido por meu Pai, o Paráclito, o Espírito Santo, para enviar e pregar o evangelho, vós pregareis também o meu santo pai José”.

⁴— E ainda: “Digam estas palavras de vida no testemunho de seu passamento”.

⁵— E: “Leiam as palavras deste testemunho nos dias festivos e nas solenidades”.

⁶— E ainda: “A quem ainda não aprendeu a ler, leiam este testemunho nos dias de festa”.

⁷— E enfim: “Aquele que suprimir ou ajuntar palavras a estas, de modo a fazer-me parecer mentiroso, eu lançarei sobre ele uma vingança imediata”.

⁸— Nos estamos impressionados porque, tendo chamado-o de teu pai segundo a carne, desde o dia em que nasceste em Belém, não lhe tenhas concedido a imortalidade para fazê-lo viver eternamente.

31¹Nosso salvador respondeu, dizendo: - A sentença que meu Pai pronunciou contra Adão não ficará em vão, já que ele desobedeceu seus mandamentos.

²— Quando meu Pai destina um homem para ser justo, este se torna imediatamente o seu eleito.

³— Mas quando o próprio homem, na sua vontade de fazer o mal, ama as obras do diabo, ignora, mesmo que Deus o deixe viver por longo tempo, que cairá um dia em suas mãos, se não se arrepender?

⁴— Mas se alguém chega a uma longa idade, sendo sempre boas as suas obras, são essas mesmas obras que o farão velho.

⁵— Cada vez que Deus vê alguém seguir os caminhos da perdição, lhe concede um breve período de vida e o faz morrer na metade dos seus dias.

⁶— Portanto devem ser cumpridas todas as profecias pronunciadas por meu Pai sobre o gênero humano, e todas as coisas devem acontecer em conformidade com essas.

⁷— Citaste Henoc e Elias: “Esses vivem na carne em que nasceram” e sobre José, meu pai segundo a carne: “Por que não o deixaste em sua carne até agora?”

⁸— Mesmo se ele tivesse vivido dez mil anos teria que morrer.

⁹— E eu vos digo, meus santos membros, que toda vez que Henoc e Elias pensam na morte, eles gostariam de já tê-la sofrido, para serem livres desta necessidade que lhes é imposta. Esses, de fato, deverão morrer em um dia de terror, de sofrimento, de clamor, de ameaça e de aflição.

¹⁰— De fato, o anticristo matará estes dois homens e espalhará o sangue deles sobre a terra, como a água de um vaso, por causa das afrontas que eles lhe farão sofrer, acusando-o.

32¹Nós respondemos, dizendo: Nosso Senhor e nosso Deus, que são esses dois homens, dos quais disseste que o filho da perdição matará por um vaso de água?

² Jesus nosso salvador e nossa vida respondeu: - Henoc e Elias.

³ Ora, enquanto, o nosso salvador nos dizia estas coisas, ficamos plenos de alegria. Lhe tributamos louvor e agradecimentos, como nosso Senhor, nosso Deus e nosso Salvador: Jesus Cristo, aquele pelo qual toda glória e todo louvor é devido ao Pai, unido a ele e ao Espírito vivificador, agora e por todos os séculos e pela eternidade da eternidade. Amém!

3 PROTO-EVANGELHO DE THIAGO¹⁹

O Proto-Evangelho de Thiago, assim batizado desde o século XVI por Guillaume Postel, tem na sua origem outros títulos ligados à virgem Maria: Narrativa histórica do nascimento da Santíssima Mãe de Deus e sempre virgem Maria; Nascimento de Maria; Santa mãe de Deus e gloriosa mãe de Jesus Cristo.²⁰

Porque o autor declara chamar-se Thiago, é comum atribuir o Proto-evangelho a Thiago Menor, irmão de Jesus e porque a sua composição é considerada pertencer ao ano 150 é mais considerado um texto extra-canônico do que apócrifo, tendo a Igreja aceitado tacitamente muitos de seus elementos sobre a vida de Maria como dados históricos.²¹

Mas contra esta tese falta qualquer testemunho seguro antes do século IV, sendo o mesmo explicitamente citado por Eustáquio de Antioquia. De acordo com Craveri, o caráter apologético do texto e o fato de o culto de Maria ter se iniciado propriamente no século IV são bons argumentos para tratar o Proto-evangelho nesta época: “A novidade do Proto-evangelho consiste propriamente no deslocamento de interesse de Jesus, que tinha sido até então o protagonista da literatura neotestamentária, para Maria e José, que passam a adquirir status de personagens principais.”²²

Este evangelho possui 25 capítulos, um exame interno indica que se trata de uma obra composta por três partes claramente distintas atribuíveis a autores diferentes. Essa divisão foi empregada pela primeira vez por A. Harnack assim como se pode ver abaixo:

1Nascimento e vida de Maria até o nascimento de Jesus (1 – 18,1);

2Apócrifo de José (18,2 – 21);

3Apócrifo de Zacarias (22 – 25).

A primeira menção a José no Proto-evangelho de Thiago é indireta e ocorre pela necessidade do sumo sacerdote em encontrar um tutor para Maria, pois os sacerdotes temiam que tendo ela completado doze anos, viesse a contaminar o Templo [com sua menstruação]. (Cf. 8,2). Neste texto nota-se que o anjo do Senhor manda Zacarias, o sumo sacerdote reunir os viúvos do povo. (Cf. 8,3)

A escolha divina se dará por meio de um sinal sobre o cajado do escolhido. José atende ao chamado dos sacerdotes, seu cajado é entregue por último e subitamente uma pomba saiu do bastão e voou sobre sua cabeça. Então o sacerdote disse a José: —Você foi escolhido para receber a virgem do Senhor em sua custódia. (Cf. 9,1)

¹⁹ Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 5-28.

²⁰ Idem, p. 5.

²¹ CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 5.

²² Idem, p. 6.

José resiste a aceitar: “Já tenho filhos, e sou velho, enquanto ela é uma criança! Que eu não venha a tornar-me objeto de escárnio para os filhos de Israel!” Mas acaba por aceitar a missão depois de ser lembrado pelo sacerdote sobre o ocorrido a Datã, Coré e Abiram (Cf. Nm6,16-35) por não ter cumprido suas ordens.

Depois disto José sai para trabalhar em suas construções e ao voltar encontra Maria grávida. (Cf. 9,2). Ele chora amargamente e se culpa pela situação: “Como olharei para o Senhor meu Deus? E que oração poderei fazer por esta jovem que recebi virgem do Templo do Senhor Deus e não protegi?” (13,1)

José tomado de preocupação se afasta de Maria para pensar no que faria com ela. “Se eu esconder o fato, — dizia ele, — contrario a lei de Deus, e se a denuncio aos filhos de Israel, temo que provenha de fato de um anjo o que está nela, e então terei submetido um sangue inocente ao juízo de morte. Que farei com ela? Mandarei embora em segredo.” (14,1)

Mas durante a noite, o anjo do Senhor apareceu e lhe disse as mesmas palavras que aparecem no evangelho de Mateus: “Não temas por esta jovem, pois o que está nela foi gerado é obra do Espírito Santo...” (Cf. Mt 1,20). Assim, ele continuou a cuidar de Maria.

O capítulo quinze é composto de um longo interrogatório que ocorre depois que a gravidez de Maria foi descoberta e denunciada ao sumo sacerdote por um escriba. Nele José é por várias vezes acusado de não ter cumprido a promessa de proteger Maria. Ao final, o capítulo afirma “José ficou em silêncio” (15,4).

Na sequência, o sacerdote ordenou que José devolvesse a virgem que ele havia recebido do templo do Senhor, diante do que José desatou em pranto. Então o sacerdote decretou que tanto ele quanto Maria passassem pela “água da prova” (Cf. Nm 5,11-31), mas ambos retornaram ilesos. A essa altura todo o povo já sabia o que havia acontecido e ficaram maravilhados porque não havia aparecido nenhuma prova de pecado neles. O sacerdote os absolveu: José tomou Maria e a reconduziu à sua casa, cheio de alegria e agradecendo ao Deus de Israel. (Cf. 16,1-3).

Então veio a ordem de Augusto para que todos os habitantes de Belém da Judeia fossem recenseados. José novamente encontrou-se em apuros porque embora estivesse pronto para registrar seus filhos não sabia o que fazer com Maria: tinha vergonha de registrá-la como sua esposa por ser ela muito jovem e não podia colocá-la como sua filha porque todos sabiam que ela não o era. Mas ele confiou que o Senhor manifestaria a sua vontade na hora certa (Cf. 17,1). Jose selou sua mula e encaminhou Maria para Belém... (Cf. 17,2-3).

A segunda parte do evangelho intitulada *Apocryphum Iosephi* apresenta uma narrativa em primeira pessoa na qual José aparece comovido e ansioso pela busca de uma parteira, sendo que ao encontrá-la ambos retornam à gruta em que Maria os aguardava e constatam que o seu parto foi virginal.

Estando a caminho, José encontra uma gruta perto de Belém onde deixa Maria com seus filhos e vai em busca de uma parteira hebreia. (Cf. 18,1).

A partir deste ponto (18,2)²³ até o capítulo 19,1a, o texto passa a ser narrado por José, sendo o capítulo 18 muito característico em seu conteúdo:

Maria dentro da gruta descansou
E José a Belém se orientou.
Mas de repente sentiu que enquanto andava
em meio aos passos seu pé travava.
Viu o ar atônito e o céu denso
e nele pássaros suspensos.
E depois vi trabalhadores deitados por terra
e no meio deles uma panela:
e quem comia, eis que não comia mais,

²³ No Proto-Evangelho de Thiago, os capítulos 18,2 a 21 são classificados como “Apócrifo de José”. Além de se iniciar em primeira pessoa, o texto revela uma experiência vivida por José que se poderia classificar como experiência mística. Contudo, a narrativa em primeira pessoa limita-se ao capítulo 18 e à metade do capítulo 19.

e quem pegou a comida, não a leva à boca,
e quem levantava a mão, a mantinha elevada,
e todos para o céu voltam seus olhares.
As ovelhas conduzidas a pastar
ficam ali e não podem mais andar:
o pastor ameaça bater com o seu cajado
e ali fica a mão suspensa e firme.
E os cabritos que a água vão beber
a água do rio não podem conter...
E depois José viu em um momento
cada coisa retomar o movimento.²⁴

José encontra uma mulher e tem um diálogo com ela sobre Maria, mas ao chegarem à gruta, vêem que o menino já havia nascido.²⁵

Quando José se preparava para partir da Judeia, chegaram os magos. Neste ponto a narrativa segue o evangelho de Mateus (2-2-16), no que se refere à visita dos magos e fuga para o Egito. Mas nada mais se diz a respeito de José e sua atuação junto a Jesus e Maria. Portanto, em 21,1 se conclui a atuação de José no Proto-Evangelho de Thiago com as seguintes palavras: “E eis que José se preparou para partir para [Sic] a Judeia”.

4 EVANGELHO DO PSEUDO-TOMÉ

Conhecido também como “Os fatos da infância do Senhor”, o apócrifo do Pseudo-Tomé narra uma série de milagres realizados por Jesus entre os cinco e doze anos de idade.

À primeira vista o evangelho do Pseudo-Tomé parece uma obra desconcertante e irreverente porque os milagres atribuídos a Jesus se apresentam como os gestos de um menino caprichoso e vingativo, o qual, dotado de poderes excepcionais faz morrer, ficarem cegas ou aleijadas as pessoas que o aborrecem, outras vezes ajuda, cura doentes e ressuscita os mortos.²⁶

Este evangelho apócrifo foi transmitido em três tipos de redação:

- 1Texto grego A, mais extenso publicado no século XV;
- 2Texto grego B, mais breve, publicado entre os séculos XIV ou XV;
- 3Texto latino, semelhante ao texto grego A com a adição de três capítulos iniciais.

O Texto Grego A é composto por 19 capítulos e apresenta Jesus a partir dos cinco anos de idade. José, por sua vez, aparece como um pai que se obriga a corrigir Jesus diante da pressão dos vizinhos que reprovam as ações do menino que não respeito nem mesmo o Sábado:

Ora, um judeu, tendo visto o que Jesus, brincando, fazia em dia de Sábado, foi imediatamente referi-lo a seu pai José: — Veja, teu filho está no riacho e, tomando a

²⁴ Esta é uma versão poética de Diego Valeri para o Proto-Evangelho de Thiago 18,2. CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 20, nota 4.

²⁵ No capítulo 20 aparece o episódio de Salomé que coloca a mão no útero de Maria para ver sua virgindade. Sua mão fica queimada. Ela reza a Deus que ouve sua oração e manda-lhe um anjo dizendo que ela tome o menino nos braços para que sua mãe fique curada. Salomé dá graças a Deus pelo menino e ouve uma voz que diz para ela não divulgar o fato.

²⁶ CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 29.

argila, fez doze pássaros e profanou o sábado. Então José, foi até lá e gritou com Jesus dizendo: “Por que fazes em dia de Sábado o que não é lícito fazer?” (2,3-4)

Na sequência, Jesus faz morrer crianças que se aproximam dele e o contrariam, sendo José advertido por seus pais que exigem de José uma providência. Ao ser questionado por José, Jesus responde que vai poupá-lo porque ele não fala por si, mas cega aos que advertiram José (Cf. 5,1). Depois disto José puxa a orelha de Jesus (Cf. 5,2b) e o menino diz que não é seu filho (Cf. 5,3).

Quanto a José, vendo que Jesus tinha feito tal coisa, levantou-se e puxou forte uma de suas orelhas. O menino com raiva lhe disse: — Já é bastante para ti procurar e não encontrar. Agistes com pouca prudência: não sabe que não sou seu filho? Não me faça mal! (5,3)

Um rabino de nome Zaqueu tendo sabido das coisas feitas por Jesus, pede a José para confiar-lhe a educação de Jesus, mas não podendo dominar o menino suplica a José que o leve de volta. (Cf. 6 – 7). Em outras duas circunstâncias, José tentará encontrar um mestre que instrua o menino (Cf. 14,1-4; 15,1-4). Na segunda vez o mestre caiu morto após ter batido em Jesus e na terceira, o mestre reconhece a sabedoria de Jesus e pede a José que o leve para casa.

Aos poucos, Jesus cura a todos aqueles que lhe fizeram mal e começa a agir em benefício das pessoas que precisam: multiplica o grão para os pobres, cura seu irmão Thiago picado por uma víbora, devolve a saúde e a visão para aqueles que o tinham desrespeitado, ressuscita vários mortos e faz um milagre também para seu pai:

Seu pai era carpinteiro e naquele tempo fabricava arados e cangas para bois, um dia recebeu, da parte de uma pessoa rica, a encomenda de uma cama. Ora, sendo uma das tábuas transversais muito curta e não sabendo José o que fazer, o menino Jesus disse a seu pai: — Coloca os dois pedaços de madeira juntos e emparelha-os no centro. José fez como lhe havia dito o menino. Então, Jesus se colocou do outro lado, agarrou a madeira mais curta e puxando-a igualou-a à outra. Seu pai José viu o que ele tinha feito, se espantou e abraçando o menino o beijou, dizendo: — Sou feliz porque Deus me deu este menino! (13,1-2)

O Texto Grego A se conclui com o episódio de Jesus no Templo entre os doutores. (Cf. 19,1-5)²⁷.

O Texto Grego B é mais curto, composto de onze capítulos. Resume o objetivo do evangelho, limita os fatos acontecidos a Jesus na idade de cinco anos e destina o evangelho aos irmãos provenientes do paganismo (Cf. 1,1).

Em relação a José, narra os mesmos fatos, sendo ele culpabilizado pelas ações de Jesus (Cf. 2,3),mas apresenta um José confuso com os poderes do menino (Cf. 3,1-2). Contém também o episódio em que José puxou a orelha de Jesus, mas em uma narrativa mais curta e com uma resposta mais branda da parte do menino. (Cf. 5,1)

O Texto Grego B também apresenta os episódios em que José conduz Jesus a rabinos para ser instruído, os quais constatando sua sabedoria pedem a José que leve o menino de volta para sua casa. (Cf. 6,1-3; 7,1-2). O texto se encerra com a narrativa do milagre realizado por Jesus em benefício de José. Neste, à diferença do Texto Grego A, parece haver da parte de Jesus o interesse em aliviar o fardo de seu pai, ao passo que José apresenta uma confiança inquestionável em Jesus, pois mesmo sem entender o que ele irá fazer, lhe obedece:

²⁷ Assemelha-se ao relato de Lucas (2,41-52), mas possui algumas diferenças!

Tendo cortado dois troncos e ajeitado com o machado, colocou um ao lado do outro e viu que um deles estava mais curto. A vista disto se afligi e foi procurar outro tronco. Mas Jesus, vendo o que tinha acontecido, lhe disse: - Emparelhe as duas partes — E José, embora estivesse perplexo em relação àquilo que o menino lhe pedia, fez o que ele mandou: — Segura com força o tronco curto, — José, espantado, segurou o tronco com força. Então, Jesus, agarrou o outro lado, o puxou e o deixou igual ao tronco mais longo, dizendo a José: — Não te aflijas mais, mas faz livremente o seu trabalho. E ele ouvindo isto ficou maravilhado e pensou: “Sou feliz porque Deus me deu este menino!” (11,2)

O Texto Latino está organizado em 15 capítulos enunciados por subtítulos, nos quais existem algumas referências a José. Apenas, dois destes capítulos, o primeiro e o quinto referem-se particularmente a José:

- Como Maria e José fugiram com ele para o Egito;
- Como os cidadãos se enraivecaram com José pelos feitos de Jesus.

O primeiro capítulo narra o episódio em que Herodes procura o menino Jesus para matá-lo, diante do que um anjo diz a José para tomar Maria e o menino e fugir para o Egito, longe da vista daqueles que queriam matá-lo. Nessa época Jesus tem entre dois e três anos e realiza milagres que espantam a seus vizinhos, em consequência Jesus e seus pais são expulsos do lugar onde moram. (Cf. 1,1-4).

Depois um anjo do Senhor veio ao encontro de Maria, mandou tomar o menino e voltar para a Judeia. Ao que o texto afirma: “Quando José saiu do Egito, depois da morte de Herodes, conduziu-os pelo deserto para evitar aqueles que em Jerusalém ameaçavam a vida do menino. E agradeceu a Deus porque lhe havia dado aquela inspiração e porque havia encontrado graça aos olhos do Senhor”.(3,2)

No capítulo cinco, repete-se a história dos Textos Gregos A e B em que José puxa a orelha de Jesus em reação aos cidadãos que se enraivecaram com José pelos feitos de Jesus. Contudo, assim como no Texto Grego B, há uma variante na conclusão: “Jesus, enraivecido, disse a José: — Teu papel é me olhar e não me tocar! Tu não sabes quem eu sou porque se o soubesse não me enfureceria. E, embora eu esteja agora contigo, eu vim ao mundo antes de ti”. (5,1)

O capítulo seis é uma coletânea de todas as histórias de Jesus com os mestres. Uma síntese de alguns capítulos dos textos gregos A e B com algumas extensões, também no que se refere ao papel de José nesses fatos (Cf. 6,1-12).

No capítulo dez, encontra-se o relato em que estando José semeando o trigo, Jesus também o faz, advém-lhe uma colheita abundante que ele distribui entre os pobres, viúvas e órfãos. Ao final, José também tomou um pouco do que sobrou e levou para casa a fim de obter a bênção de Jesus. No capítulo onze, aparece novamente o milagre feito dos dois troncos que segue literalmente o Texto Grego A (Capítulo 13).

O capítulo 12 traz o episódio já presente nos Textos Gregos A e B em que José sente a necessidade de confiar Jesus a um mestre para ser instruído. Esta narrativa é semelhante ao Texto Grego A (Capítulo 14), com a seguinte variante no final: “José, então, ordenou a Maria, mãe dele (Jesus) que não o deixasse sair de dentro de casa”. Ainda no capítulo treze aparece mais um relato sobre essa situação que é a tradução do Texto Grego A (Capítulo 15).

O capítulo traz a história de Thiago, filho de José, picado por uma víbora e curado por Jesus que é o mesmo relato presente no Texto Grego A (Capítulo 16). O capítulo 15 não menciona José.

5 EVANGELHO DO PSEUDO-MATEUS

Este evangelho é composto de 42 capítulos divididos em duas partes, a primeira que comporta os capítulos de 1 a 25 e a segunda formada pelos capítulos 26 a 42. Os capítulos são antecedidos de dois prólogos chamados A e B. O conteúdo do prólogo A é uma carta enviada a São Jerônimo pelos bispos Cromácio e Heliodoro²⁸ solicitando-lhe traduzir, do hebraico para o latim, um manuscrito do evangelista Mateus que tratava do nascimento da Virgem Mãe e do nascimento do Salvador. O prólogo B e a resposta de Jerônimo aos bispos dizendo que observará o que foi pedido por eles a fim de calar os hereges.

Tischendorf lhe deu o nome de Pseudo-Mateus porque no Códice Vaticano 5257, por ele utilizado, o compilador atribui justamente a paternidade de próprio evangelista Mateus, fazendo crer que este foi descoberto, no texto original aramaico, por Jerônimo e por ele traduzido em latim a convite de Cromácio e de Heliodoro, bispos respectivamente de Aquiléia e Altino. O apócrifo é assim precedido de uma falsa carta dos dois bispos ao amigo Jerônimo e da resposta deste.²⁹

Este texto possui tanto em sua forma original, quanto nas mais elegantes transcrições da idade carolíngia importância notável porque inspirou largamente poetas e artistas do século X ao XV:

[...] desde o poema *Historia nativitatisslaudabilisqueconversationisintactae Dei Genitricis* da monja saxônica Rosvita, abadessa do convento de Gandersheim no século X, à *Legenda aurea* de Jacopo de Varazze, no século XIII, até os afrescos que decoram as paredes das catedrais e mosteiros de toda a Europa, além de preciosas miniaturas de códices do Renascimento.³⁰

Na primeira parte da obra (1 – 25), José é mencionado a partir do capítulo oitavo devido à necessidade de se encontrar uma pessoa adequada para proteger Maria que havia decidido conservar-se virgem.³¹ Até este ponto, o que se diz a respeito de José é semelhante aos evangelhos apócrifos da infância já examinados, ou seja, que os sacerdotes conclamam a todos os homens solteiros das tribos para que venham ao templo com uma vara. Essa colocada por uma noite no Santo dos Santos será retirada no dia seguinte, sendo que aquele de cuja vara sair uma pomba ficará com a tutela de Maria. (Cf. 8,2).

Neste evangelho há uma variante em relação aos anteriores, pois ao distribuir no dia seguinte as varas, em nenhuma delas ocorre o prodígio, o que fará o sacerdote Abiatar voltar ao Santo dos santos e descobrir com a ajuda de um anjo que esqueceu uma das varas. Era a vara de José, mas ele não havia reclamado porque era velho e não queria aquela responsabilidade (Cf. 8,3b), Quando o sacerdote ordenou a José que tomasse a sua vara, o prodígio ocorreu (Cf. 8,3d). O povo congratulou-se com José por ter sido ele considerado digno de ser escolhido (Cf. 8,4a), mas ele respeitosa e procurava convencer os sacerdotes a não confiar-lhe Maria: “Eu sou velho e tenho filhos; porque querem confiar a mim esta menina?” (8,4b). O sacerdote Abiatar o convenceu — assim como acontece no Proto-Evangelho de Thiago — lembrando o que

²⁸ “Cromácio foi bispo de Aquiléia (387-407) e Heliodoro de Altino, cidade vêneta vizinha de Aquiléia (c. 400). A amizade desses bispos com São Jerônimo é historicamente certa, mas esta carta é sem dúvida apócrifa.” CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 66, nota 1.

²⁹ CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 63.

³⁰ Idem.

³¹ Esta história difere das demais expostas até aqui pois nela a decisão de conservar-se virgem é uma iniciativa de Maria, atribuindo-se a ela a inauguração de um novo estilo de vida: a castidade.

aconteceu a Datã, Datã, Coré e Abiram (Cf. Nm 16,16-35) por terem desprezado as ordens do Senhor.

Assim, José aceita ser o protetor de Maria na expectativa de que Deus novamente se manifeste quando chegar a hora de ela ser tomada em matrimônio. Ele acha que ela poderá ser desposada por um de seus filhos, mas o sacerdote lhe diz que somente ele poderá desposá-la (Cf. 8,4e). José pede que outras virgens a acompanhem, as quais são conduzidas a casa de José juntamente com Maria, são elas Rebeca, Sefora, Susana, Abigail e Zael.

O capítulo dez relata a reação de José diante da gravidez de Maria. Ele estando ausente de casa por motivo de trabalho por nove meses [estava em Cafarnaum marítima porque era carpinteiro], ao voltar encontra Maria grávida e embora as virgens suas companheiras deem testemunho de que foi obra de um anjo ele pensa que elas estão lhe enganando! A figura de José é sempre de um homem inseguro e cheio de vergonha! (Cf. 10,2)

No capítulo 11, José se decide a fugir com Maria para escondê-la e o anjo lhe aparece em sonho dizendo as mesmas palavras evangelho de Mateus (Cf. Mt 20b-21). Neste texto, José diz a Maria que pecou por levantar suspeita sobre ela.

Também neste evangelho, à semelhança do Proto-Evangelho de Thiago, o povo descobre que Maria está grávida, José é acusado de tê-la violado e o sacerdote ameaça Maria dizendo que a fará beber a “água da prova” (Cf. Nm 5,11-31). A água é dada a José e prova sua inocência. Em seguida também Maria ao tomar da água é considerada inocente.

O capítulo 13 trata do senso por decreto de Augusto Cesar e ordens de Quirino da Síria (Cf. Lc 2,1s). José vai em direção a Judeia e leva Maria consigo. Ele a censura pelas visões que tem e é censurado pelo anjo. Vai, em seguida, em busca de uma parteira, mas Maria dá a luz sozinha na gruta em que ele a tinha deixado.

Neste evangelho, José encontra duas parteiras Salomé e Zelomi. Essa entra na gruta pede a Maria para tocá-la e descobre que ela deu à luz virginalmente. Salomé duvida e lhe acontece o mesmo que está descrito no Proto-Evangelho de Thiago.³²

Em seguida, Maria coloca Jesus em uma manjedoura para cumprir a profecia de Isaias e José fica com ela três dias neste lugar. Depois eles vão à Belém para circuncidar o menino.³³ Na sequência recebem a visita dos magos, sendo José citado ao lado de Maria na recepção das suas ofertas e Herodes manda matar as crianças, mas José é avisado em sonho e foge para o Egito.³⁴ (Cf. 14-17)

Nos capítulos seguintes dragões e animais selvagens se dobram diante do menino Jesus para que se cumpram as profecias ao que Maria e José temem por ele... (Cf. 18-19)

Nesta parte do Evangelho do Pseudo-Mateus, José censura Maria por fazer pedidos supostamente fútil a Jesus (Cf. 20-21), depois José manifesta dificuldade para percorrer o deserto e chegar ao Egito, mas Jesus abranda a viagem de 30 dias para um dia! (Cf. 22)

No Egito, cumpre-se pela presença do menino Jesus a profecia de Isaías: os ídolos caem, o governador se converte (Cf. Is 19,1), mas José é avisado por um anjo para retornar a terra de Judá. (Cf. 24-25)

Na segunda parte, José e Maria aparecem juntos no contexto de um milagre do menino Jesus já narrado nos outros evangelhos quando o menino condena a morte outra criança que desmanchou o seu brinquedo. Neste texto José diz que não tem coragem de enfrentar o povo e pede a Maria que resolva a situação. (Cf. 26) Outras situações são narradas em que o menino Jesus cria situações embaraçosas para José, nas quais José ora parece omissivo, ora não é obedecido por Jesus (Cf. 27-35). O capítulo 35 diz: “Os pais de Jesus observavam de longe, com a cabeça baixa...” em um episódio que Jesus estava brincando com leões... Também este é um cumprimento de profecia (Cf. Js 3,13-17) ainda incompreendido por seus pais. (Cf. 36).

³² Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 16, nota 23.

³³ O texto segue em tudo o evangelho de Lucas com as partes referentes a Simeão, Ana e etc.

³⁴ Esta parte segue literalmente o evangelho de Mateus.

Neste capítulo se diz que José fabricava canga para bois, arado e ferramentas para revolver a terra e também catres, mas um rapaz lhe encomendou uma cama. Diz também que José tinha ajudantes e que lhes ordenou as medidas certas, mas eles erraram e cortaram uma tábua menor que a outra. Neste episódio semelhante a outros evangelhos, Jesus faz para José o milagre de igualar em tamanho os dois troncos que haviam sido cortados desiguais:

José seguiu o seu conselho porque sabia que ele podia fazer qualquer coisa que quisesse, tomou as pontas das partes e as apoiou na parede, perto de si, enquanto Jesus tinha as pontas opostas voltadas para si e puxava a parte mais curta até igualá-la à mais longa. Então disse a José: — Vai trabalhar e faz o que prometeste —. E José fez o que tinha prometido. (37)

Nos capítulos 38 e 39, apresentam-se outros relatos de conflito entre o menino Jesus e os mestres que pretendem ensiná-lo: um deles bate em Jesus e cai morto! Diante do fato, José teme pela vida do menino: “Mas José preocupado, chamou Maria e lhe disse: — Saiba que minha alma está triste até a morte por causa deste menino. De fato, qualquer hora alguém pode atingir este menino com maldade e matá-lo!”

Depois disto José foi com Maria e Jesus para Cafarnaum marítima. Lá havia um homem com o nome de José que estava à beira da morte e Jesus concede a José realizar um milagre em seu nome:

Jesus tendo ouvido que as pessoas da cidade se desesperavam, choravam e lamentavam sobre o cadáver, disse a José: — Por que não oferece a este homem, que é chamado pelo seu mesmo nome, uma prova da tua bondade? — Que poder ou capacidade tenho, — disse José, de ajudá-lo? Então Jesus lhe disse: — Pega o lenço que está sobre sua cabeça, vai e coloca-o sobre o rosto do morto e diga-lhe: “Cristo te salve!” E subitamente o defunto se levantará de seu leito. Isto dito, partiu rapidamente José para realizar as ordens de Jesus, entrou na casa do defunto, colocou o lenço que tinha na cabeça sobre seu rosto e disse: — “Cristo te salve!” — Subitamente o morto se levantou e perguntou quem era Jesus. (40)

Depois foram de Cafarnaum a Belém. José e Maria viviam juntos e Jesus estava com eles. (Cf. 41). No capítulo 42 aparecem algumas informações sobre José e sua família no contexto em que se narra o respeito da família de Jesus por ele:

Quando José ia a algum banquete com seus filhos Thiago, José, Judas e Simeão e com suas duas filhas, ia com eles Jesus e sua mãe Maria, com a sua irmã, Maria, filha de Cleófas, que o Senhor Deus havia concedido a seu pai Cleófas e a sua mãe Ana, por ter oferecido ao Senhor Maria, mãe de Jesus. E esta Maria foi chamada com o mesmo nome de Maria, para consolação de seus pais. Quando estavam reunidos, Jesus santificava e abençoava os alimentos e começava a comer e beber por primeiro. Já que nenhum deles ousava comer ou beber, e nem mesmo sentar-se à mesa e partir o pão, sem que ele não o fizesse primeiro, depois de santificá-los. E se, por acaso, ele estivesse ausente, esperavam quanto fosse necessário. Antes, quando ele desejava sentar-se à mesa, sentavam-se também José e Maria e os seus irmãos filhos de José. Estes irmãos, de fato, o respeitavam e honravam, tendo-o diante dos olhos como um luzeiro. (42,1-2)

6 EVANGELHO ÁRABE DA INFÂNCIA

O Evangelho árabe da infância possui 55 capítulos e sua composição remonta no máximo a metade do sexto século, época em que foi “fixada uma tradução siríaca da *História Lausíaca* de

Paládio, cuja narrativa de uma jovem transformada em mula inspirou os capítulos XX e XXI deste apócrifo³⁵. O mesmo também possui clara dependência com o Proto-Evangelho de Thiago e com o Pseudo-Tomé:

Um desenvolvimento interessante do Proto-evangelho e do Pseudo-Tomé é oferecido por um apócrifo transmitido em língua árabe e siríaca e por isso chamado de *Evangelho da Infância árabe-siríaco*. Esse, porém, não segue fielmente os dois modelos gregos, nem mesmo na disposição da matéria, na maioria das vezes completada com narrativas originais misturadas a ideias derivadas de relatos orientais e, naturalmente, com os Evangelhos canônicos de Lucas e Mateus. Seria mais exato dizer que o *Evangelho da infância árabe-siríaco* é uma história da vida de Jesus, do nascimento aos doze anos, que faz uso livre das fontes acima citadas, ajuntando-lhes episódios e particularidades de sua criatividade.³⁶

Quanto à composição literária, o evangelho obedece a seguinte disposição:

1 – 9:	Proto-evangelho 17, 20 e 21 somados a Lc2,8.13.20; 25-38 e a lenda do “santo prepúcio”
10 e 12:	Lenda dos ídolos egípcios inspirada na profecia de Isaías (29,1), presente também no Pseudo-Mateus 22-24.
11; 13-37; 40-42:	Narrativas autônomas sem correspondentes em outros evangelhos da infância.
12; 38-39; 43-49:	Tratam dos mesmos milagres contados pelo Pseudo-Mateus (2 – 9; 11; 13 – 17)
50-53:	Narram o episódio do menino Jesus no templo com acréscimo de um curioso corolário.
54-55:	Conclusão

A respeito de José, o Evangelho árabe da infância não traz muitas novidades, mas tem muita semelhança com o que já foi apresentado no Proto-Evangelho de Thiago e o Evangelho do Pseudo-Tomé, mas também alguns elementos do Pseudo-Mateus. A narrativa inicia-se com a partida de José e Maria de Jerusalém para Belém por causa do recenseamento (Cf. 2,1-2) e o nascimento milagroso de Jesus em uma gruta, os pastores e a circuncisão (Cf. 3-8). Em seguida José é advertido em sonho sobre Herodes e foge para o Egito (Cf. 10-11), onde temem ser perseguidos em virtude das proezas do menino Jesus. (Cf. 12).

Os capítulos que vão de 13 a 37; 40-42 narram vários milagres do menino Jesus já presentes no Pseudo-Tomé, mas são quase sempre realizados no colo de sua mãe. Contém também um número de curas feitas por meio da água do banho do menino Jesus e do uso de suas faixas. Nessas situações José e Maria são sempre bem tratados por causa dos milagres de Jesus e até mesmo tratados como deuses (Cf.17).

Os capítulos 38 e 39 são os mais característicos a respeito de José. No primeiro se diz que José não era muito bom no trabalho de carpinteiro, mas Jesus ia com ele ao trabalho e realizava tudo quanto José projetava. Trata-se de uma variação do já conhecido milagre realizado por Jesus a seu pai:

Todas as vezes que José precisava alongar ou encurtar algum material do seu trabalho, ou mesmo mais largo ou mais estreito, fosse de um côvado ou de um palmo, o Senhor Jesus estendia a mão e ao seu gesto, aquilo se tornava tal e qual José precisava, sem que ele precisasse fazer nada com suas próprias mãos. De fato, José, não era muito bom no ofício de carpinteiro.

³⁵ CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**, p. 114.

³⁶ Idem, p. 113.

No capítulo seguinte, Jesus ajuda José a consertar um trabalho importante que ficou mal feito. Os demais capítulos não contêm fatos significativos sobre a figura de São José.

7 EVANGELHO ARMÊNIO DA INFÂNCIA

O Evangelho armênio da infância composto de 28 capítulos é uma reedição do evangelho árabe da infância composto de dois manuscritos com numerosas ampliações e acréscimos. Ele foi dado a conhecer pela primeira vez por Isaías Daietsi em 1898.³⁷ Trata-se de um evangelho que tem uma leve tendência a acentuar o aspecto humano de Jesus e essa característica remete a uma origem nestoriana da obra:

Como se sabe, os seguidores de Nestório, bispo de Constantinopla entre 428 e 431, foram obrigados a refugiar-se fora dos territórios do império na Armênia, na Arábia e na Pérsia onde sua doutrina obteve grande difusão, condenados como heréticos em um momento em que na Igreja oficial prevalecia a doutrina monofisita, justamente porque já sustentavam a “dupla natureza”, divina e humana de Cristo, que posteriormente foi imposta a todo o cristianismo [...].³⁸

Os primeiros 14 capítulos contem quase todos os argumentos do Proto-Evangelho de Thiago e, por conseguinte, dos primeiros 13 capítulos do Pseudo-Mateus. Desses se afasta para uma livre elaboração de sua matéria, referências mais frequentes a Lucas e Mateus e para algumas particularidades que atestam tradições diversas, como por exemplo, a fixação da residência de José e Maria em Jerusalém, e não em Nazaré, o nascimento de Jesus em 6 de janeiro, e não em 25 de dezembro (Cf. 8,5), a limitação dos magos em três, indicando-os precisamente como reis da Pérsia, da Índia e da Arábia. (Cf. 11,2)

Os outros 14 capítulos acompanham a sagrada família por contínuas peregrinações: de Belém a Askalon, a Hebron, ao Cairo, a Mesrin, etc., voltando por Moab, Síria, Canaã, Tiberíades, Arimatéia, Emaúsaté chegar a Nazaré.

Um grave defeito do evangelho armênio é sua prolixidade. Muitas vezes a originalidade do argumento e colóquios vivazes são sufocadas por repetições e divagações penosas. Por isto, as coletâneas mais simples dos evangelhos apócrifos traduzidos tendem a fornecer apenas um resumo da matéria ao invés de muitas páginas do seu conteúdo.³⁹

A figura de José aparece a partir do capítulo 4 e a narrativa se assemelha aos demais evangelhos apócrifos no que diz respeito à consulta divina feita pelo sacerdote acerca do destino de Maria. Neste relato, José com os demais solteiros deve ir ao templo levando consigo uma tabuinha em que conste o seu nome. O sacerdote utiliza as tabuinhas para fazer o sorteio de 12 virgens entre as quais se encontra Maria. A última tabuinha é entregue a José e nela está escrito o nome de Maria. Quando ele a recebe, uma pomba sai da mesma e pousa sobre a sua cabeça. “Então o sumo sacerdote disse a José: A ti cabe a virgem Maria. Tome-a e a tenha por sua esposa, porque ela foi destinada com santa decisão para se unir a ti em matrimônio, da mesma forma que as outras virgens foram destinadas a um solteiro.” (4,4).

Todo o capítulo sexto é composto por um diálogo entre Maria e José que tendo retornado de seus trabalhos de carpintaria encontrou Maria grávida (6,1-2). Os vers. 3, 4 e 5 são

³⁷ Cf. CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 149.

³⁸ CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 149.

³⁹ CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 150.

semelhantes a outros evangelhos: dor e lamento de José (Cf. 6,3 = Proto-evangelho 13,1). José pede explicação a Maria (Cf. 6,4 = Proto-evangelho 13,2). Maria afirma a própria inocência (Cf. 6,5 = Proto-evangelho 13,3).

Ainda no capítulo seis continua a reação de José ao fato percebido. Ele fica perturbado e teme o juízo das pessoas, especialmente o riso. Ao que Maria se mostra indignada com a sua desconfiança:

Maria disse: — Até quando continuarás a acusar-me injustamente? Não cessarás de cobrir-me de ultrajes? Respondeu José: — É que não posso resistir à grande tristeza e aflição que caíram sobre mim. O que farei de ti e que explicação darei aos que me perguntarem? Tenho medo que se a coisa for descoberta e divulgada publicamente os meus cabelos brancos serão desonrados entre os filhos de Israel. (6,6b).

O capítulo continua com uma lamentação de José e uma decisão de despedir Maria que ao sabê-lo rompe a chorar enquanto José se distancia de casa com tristeza:

— Triste e infeliz velho, por que te tornaste o seu guardião? Por que obedeceste ao sacerdote e a todo o povo de Israel, de modo que, na tua velhice e perto de morrer, desonraste teus cabelos brancos? — E não sabendo o que fazer pôs-se a pensar: — Que farei com essa menina? Eu não sei, de fato, como as coisas são na verdade, antes que o Senhor manifeste os acontecimentos que se preparam, porque nestes, eu não agi por minha vontade: eu não sabia e não entendia o que estava acontecendo. Eu sei somente com certeza que, se a prova que devo enfrentar vem de Deus, é para o meu bem, e se, ao contrário, essa aflição é obra do adversário, Deus me libertará. Por isso, não sei o que fazer: se condeno Maria, será uma falha grave da minha parte, e se a acuso em vão, serei justamente punido por Deus. Tomá-la-ei, portanto, comigo, secretamente esta noite e a lavarei em paz para onde ela quiser ir. (7,7)

Ao final, o anjo aparece para José em sonho. A sequência do capítulo mostra que José e Maria voltam para casa e se escondem, mas quando chega a hora do parto José resolve fugir com Maria da cidade preocupado em ser ridicularizado e culpabilizado pelo povo: “O que farei com ela para que ninguém saiba, para nossa vergonha, o que aconteceu?” (7,9).

A sequência do evangelho narra a viagem de Maria e José para cumprir o censo, o parto de Maria em uma gruta em lugar deserto que justifica a presença da manjedoura, bem como a busca e o encontro de José por uma parteira.

Em seguida, um anjo aparece a José em sonho ordenando fugir com Jesus e Maria (Cf. Mt 2,13) e eles caminham errantes até o Egito. Em algumas dessas cidades, José é arrastado pela população para dar explicações sobre os poderes divinos do menino (15,1-28). É um longo capítulo que narra os feitos do menino Jesus no Egito e as dificuldades enfrentadas por Maria e José por causa dos poderes divinos do menino, nele José é chamado de velho, “um pobre velho estrangeiro!”

8 LIVRO DA NATIVIDADE DE MARIA

Este evangelho que contém dez capítulos, assim como outros, pretende ser obra de São Jerônimo. Assim como o Pseudo-Mateus é precedido de uma carta atribuída ao santo, com a qual ele, embora temendo incorrer em alguma heresia, sede ao pedido de um desconhecido amigo,

referindo o que sobre a natividade da Virgem, “leu quando era ainda criança em um livrinho que lhe caiu nas mãos”⁴⁰.

Na realidade, o apócrifo é um resumo dos primeiros onze capítulos do Pseudo-Mateus, exceto nos capítulos finais em que há uma releitura e ampliação de Lc 1,28-38 e Mt 1,19-25. Trata-se de um texto fluente, em um latim elegante que sugere uma composição da idade carolíngia.⁴¹

Tendo chegado a hora de Maria retornar à sua casa para se casar, como estava previsto para as jovens consagradas ao templo, porque haviam completado 14 anos, comunica ao sumo sacerdote ter feito um voto de virgindade. O conselho de Israel concluiu que se devia consultar o Senhor sobre essa questão. Então do propiciatório saiu uma voz que disse que se devia fazer cumprir a profecia de Isaías (Cf. 11,1) e encontrar alguém a quem se pudesse confiar a virgem. Em conformidade com esta profecia ordenou que todos os que pertencessem a casa e à família de Davi, idôneos ao matrimônio, levassem o seu cajado ao altar. O dono do cajado que germinasse uma flor e sobre a qual pousasse o Espírito do Senhor sob a forma de pomba, seria aquele a quem se devia confiar a virgem como esposa. (Cf. 7,3-4)

José, homem da casa e família de Davi, já ancião evitou apresentar seu cajado, mas como não houve o resultado esperado, o sacerdote consultou a Deus e José foi descoberto, cumprindo-se a profecia. (Cf. 8,1)

Tendo-se celebrado o noivado, José foi para Belém preparar a festa de casamento e a casa, enquanto Maria foi para a Galileia com as outras virgens. (Cf. 8,2) Então José foi da Judeia para a Galileia com a intenção de desposar Maria, pois já havia se passado quatro meses do noivado, mas descobriu que Maria estava grávida: “Por isso começou a ficar agitado e a perturbar-se porque não sabia o que devia fazer: não queria abandoná-la porque era justo, nem expô-la à desonra com suspeita de fornicação porque era piedoso. Portanto, pensava em desmanchar o noivado em segredo e de despedi-la ocultamente”. (10,1)

Enquanto ele pensava, um anjo lhe apareceu em sonho e segundo o conselho do anjo, tomou por esposa a virgem e não a conheceu, mas a guardou, cuidando dela castamente:

E já estava transcorrendo o nono mês da concepção, quando José, tomou consigo sua mulher e todas as coisas que lhe eram necessárias e dirigiu-se a Belém, a cidade de onde ele era originário. E enquanto estavam ali, cumpriram-se os dias que devia dar a luz a deu a luz ao seu filho primogênito, como ensinaram os evangelistas, o nosso Senhor Jesus Cristo, que com o Pai e o Espírito Santo vive e reina por todos os séculos dos séculos.⁴²

⁴⁰ CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 215.

⁴¹ Cf. Idem, p. 215.

⁴² CRAVERI, Marcello. (Org.). *I vangeli apocrifi*, p. 224.

REFERÊNCIAS

CRAVERI, Marcello. (Org.). **I vangeli apocrifi**. Torino: Einaudi, 1969. 603 p.

FARIA, Jacir de Freitas. **As origens apócrifas do cristianismo**: comentário aos evangelhos de Maria Madalena e Tomé. São Paulo: Paulinas, 2003. 172 p. (Teologias bíblicas, 16)

FARIA, Jacir de Freitas. **História de Maria, mãe e apóstola de seu filho nos evangelhos apócrifos**. Petrópolis: Vozes, 190 p. (Comentários aos apócrifos)

MORALDI, Luigi. **Evangelhos apócrifos**. São Paulo: Paulus, 1999. 393 p.

PROVERA, Mario. **Il vangelo arabo dell'infanzia**. Jerusalém: Franciscan, 1973. 144 p. (Quaderni de "La Terra Santa")

TRICCA, Maria Helena de Oliveira. **Apócrifos**: os proscritos da Bíblia. São Paulo: Mercuryo, 1989. 336 p.

FATORES DE CONTRIBUIÇÃO PARA A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI

Patrícia Aparecida Dapper de Mello¹

Tatiane Antonovz²

Michael Dias Correa³

Daniel Ferreira dos Santos⁴

RESUMO

Nos anos 80, a tentativa de reativação do cooperativismo de crédito no Brasil era mal vista pelas autoridades responsáveis pela regulamentação do sistema financeiro, aos poucos as cooperativas foram ganhando espaço, acatando cada vez mais medidas exigidas pelo Banco Central. A estratégia é um fator muito importante nas cooperativas desde seu nascimento, pois busca eliminar barreiras que poderiam acabar com qualquer esperança de sucesso no seu desenvolvimento e obtenha resultados em seu crescimento, expanda seu negócio e atinja mais adeptos ao sistema. É necessário entender que a cooperativa é uma sociedade onde pessoas se juntam para trabalhar de forma solidária na realização dos negócios que se ampliam, é essencial saber que o sócio de uma cooperativa é igualmente seu dono, obtendo assim responsabilidade, direitos e deveres. As expectativas para 2014 são boas para as cooperativas, A ONU declarou 2012 como o ano internacional das cooperativas, reconhecendo assim a importância do cooperativismo para realização das atividades de milhões de pessoas em todo o mundo. Aproveitando o momento mundial e o bom momento no Brasil, A cooperativa de crédito Sicredi, lançou seu planejamento estratégico para os próximos anos, buscando engajamento de seus colaboradores, melhorias no sistema nos canais de relacionamento e conscientização de seus associados sendo esse um fator indispensável, pois é a partir dele que a cooperativa poderá realmente crescer na localidade em que já atua, conquistando ainda mais o mercado e consequentemente podendo expandir para outros centros, buscando novos negócios.

Palavras-chave: Cooperativismo. Estratégia. Relacionamento. Crescimento.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Estácio de Curitiba

² Mestre em Contábeis pela UFPR

³ Mestre em Contábeis pela UFPR

⁴ Mestre em Administração pela PUC-PR

1 INTRODUÇÃO

Cooperativismo provém da palavra cooperação. Trata-se de uma doutrina cultural e socioeconômica baseada na liberdade do ser humano e nos princípios cooperativos. Segundo GAWLAK (2004) entre os ramos de cooperativas existentes há o ramo crédito, que oferece aos seus associados serviços financeiros como: crédito, captação de recursos por meio de depósitos, convênios, seguros e praticamente todos os produtos oferecidos pelos bancos comerciais. A grande vantagem é a participação nos resultados proporcionalmente tendo como referência à movimentação e o capital social que possui a cooperativa. Uma vez ao ano é realizada a assembleia para que os associados possam acompanhar o desempenho da cooperativa durante o período e a partir deste resultado proceder à distribuição das sobras, conforme o art. 4º, VII da Lei 5.764/71.

De acordo com CRÚZIO (2009), a **primeira cooperativa** central de crédito do Brasil teve seu início no ano de 1912. Neste período ocorreu altos e baixos, entre eles o envolvimento do Estado e reclamações dos bancos referentes às taxas baixas praticadas nas cooperativas. Somente em 1982 a cooperativa Sicredi pôde ser constituída a partir do Rio Grande do Sul, conhecida como Bansicredi. Em 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.193/95) as cooperativas filiadas à Central Sicredi RS constituem o Banco Cooperativo Sicredi S.A, primeiro banco cooperativo privado brasileiro.

Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) há milhares de cooperativas no Brasil, que abrangem ramos especiais: produção, mineração, agropecuária, educação, turismo e lazer, habitação, trabalho, transporte, infraestrutura, consumo, saúde e crédito. Segundo a RESOLUÇÃO CMN 3859/10 a cooperativa de crédito pode ser dividida em: empregadores e servidores, profissionais e trabalhadores rural e de uma permissão da **Livre Admissão** de associados, microempresários, pequenos empresários, microempreendedores e empresários.

Segundo a WOCCU/ACCU/EACB – 2010, no mundo são 108 mil cooperativas, 475 milhões de associados, US\$10,7trilhões em ativos totais, US\$5,9 trilhões em operações de crédito, 15% do mercado financeiro. No Brasil, as cooperativas de crédito formam 1,3 mil cooperativas, 5,1 milhões de associados, R\$30 bilhões em depósitos, R\$29 bilhões em operações de crédito, R\$13 bilhões em patrimônio líquido, R\$69 bilhões em ativos totais e 2% do mercado financeiro.

A cooperativa de crédito oferece soluções financeiras, demonstrando capacidade de atender as necessidades da sociedade por meio de um custo mais baixo. É de extrema importância a existência de uma instituição financeira confiável e as cooperativas de crédito estão no mercado como uma alternativa diferenciada, pois suprem as necessidades dos associados com taxas bem menores das praticadas no mercado, além de priorizarem um atendimento diferenciado.

Mas para que isso tenha o devido reflexo na sociedade é necessária atualização e estratégias diferenciadas, pois a concorrência com as demais instituições financeiras é grande e é preciso evidenciar e salientar os benefícios das cooperativas de crédito.

Desta forma, a presente pesquisa tem o seguinte questionamento: **Quais os fatores que se observam como sendo estratégias de crescimento em uma Cooperativa de Crédito?**

O objetivo geral é entender quais são os fatores contributivos para a estratégia de crescimento do SICREDI.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Comparar as características deste Sicredi com outros de outras regiões, faturamento, número e características dos associados,
- b) Verificar fatores que contribuem para o crescimento da cooperativa de crédito, evidenciando aspectos positivos e negativos de sua adoção.

Um fator consistente da justificativa do estudo é o da oportunidade para realização deste trabalho. Encontra-se mais forte ainda, pois no ano de 2011, o tema de aniversário do Cooperativismo de Crédito da WOCCU (Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, 2011) "Cooperativas de crédito constroem um mundo melhor" está diretamente relacionado ao slogan do Ano Internacional das Cooperativas, festejado em 2012 e proclamado pela Organização das Nações Unidas em razão do papel das cooperativas no desenvolvimento econômico e social nos cinco continentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordados os seguintes aspectos: estratégia, tipos de estratégias, características das cooperativas de crédito e seu histórico evolutivo.

2.1 ESTRATÉGIA

De acordo com REZENDE (2008), o raciocínio estratégico é a astúcia de compor estratégias efetivas. Refletir estrategicamente e operar funcionalmente expressam administrar o presente e obter êxito no futuro. Essa reflexão tem o objetivo de sobrepujar o concorrente, lembrando que este se encontra na mesma situação estratégica, cobrado por sua organização.

Segundo TWEED (1998) não é somente com concorrentes que deve se ter estratégia, pois por mais que se esteja sozinho no mercado, não quer dizer que em longo prazo isso continuará, se o negócio é lucrativo, mais cedo ou mais tarde irão aparecer interessados em obter o mesmo negócio.

Conforme TWEED (1998) para conquistar uma condição competitiva, é necessária a capacidade de centralizar força e conhecimento em determinado objetivo a ser atingido. Ir além do foco, obter o foco estratégico. O autor ainda faz uma comparação com a estratégia definida em dicionários, definindo-a como uma forma usada por militares, por exemplo, sendo usada como um truque para enganar um inimigo. Diferente da guerra, a realidade dos negócios é outra; ao contrário da guerra que vencida é festejada e os soldados voltam para sua casa, honrados em proteger sua nação, a estratégia precisa ser mantida, ser alterada se necessário, mas nunca deixar de implantar algum plano a seguir.

A estratégia vai além da concepção que a organização possa ter. A ânsia de vencer seus adversários e de poder alcançar resultados desejados sem grande esforço. Situações como "*collective mind*", ou o fomentadorismo e o crescimento, encontram-se em algumas das cinco descrições estratégicas de MINTZBERG (2010):

- ✓ A estratégia como *Plan* (plano) que serve como guia, uma direção a ser seguida, mas verifica-se que nas organizações nem sempre a estratégia a ser escolhida é a mesma que acaba sendo trilhada.
- ✓ A estratégia como *Pattern* (padrão) conformidade em comportamento no decorrer do tempo. A estratégia como plana seria a estratégia desejada que antes de saber o que encontraria pelo caminho foi decidida, e a estratégia como padrão seria a que foi realmente seguida, o que muitas vezes acaba acontecendo, acabar seguindo uma estratégia diferente da que foi desejada no início.
- ✓ A estratégia como *Position* (posição) alinhamento entre o íntimo e o extremo da organização, determinando qual atividade a ser desenvolvida, também se pode dizer que é a posição que é vista a empresa, qual seria o parâmetro de comparação para efetivamente saber qual a situação da organização.

- ✓ A estratégia como *Perspective* (perspectiva) é a expectativa do que a estratégia vai causar, seria o ponto de vista dos estrategistas e com dados da sua organização, de dentro dela, é que são tomadas as decisões. É a maneira minuciosa de a organização enxergar o mundo e agir de forma global.
- ✓ A estratégia como *Ploy* (artimanha) pode ser vista como um artifício premeditado ou não, gesto já elaborado ou pode acontecer repentinamente.
- ✓ A empresa pode desfrutar de possíveis truques para utilizar contra seus concorrentes, para esconder seu objetivo verdadeiro ou desviar o foco do objetivo principal para ultrapassar e obter o domínio do mercado.

Pode-se concluir que por mais que existam várias maneiras da estratégia, o fato é que a intenção é a mesma: gerar montante para poder compartilhar, podendo favorecer o mercado, a empresa ou ainda seus sócios.

2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Cooperativa de crédito é uma associação de pessoas que se unem involuntariamente e que buscam por meio da ajuda mútua, sem fins lucrativos, satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, uma melhor administração de seus recursos financeiros.

Em seu estudo, CRÚZIO (2009) define que as cooperativas de crédito são instituições financeiras com forma jurídica própria e natureza civil que não visam lucros, podendo ser de livre admissão desde que seus interesses sociais, políticos ou econômicos sejam os mesmos da cooperativa ou formada por profissionais de uma mesma classe, funcionários públicos ou privados. Todas as operações feitas pelos associados (empréstimos, aplicações, depósitos e outras) são revertidas em seu benefício por meio de preços justos. Os recursos aplicados na cooperativa ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento da localidade onde está inserida.

O cooperado/associado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa. Enquanto dono ele vai administrar a empresa, e enquanto usuário ele utiliza os seus serviços.

2.2.1 Características das Cooperativas de Crédito

Às Cooperativas é vedado utilizar a expressão “Banco”. O art. 4º da Lei 5.764/71 elenca as características que distinguem as Cooperativas das demais sociedades. Embora a cooperativa busque a resolução dos problemas de seus indivíduos, a cooperativa não age com fins lucrativos, sua intenção é prestar serviço aos seus associados.

A Cooperativa trará a seus associados os seguintes benefícios, segundo MENEZES (2004):

- a) Diretos: possibilidades reais de obter empréstimos a juros menores que o mercado, sem a burocracia e exigências costumeiras em outras fontes de crédito;
- b) Indiretos: aumento do poder aquisitivo, pela baixa porcentagem dos juros pagos sobre o empréstimo e poupança de um capital mensal a ser restituído quando sair da empresa;
- c) Valorização da Pessoa Humana: o associado tem dupla relação com a Cooperativa como dono e usuário, fato que o leva a agir em conjunto e aceitar as obrigações e responsabilidades na gestão democrática de um empreendimento comum.

O cooperativismo possui princípios criados, estudados e avaliados por líderes e pensadores, com ideais baseados na cooperação. Estes princípios foram aprovados e colocados em prática quando da fundação da primeira cooperativa formal do mundo, na Inglaterra.

2.2.2 Histórico Evolutivo das Cooperativas de Créditos

O início das Cooperativas foi com base em princípios como, a solidariedade, a equidade, a liberdade e o trabalho em equipe. Na cidade de Rochdale em 1847, os componentes eram na maioria tecelões, no total 28, e decidiram que a melhor solução seria a criação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale). Para THENÓRIO FILHO (2002) essa sociedade só se chamou de Cooperativa de Rochdale, após a Lei de 1852.

Acompanhando os mesmos princípios da 1ª Cooperativa de consumo, criada em 1847, surgiram as primeiras cooperativas de crédito em outros lugares do mundo como, por exemplo, na Itália. O cooperativismo de crédito teve como um de seus maiores criadores Luigi Luzzatti, que segundo THENÓRIO FILHO (2002) foi juntamente com Leoni Wollemborg, criador dos bancos populares urbanos. No Canadá também teve seu grande representante Alphonse Desjardins, o fundador do Crédito Mútuo.

No Brasil, o cooperativismo de crédito teve início no Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1902, quase meio século depois de ser implantado na Inglaterra. Anteriormente foram três tentativas mal sucedidas, uma no Estado de Pernambuco e duas no Paraná.

2.2.3 Cooperativa de Crédito SICREDI

O sistema SICREDI foi um dos sistemas que serviu de base para que outras cooperativas também nascessem e se desenvolvessem no Brasil. A cooperativa de crédito Sicredi existe desde 1902, em nova Petrópolis, onde é a atual Sicredi Pioneira RS. Desde então o Sicredi só vem crescendo, fortalecendo e ganhando espaço no mercado.

Em dados fornecidos pelo site do Sicredi, o sistema atua com 119 cooperativas de crédito e mais de 1.100 pontos de atendimento em dez estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Rondônia, Goiás e São Paulo). Opera com quatro Cooperativas Centrais, Confederação, Banco Cooperativo e empresas sob controle, tendo a Administradora de Cartões, Administradora de Consórcios e Corretora de Seguros, além da Sicredi Participações S.A. Com o sistema trabalhando unido, o resultado não poderia ser outro: fortalecimento e geração de maior competitividade. O Sicredi possui no Brasil mais de um milhão e oitocentos mil associados.

O Sicredi atua nos centros urbanos com as cooperativas de livre admissão, e também com as cooperativas de crédito mútuo, que podem ser ligadas a categorias profissionais ou algum segmento econômico. Tem como visão "ser reconhecida pela sociedade como instituição financeira cooperativa, com excelência operacional e de gestão, voltada para o desenvolvimento econômico e social". Com isso, a cooperativa trabalha captando depósitos e fornecendo empréstimos aos seus associados, de forma que ao invés que torná-lo refém de juros altos, faz com que cada associado participe das sobras percentualmente sobre sua movimentação.

A diferença no Sicredi é que cada cooperado é sócio/ dono, e não um cliente, como normalmente é trabalhado no mercado. Como associado, participa-se das assembleias, sabendo exatamente o que a cooperativa está enfrentando. Participa-se dos resultados, ao contrário dos bancos em que o lucro vai para os acionistas. Na cooperativa de crédito o resultado é distribuído

entre os associados, incentivando a utilização dos produtos e serviços. O atendimento é diferenciado, o associado é atendido conforme suas necessidades, não sendo somente um número, até porque apesar do Sicredi ser uma instituição financeira, sua missão é oferecer soluções financeiras, oferecer soluções para o problema do associado e não pensar somente no lado na instituição, em o que sistema vai ganhar com o negócio.

A cooperativa gira em torno dos associados e suas decisões. Os mais de 100 produtos e serviços são para fazer com que o associado cresça cada vez mais e quando esse associado cresce o Sicredi e todos os associados e suas comunidades crescem também, fazendo com que a cooperativa tenha mais recursos e possa continuar trabalhando e gerando recursos.

3 METODOLOGIA

Nessa seção é apresentada a metodologia adotada no desenvolvimento desse estudo, iniciando pela classificação da pesquisa e finalizando com os procedimentos metodológicos.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo BARROS (2010, p. 2) [...] “a metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade científica do saber obtido”.

De acordo com BEUREN (2012) metodologia está relacionada com a delimitação dos planos e estruturas que serão utilizados para que se consiga obter respostas para os problemas de estudos, não há uma técnica exata para cada tipo de problema de pesquisa particular, o que existem são tipos de pesquisa que mais se ajustam para obtenção de determinadas respostas.

A metodologia da pesquisa é apresentada quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa em questão possui caráter qualitativo. Apesar de dados quantitativos, o que é explorado são as características de um universo particular, o Sicredi em questão, evidenciando suas qualificações. Segundo FACHIN (2006) a variável qualitativa tem como principal característica os valores do que se esta sendo estudado independente da quantidade da amostra.

Quanto aos objetivos, a pesquisa, não possui objetivos explicativos, pois não procura a solução para todos os problemas no sistema financeiro, mas sim o estudo da estratégia no cooperativismo de crédito, sendo assim uma pesquisa com objetivos descritivos. Não se trata de uma pesquisa exploratória, pois o assunto é muito estudado e há também bastante conhecimento sobre o tema, mas na pesquisa em questão será visto de outro ângulo. Terá o emprego de análise documental, mas não se trata de uma pesquisa correlacional, pois não é uma pesquisa predominantemente quantitativa.

As técnicas empregadas são da pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Segundo BEUREN (2012, p. 90):

Na contabilidade, utiliza-se com certa frequência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia, como os aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira. Não obstante isso, estudos históricos geralmente valem-se da análise documental.

Para BEUREN (2012) a pesquisa bibliográfica é de certa forma obrigatória para todas as pesquisas, pois para que se consiga buscar respostas é necessário que seja feita uma pesquisa com base nas informações e conhecimentos existentes, tem como o seu principal objetivo a coleta de informações relacionadas ao que se está sendo estudado.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As cooperativas de crédito integrantes do Sicredi são organizadas em sistema, o que lhes assegura uma marca corporativa forte e ganhos de escala em todos os níveis, que determinam crescimento sustentado e a sua perpetuação.

Com a visão de “ser reconhecida pela sociedade como instituição financeira cooperativa, com excelência operacional e de gestão, voltada para o desenvolvimento econômico e social”, as cooperativas de crédito do Sicredi atuam na captação, administração e empréstimo de recursos financeiros e prestação de serviços, agregando renda aos seus associados, segundo o site da Instituição.

Para a análise documental, foram eleitos estatutos das cooperativas de crédito, e relatórios do Banco Central e do próprio Sicred. A maioria das informações foi obtida por meio do seu site oficial, evidenciando porque determinada cooperativa de crédito é de crédito mútuo e não de livre admissão ou ainda agrícola, levando em consideração a sua região de atuação.

A pesquisa em questão também conta com uma apresentação do planejamento estratégico para os próximos 5 (cinco) anos, podendo contribuir por meio do relato sobre como foi a trajetória do Sicredi e quão foi difícil chegar aos dias atuais com números que demonstram o potencial de crescimento do cooperativismo de crédito no País, apesar do segmento ainda ser considerado extremamente modesto se comparado ao de países mais desenvolvidos. A média de participação no Brasil ainda é pequena, de 2% do sistema financeiro nacional, em comparação com outros países como a Alemanha, que conserva até 30%, ou ainda a França, que preserva 43% nas cooperativas, conforme site do cooperativismo de crédito. O objetivo principal é levar alternativas para a sociedade.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nessa seção são apresentados os resultados da pesquisa, o planejamento estratégico do SICREDI e na sequência a análise entre as cooperativas do sistema SICREDI.

4.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO SICREDI

Com a estabilidade da macroeconomia brasileira, a cooperativa de crédito Sicredi se viu mais motivada a implantar estratégias para os próximos anos.

Após análises de mercado, diagnósticos resultantes de visitas, pesquisas interna e externa, o Sicredi pensou nos seus próximos cinco anos, elencando prioridades e estabelecendo objetivos. Os principais desafios são: crescimento do sistema, ser referência como instituição, eficiência e desempenho, colaboradores engajados, gestão democrática, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - Objetivo da Cooperativa de Crédito Sicredi

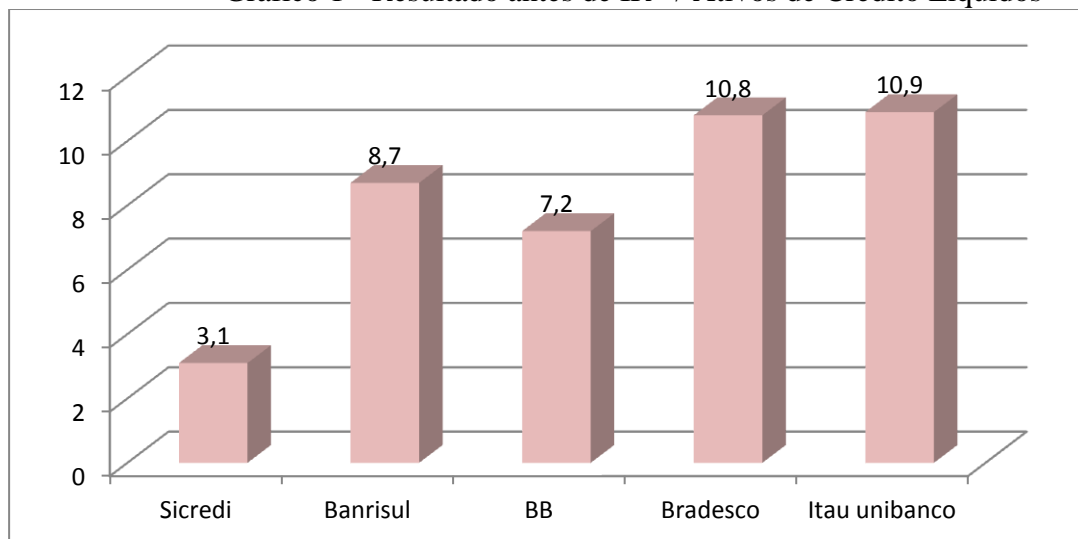
Onde Ganhar
<ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos em geral e empresas de pequeno e médio porte. • Municípios pequenos e médios no interior dos estados da região Sul e Centro Oeste com foco particular no setor agrícola. • Expansão em fases subsequentes para novos produtos, e novos segmentos de associado e novos estados e municípios.
Como ganhar
<ul style="list-style-type: none"> • Alta diferenciação baseada no modelo cooperativo e no foco local. • Qualidade do relacionamento que leva a alto o uso do Sicredi. • Competitividade na qualidade e preços dos produtos e serviços. • Eficiência da organização com forte foco na gestão de custos.
Iniciativas Estratégicas
<ol style="list-style-type: none"> 1) Aumentar o relacionamento com os associados e clientes atuais. 2) Aumentar penetração nos municípios atuais. 3) Aumentar participação nos estados atuais: novos municípios pequenos e médios. 4) Novos produtos e serviços nos cliente atuais (ex. capital de giro, leasing). 5) Novos canais (ex. parcerias). 6) Novos (sub) segmentos de associados e clientes. 7) Crescimento em grandes municípios pequenos e médios. 8) Crescimento em grandes municípios: estados atuais e novos. 9) Proposta de valor e segmentação dos associados. 10) Proposta de valor e seg. de valor das cooperativas. 11) Diferenciação do posicionamento da marca e comunicação. 12) Formatos, segmentação e modelo de UA (unidade de atendimento) e canais alternativos. 13) Posição de custos competitivos. 14) Responsabilidade socioambiental.
Capacitações
<ol style="list-style-type: none"> 15) Modelo, ferramentas, e sistemas do ciclo de crédito. 16) Modelo, ferramentas, sistemas comerciais. 17) Precificação e tarifas (estratégia, políticas, processo). 18) Modelo de gestão liquidez, capital e risco. 19) Modelo operacional (ex. melhorias, processos, centralização). 20) Modelo de gestão de pessoas. 21) Estrutura Sistêmica. 22) Desenvolvimento do quadro social.
Mobilização e Implementação
<p>Maximização do core (entre anos de 2011 e 2012).</p> <p>Expansão nos mercados atuais (entre anos 2012 e 2014).</p> <p>Expansão em novos mercados (entre anos 2014 e 2015).</p>

Fonte: Sicredi Planejamento Estratégico (2014).

Relacionando o gráfico 1 com informações disponibilizadas pela cooperativa de crédito Sicredi após sua pesquisa interna, o principal competidor do Sicredi é o Banco do Brasil em todas as Centrais. Regionalmente, outros bancos se destacam, como no caso do Banrisul no estado do Rio Grande do Sul, Bradesco no Mato Grosso. Os colaboradores acreditam fortemente

no atendimento personalizado como o principal destaque do Sicredi. Os produtos mais bem avaliados são o consórcio e crédito rural e o pior é o cartão de crédito.

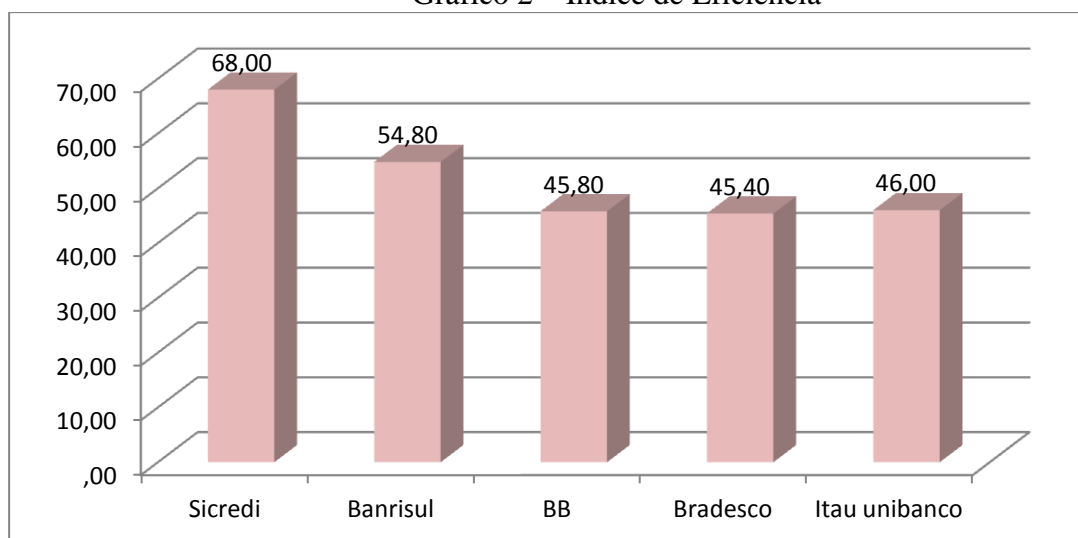
Gráfico 1 - Resultado antes de IR* / Ativos de Crédito Líquidos



Fonte: Planejamento Estratégico Sicredi, 2014.

Pode-se observar no gráfico 1 que o desempenho do Sicredi é ainda inferior à dos principais bancos universais em eficiência e rentabilidade. Apesar do crescimento não houve ganho de escala, ou seja, as despesas acompanharam o crescimento das receitas. O Sicredi terá que fortalecer a eficiência dos sistemas, das ferramentas e dos processos para poder aproveitar as oportunidades e crescer de forma sustentável, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Índice de Eficiência**



Fonte: Planejamento Estratégico Sicredi, 2014. (Demonstração consolidada Sicredi).

**O cálculo do índice de eficiência não considera o pagamento de imposto no calculo, nem os negócios de seguros dos bancos.

Nota: Índice de eficiência = Despesa Administrativas/Receita; Despesas administrativas: Despesas Administrativas + Despesas de Pessoal; Receita: Res. Bruto de Interm. Financeira + PCLD – Res. Fin. Seg. Prev. E Cap. + Receita de serviços + Resultado de coligadas +/- Outras Receitas/ Despesas Operacionais.

O modelo operacional do Sicredi está em desvantagem com a competição, principalmente nos seus processos e ferramentas. Os canais de atendimento tradicionais são bem avaliados, já os canais alternativos necessitam e podem ser aperfeiçoados. Sobre as ações de responsabilidade social, o Sicredi proporciona grandes benefícios para a comunidade, mas não são na maioria das vezes percebidos pela comunidade. Embora os colaboradores estejam satisfeitos com a cooperativa Sicredi como instituição financeira, falta muito para estarem satisfeitos com o trabalho e carreira.

Conforme o quadro 1 nota-se que o Sicredi primeiramente deseja conquistar os associados atuais, aumentar suas redes de atendimento nos estados/cidades que já possuem Sicredi e depois de implantado expandir com novos produtos, como por exemplo, o crédito imobiliário. Com essas medidas, o sistema fortalecido poder alavancar novos associados, novas regiões e novos mercados. O modelo cooperativo é de extrema importância para focar na ajuda mútua. Priorizando o relacionamento, que é um dos diferenciais do sistema, para elevar o uso e manter o associado na cooperativa. Tornar os produtos e serviços ainda mais competitivos, para que o associado atenda todas as suas necessidades na cooperativa de crédito, sem necessitar buscar uma instituição bancária. Entre as várias medidas a serem tomadas será relatado algumas delas, apresentando a situação em que se encontra e qual será a medida a ser tomada.

Uma das medidas é aumentar a movimentação nos municípios que já possuem o sistema Sicredi para alavancar novos associados. Hoje, a cota do Sicredi varia muito de município para município. A ideia é diminuir essa variação, aumentando nos municípios que estão com menos participação. Essa medida pretende aumentar em torno de 81% nos ativos de crédito, uma vez que o Sicredi possui 877 municípios com números inferiores aos considerados bons. Esses números oscilam conforme o tamanho e vocação do município, competitividade e crescimento da cidade. Há possibilidade de avanço nos municípios que o Sicredi já está presente, capitalizando recursos atuais, aumentando o crescimento, a eficiência e a rentabilidade por cooperativa, fortalecendo ainda mais a posição competitiva.

Essa medida é viável de novas formas de abordagem a novos associados, com utilização de ferramentas específicas: aumentar o sistema de incentivos, aumentar o foco em bom relacionamento, melhorar o sistema para atender melhor as pessoas jurídicas, ampliar programas de responsabilidade social, educação e meio ambiente, por meio de programas já existente, como “A União Faz a Vida”.

Outra medida é ampliar a participação nos estados atuais, em novos municípios pequenos e médios. Há municípios pequenos e médios, nos estados onde o Sicredi está presente, com características parecidas aos centros em que a cooperativa ocupa uma posição de liderança. Essas cidades têm maior participação na agricultura, baixo nível de competição e crescimento significativo da economia local (PIB) e da penetração do crédito. O que vem acontecendo é que o modelo de unidade de atendimento (UA) atual do Sicredi não autoriza a abertura de UAs em municípios muito pequenos. Como alternativa para aumentar a rentabilidade por cooperativa, focando na abertura de novas unidades, procura-se desenvolver, por meio da área central responsável, modelos econômicos- estatísticos destinados a auxiliar as cooperativas para identificar e priorizar novos municípios para a expansão dentro do mesmo estado, criar modelo de UA (unidade de atendimento) mais adequado entre os modelos predefinidos (UAs clássica e UA com posto avançado de atendimento). Verificar melhor a localização física (ponto) das UAs em cada município, com base em informações, como fluxo de pessoas e empresas de um determinado porte e atividade econômica.

O crescimento em novos estados, nos municípios pequenos e médios também é uma medida que deverá ser adotada. Há cooperativas no sistema que alcançariam um maior volume entrando em novos estados. Essa iniciativa é viável, uma vez que essas cooperativas apresentam um nível de abrangência significativo nos municípios atuais e as oportunidades de crescimento em municípios pequenos e médios com característica padrão Sicredi em novos estados são grandes.

Para obter êxito nessa estratégia, expandir o sistema e explorar o potencial desses novos mercados é necessário selecionar novos estados e municípios prioritários, com potencial identificado; criar políticas, processos e critérios de identificação das cooperativas já existentes, autorizadas a abrir a UAs em novos estados, e também com relação às novas, que serão incorporadas no sistema; formar área central responsável por desenvolver a estratégia e monitorar a aplicação das políticas, processos e critérios; desenvolver ferramentas de análises e monitoramento dos novos mercados, além de coordenar o processo formal de autorização junto ao Banco Central.

O crescimento em grandes municípios, em estados novos e atuais é um dos grandes desafios e objetivos do Sicredi. O sistema vai buscar alavancar a adesão em grandes municípios, onde existe um potencial de crescimento significativo. Há novas oportunidades que crescem da extensão da livre admissão de até 2 (dois) milhões de habitantes e da ligação comercial entre interior e cidades metropolitanas, porém, a lacuna na oferta de produtos do Sicredi é mais relevante para o público de grandes municípios. Mesmo nos estados atuais, com presença histórica do Sicredi, o desempenho está inferior ao desejado. Os casos de sucesso do Sicredi são, na maioria, cooperativas segmentadas que conseguem replicar o conceito dentro da cidade. Então, para gerar crescimento e expandir a atuação do Sicredi nos grandes centros, é preciso desenvolver um modelo de atuação específico.

Baseado nas premissas de identificar comunidades/nichos com um potencial atrativo dentro da cidade (clubes sociais, associações/sindicatos de categorias profissionais, grupos de trabalhadores); proporcionar a oferta básica de produtos e serviços; desenvolver propostas de valor e modelo de atuação para atender às necessidades dessas comunidades específicas dentro da cidade; comunicação e posicionamento da marca; serviços sociais específicos; há uma maior necessidade de investimentos e fundos para apoiar o crescimento.

As estratégias que o Sicredi pretende trabalhar é atingir locais já existentes, para ganhar a fidelização dos associados e a partir daí ganhar novos associados, nos pequenos e grandes centros. Para isso, além de melhorar e aprimorar seus produtos, cativar os associados com o bom relacionamento e atendimento personalizado que faz toda a diferença, necessita aprimorar seus canais de relacionamento.

4.2 ANÁLISE ENTRE COOPERATIVAS DO SISTEMA SICREDI

Sobre a pesquisa externa realizada pelo Sicredi, notou-se que a marca do Sicredi é reconhecida nos municípios pequenos, porém existe uma lacuna grande na lembrança da marca em relação às principais instituições nos municípios médios e grandes. Existe um percentual elevado de pessoas, mesmo entre os associados, que não diferenciam claramente o Sicredi como cooperativa de crédito.

Quando se fala na cooperativa de crédito Sicredi, a maioria das pessoas já relaciona o nome à agricultura, isso devido ao Sicredi ser muito forte no interior (Portal do Sicredi, 2014). De acordo com o presidente da Central Sicredi PR/SP/RJ e Sicredi Participações, Manfred Dasenbrocki, "o Sicredi é a única instituição financeira em 71 municípios do Paraná". Isso sem relatar os outros estados. A partir desse dado pode-se ter uma ideia de como o Sicredi é ainda mais importante nessas regiões, onde, por exemplo, o agricultor necessita de amparo e apoio em

seu negócio. Para o agricultor a cooperativa possui serviços que melhor se adaptam à necessidade do associado.

Em cidades onde a agricultura é mais forte o Sicredi acaba tendo maior parte dos associados da zona rural, mas associam-se também comerciantes, a população em geral, sendo essa uma cooperativa de livre admissão, ou uma cooperativa de crédito mista, ou ainda se só houver agricultores, uma cooperativa de crédito rural (Portal do Sicredi, 2014). Após serem aceitos pelo conselho de administração da cooperativa essas pessoas ingressam na cooperativa a partir da integralização do seu capital social.

Já em cidades, como por exemplo, Curitiba-PR o Sicredi não é de livre admissão, mas sim de crédito mútuo. Até o momento existem 4 (quatro) cooperativas, sendo: Sicredi Credenoreg PR (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Escrivães, Notários e Registradores do Estado do PR); Sicredi Credjuris (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná); Sicredi Medicred (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana); Sicredi Sincocred PR (Cooperativa de Crédito Mútuo dos comerciantes de veículos, peças e acessórios para veículos de Curitiba e Região).

Essas cooperativas possuem um público alvo e isso ajuda muito na hora de concessão de crédito, pois como é um ramo profissional, há conhecimento, o que ajuda a diminuir o risco de crédito. Mas o que ainda falta para incentivar a adesão ou até mesmo a maior utilização da cooperativa por seus associados é a falta de unidades de atendimento dentro da capital paranaense que possam ajudar no atendimento e na divulgação do sistema.

Os números da cooperativa Sicredi Credenoreg são um exemplo de atendimento todo especial aos seus associados, fazendo acompanhamento direto nos cartórios ou empresas vinculadas através de visitas; o atendimento de associados por telefone é diário, e conta com colaboradores atenciosos e experientes para auxiliar no que for necessário; os associados são orientados para utilização da internet nas suas transações, tornando prático, por exemplo, o pagamento de uma conta, que ele consegue fazer sem sair de sua residência ou trabalho; a utilização dos cartões para saques nas redes conveniadas também são muito utilizados, fazendo com que cada vez mais o associado trabalhe com a cooperativa sem necessariamente ir até onde fica a instalação da Cooperativa.

Mas mesmo com esses benefícios proporcionados, se pudesse a cooperativa teria mais redes de atendimento na cidade onde os associados optariam ainda mais pelos produtos e serviços do Sicredi. Com a internet e outras opções, há muitas pessoas que ainda necessitam ir até a agência e ter aquela conversa básica com seu gerente pessoalmente. A Credenoreg tem certa dificuldade de trabalhar com cartórios e seus funcionários que ficam em bairros diferentes de onde a agência é instalada, pois diferente de uma cidade do interior, que é tudo muito perto, de um bairro para outro em Curitiba para fazer uma transação financeira acaba gerando certo transtorno. Além disso, devido o tamanho de Curitiba outras instituições financeiras acabam tendo mais impacto, essas instituições muitas vezes possuem uma agência em cada esquina, gerando a facilidade da localização e maior abordagem.

Na tabela 1 pode-se ver que a Cooperativa Credenoreg, apesar de ter poucos associados é uma cooperativa que dá bons resultados. Seus ativos de crédito foram atingidos mais do que o planejado para o mês, os depósitos ultrapassaram os 100% do planejado, o patrimônio líquido que é o seu capital social, atingiu e superou o planejado em 112%.

Tabela - Dados Sicredi Credenoreg PR

	Sicredi Credenoreg PR			
	2013	2014		
	Dezembro	Junho Acumulado		
	Realizado	Realizado	Planejado	%
Ativos de Crédito (R\$ mil)	3.662,30	3.865,10	3.706,90	104%
Depósitos (R\$ mil)	12.620,50	19.258,70	12.284,00	157%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.562,40	1.805,20	1.610,00	112%
Associados	838	873	898	97%
Retorno sobre Patrimônio Líquido (% CDI)	347%	311%	249%	125%
Índice de Eficiência	69,80%	67,50%	67,90%	101%
Índice de Cobertura	42,30%	38,20%	40,40%	95%
Produtos por Associados	1,9	1,83	-	-
Fidelidade e Satisfação Associados	34,80%	63,60%	-	-

Fonte: Portal Sicredi Planejamento Estratégico (2014).

O retorno sobre o Patrimônio Líquido supera até o das outras cooperativas, conforme dados da tabela 2 e tabela 3, mesmo essas cooperativas trabalhando com mais produtos por associados, comparadas a cooperativa Credenoreg que possui média de 1,83 produtos por associado, enquanto a cooperativa de crédito Paranapanema PR possui média de produtos por associado de 1,95, conforme tabela 2, e a cooperativa União PR possui média de 2,5 produtos por associado, conforme dados da tabela 3.

Tabela 1- Dados Sicredi Paranapanema PR

	Sicredi Paranapanema PR			
	2013	2014		
	Dezembro	Junho Acumulado		
	Realizado	Realizado	Planejado	%
Ativos de Crédito (R\$ mil)	212.909,90	215.552,70	238.521,40	90%
Depósitos (R\$ mil)	171.498,50	180.911,80	197.565,10	92%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	39.485,20	42.671,30	44.367,70	96%
Associados	30.707	31.600	30.610	103%
Retorno sobre Patrimônio Líquido (% CDI)	112%	108%	71%	151%
Índice de Eficiência	82,40%	81,20%	82,20%	101%
Índice de Cobertura	28,00%	30,50%	25,90%	118%
Produtos por Associados	1,96	1,95	-	-
Fidelidade e Satisfação Associados	58,60%	56,90%	-	-

Fonte: Portal Sicredi Planejamento Estratégico, 2014.

Na tabela 02 seguem os dados da Cooperativa Sicredi Paranapanema PR, com um total de aproximadamente 31 mil associados, e na tabela 03 seguem os dados da Cooperativa União PR com aproximadamente 91 mil associados.

Tabela2- Dados Sicredi União PR

	Sicredi União PR			
	2013	2014		
	Dezembro	Junho Acumulado		
	Realizado	Realizado	Planejado	%
Ativos de Crédito (R\$ mil)	889.683,20	933.571,10	923.997,30	101%
Depósitos (R\$ mil)	906.538,10	947.369,10	939.525,50	101%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	159.258,40	172.050,10	168.136,30	102%
Associados	87.871	92.905	91.417	102%
Retorno sobre Patrimônio Líquido (% CDI)	191%	136%	110%	124%
Índice de Eficiência	67,20%	67,20%	74,20%	109%
Índice de Cobertura	41,40%	39,30%	33,20%	119%
Produtos por Associados	2,34	2,5	-	-
Fidelidade e Satisfação Associados	57,30%	58,50%	-	-

Fonte: Portal Sicredi Planejamento Estratégico, 2014.

As cooperativas Paranapanema e União são de livre admissão, têm características distintas da Credenoreg, a cooperativa União PR e Paranapanema PR conseguem ampliar seus serviços e produtos aos seus associados, fazendo com que haja mais utilização em quantidade de seus produtos e serviços. Isso afeta de certa forma a cooperativa Credenoreg, pois pode ser que os responsáveis por números tão bons, sejam somente parte de seus associados, ou seja, nem todos participam ativamente e utilizam a cooperativa como deveriam.

Conforme dados do site oficial do Sicredi 2014, a cooperativa Sicredi Paranapanema atua em 23 municípios, a cooperativa Sicredi União atua em 33 municípios, sendo algumas delas remanescentes da fusão com a Sicredi Centro-Leste Paulista.

Com esses números pode-se concluir que a diferença de números de associados que as duas cooperativas possuem em comparação a cooperativa de crédito mútuo Credenoreg, que possui somente uma unidade de atendimento em Curitiba faz todo sentido.

Comparados os dados das tabelas 1, 2 e 3 com tabela 4, verifica-se que as três cooperativas estão próximas da média do Sistema Sicredi. Os itens da tabela 4 de ativos totais, ativos de crédito, depósitos, patrimônio líquido, associados são fatores de crescimento do Sistema. Já os itens retorno sobre patrimônio líquido, retorno sobre ativos, índice de eficiência, índice de cobertura e índice de liquidez ajustada são fatores de eficiência do Sicredi.

Tabela3 - Dados Gerais Sicredi

	SICREDI			
	2013	Junho 2014		
	Realizado	Realizado	Planejado	%
Ativos Totais (R\$ milhões)	31.115,00	33.390,20	33.362,50	100
Ativos de Crédito (R\$ milhões)	23.132,60	24.226,80	23.989,50	101
Depósitos (R\$ milhões)	20.619,10	23.040,30	23.329,90	99
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	5.370,90	5.984,50	5.761,10	104
Associados	2.515.339	2.632.543	2.622.921	100
Retorno sobre Patrimônio Líquido (% CDI)	232%	218%	175%	125
Retorno sobre Ativos	3,20%	3,70%	3,00%	125
Índice de Eficiência	62,00%	57,60%	63,00%	109
Índice de Cobertura	34,90%	36,90%	33,30%	111
Índice de Liquidez Ajustada	1,63	1,84	1,71	108
Soluções por Associado	2,35	2,35	-	-
*Ser Instituição Principal dos Associados	46%	-	-	-
Fidelidade e Satisfação dos Associados	60,30%	59,00%	-	-
*Grau de Engajamento de Colaboradores	não mensurado	-	-	-
Desenvolvimento do Quadro Social	151%	-	-	-
*Melhores Empresas para Trabalhar	2º lugar em IFs	-	10 melhores Ifs	-

Fonte: Sicredi Planejamento Estratégico (2014).

Os itens produtos por associado, fidelização e satisfação dos associados e desenvolvimento do quadro social são fatores do relacionamento do Sicredi. Os itens, grau de engajamento do colaborador e melhores empresas para trabalhar são fatores de engajamento. Não está no modelo números sobre a estrutura sistêmica que abrangem a gestão democrática, o modelo de gestão, modelo comercial, modelo operacional e modelo de ciclo de crédito, não consta devido à apuração não ser mensal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sicredi tem um alto índice de satisfação entre seus associados (pessoa física e pessoa jurídica), acima dos seus concorrentes bancários. Os associados valorizam mais a qualidade e competência dos profissionais, a solidez das instituições e a confiabilidade da oferta de crédito. O atendimento personalizado não é tão valorizado pelo associado, o quanto é imaginado. Apesar de o Sicredi ser bem avaliado nos atributos mais importantes do que seus concorrentes, ainda não consegue ter o volume de relacionamento que o seu associado possui com outra instituição financeira. O número de produtos por associado ainda é bem abaixo da média do mercado, sem dizer que esse número cai ainda mais nos municípios maiores.

Evidencia-se a importância do cooperativismo de crédito para a transformação da sociedade, mas ainda sabe-se muito pouco sobre os benefícios que a cooperativa pode levar ao associado. O caminho é aperfeiçoar e tornar os produtos e serviços do Sicredi ainda mais

competitivos. Primeiramente expandir nos centros em que já existe a cooperativa, conforme o planejamento estratégico do Sicredi. É necessário que a pessoa que já tenha certo envolvimento com a cooperativa ou que pelo menos conheça alguém que já seja associado, tenha a chance de saber o que ela movimenta no seu banco, se movimentar com a cooperativa, além de pagar juros bem menores. Assim, e estará ajudando a sua comunidade e conseqüentemente irá participar dos resultados da sua cooperativa, percentualmente sobre sua movimentação e seu capital social.

As cooperativas do Sicredi proporcionam um ótimo atendimento aos associados, possuem ótimo relacionamento, trabalham com taxas competitivas, seus associados participam dos resultados. Com todas essas vantagens, ainda muitos de seus associados deixam muitas vezes de utilizar um produto da cooperativa para usufruir de uma instituição financeira concorrente. Isso acontece porque o próprio sistema está permitindo, muitos associados acabam solicitando empréstimo na cooperativa para quitar dívidas e mais dívidas em bancos e continuam a se endividar em outra instituição.

Para que a cooperativa tenha sucesso em seus projetos, é necessário o engajamento de todo o sistema. Que haja valorização e investimento em treinamentos de seus colaboradores, pois eles necessitam de treinamentos, precisam estar atualizados e precisam também estar motivados para poder passar ao associado ou ao futuro associado o verdadeiro sentido da cooperativa, que é acima de tudo valorizar o relacionamento e oferecer soluções financeiras ao associado e para a comunidade. É necessário também que seus produtos e serviços satisfaçam as necessidades dos seus associados, ou melhor, que superem a expectativa e que façam o associado ter confiança na cooperativa, de acordo com o presidente da Central Sicredi PR/SP/RJ e Sicredi Participações, Manfred Dasenbrocki.

É importante uma boa localização, não basta ter todos os quesitos de uma instituição que se adeque ao associado, mas que ele não consiga ter acesso, não consiga nem ao menos saber que ela exista. A cooperativa de crédito Sicredi já vem trabalhando com propagandas na mídia, que alertam e despertam curiosidades, mas o seu crescimento nas cidades é o que falta para conquistar sua fatia no mercado, aumentando sua carteira para poder desenvolver e partir para outras cidades e outros associados, proporcionando crescimento aos seus associados e sua comunidade, pois como o próprio lema do Sicredi diz: “Gente que Coopera Cresce”.

Por se tratar de um assunto que envolve a estratégia da cooperativa de crédito Sicredi, foram limitadas muitas informações da organização, para que este estudo não impactasse seus atuais projetos. Muitos dados que faltaram são sigilosos, por expor a empresa e abrir sua estratégia para seus concorrentes.

A pesquisa atual foi feita com base em informações do planejamento estratégico do Sicredi para os próximos anos. É essencial o acompanhamento passo a passo de cada estratégia, cada ciclo, para poder ter uma noção do que realmente está tendo resultado e o que deve ser mudado. Pode-se dizer que é uma estratégia de desenvolvimento, a cooperativa está aproveitando seus pontos fortes e expandindo.

A cidade de Curitiba-PR, cidade que foi utilizada de exemplo, recebeu no ano de 2014 uma unidade de uma cooperativa de crédito de livre admissão. Essa unidade pertence à cooperativa da cidade de Ponta Grossa-PR. Está sendo uma oportunidade de o Sicredi ganhar mais espaço e com isso poder divulgar também o trabalho das cooperativas de crédito mútuo.

REFERÊNCIAS

Artigo 4º, VII da Lei 5.764/71 de 16.12.1971 disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764.htm> - Acesso no dia 25 jul.2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Disponível em: <http://www.bc.gov.br/>. Acesso em: 07 abr.2014.

BARROS, Adil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BEUREN, Maris Ilse. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Cooperativa de Crédito: Características e Implantação disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/2102/3759>. Acesso em: 01 ago. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GAWLAK, Albino. Cooperativismo: Primeiras Lições. Sescop: Brasília, 2004.

MENEZES, Antônio. **Cooperativas de Crédito: o que é e quais seus benéficos**. Brasília: Estilo, 2004.

OCEPAR. Disponível em: <http://www.ocepar.org.br/>. Acesso em: 25 mai.2014.

Portal do Cooperativismo de Crédito em:

<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito>. Acesso em: 31 jun.2014.

Portal do Sicredi em: <http://planejamentoestrategico.sicredi.net/> Acesso em 07 jun.2014.

Portal do Sicredi em: <https://portal.sicredi.com.br/> Acesso em 25 jun. 2014

Revista Paraná cooperativo, ano 7, número 77, Janeiro 2012.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico: para organizações privadas e públicas**: Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

SICREDI. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/>. Acesso em: 07 abr.2014.

SICREDI. Disponível em: <http://www.gentequecooperacresce.com.br/site/index.php>. Acesso dia 07 abr.2014.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos Caminhos do Cooperativismo**. Com destino ao Crédito Mútuo, 2 ed. São Paulo, 2002.

TWEED, Stephen C. **Foco Estratégico: a vantagem competitiva**. São Paulo: Gente, 1998.

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA A PARTIR DO SISTEMA SOCIOPRODUTIVO AGROECOLÓGICO

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa¹
André Maia Gomes Lages²
Tatiana Frey Biehl Brandão³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar que o sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa importante alternativa para a construção de estratégias de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares. Como universo de pesquisa foram selecionados, de forma aleatória, para aplicação de questionário semiestruturados e para a observação 19 agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, da Rede Ecovida de Agroecologia, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. Verificou-se que o sistema socioprodutivo agroecológico pode, de fato, constituir-se num elemento-chave para a construção de uma estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores, pois possibilita: *(i)* à diversificação produtiva no âmbito do estabelecimento rural; *(ii)* à geração de segurança alimentar; e *(iii)* a obtenção de retornos econômicos satisfatórios no transcorrer de todo o ano.

Palavras-chave: Agroecologia. Diversificação produtiva. Reprodução. Socioeconômica.

¹ Docente do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Santana do Ipanema – Campus do Sertão/UFAL. Pós-doutorando em Sociologia (PPGS/UFPR), Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR).

² Docente do Curso de Ciências Econômicas da FEAC/UFAL. Docente do Mestrado em Economia Aplicada (FEAC/UFAL). Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia (UFRJ).

³ Docente dos Cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Unidade Santana do Ipanema – Campus do Sertão/UFAL. Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/USCar).

1 INTRODUÇÃO

O ambiente rural vem passando por uma reconfiguração socioeconômica, decorrente do processo de dinamização de sua economia local. Esta reestruturação vem, principalmente, se organizando sob os princípios da chamada *economia da nova ruralidade*, a qual tende a contemplar as particularidades social, econômica, cultural e ecológica existentes neste ambiente. Favareto e Seifer (2012, p. 85-86) expõe que esta economia alicerça-se no

[...] aproveitamento das amenidades naturais largamente disponíveis em boa parte do país, por intermédio, sobretudo, da atividade turística ou da atração de novas populações. Outro segmento de enorme importância é o aproveitamento do potencial produtivo da biodiversidade e da biomassa, seja pela produção de biocombustíveis (em bases diferentes daquela verificada na experiência recente do etanol e mais robustas do que aquela presente na experiência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel), por exemplo, seja por meio da exploração industrial de produtos químicos, fármacos ou cosméticos (que apesar de seu enorme potencial ainda tem efeitos praticamente nulos para as populações que vivem em áreas ricas em biodiversidade). E um terceiro segmento está relacionado à exploração de nichos de mercado, como marcas de qualidade ou produtos típicos, todos eles de apelo crescente nos mercados mais dinâmicos (mas sobre os quais o país não dispõe de qualquer estratégia consistente).

Desta forma, nota-se que os recursos naturais existentes no ambiente rural estão se constituindo num fator importante para a reorganização socioeconômica e para a construção desta nova percepção acerca do rural (ou seja, para a construção de uma nova ruralidade). Além disso, emerge no rural a organização de uma lógica empreendedora alicerçada na sinergia entre práticas produtivas sustentáveis e conservação da biodiversidade. Assim, a economia da nova ruralidade propicia a construção de um ambiente favorável para que as famílias rurais organizem suas lógicas reprodutivas balizadas por meio da multiplicidade de oportunidades socioeconômicas e estratégias de inserção socioprodutivas. Cabe salientar que as lógicas reprodutivas são organizadas, tendo como parâmetros: as singularidades existentes no local e os modos e projetos de vida concernente a cada família rural.

Neste sentido, emerge o sistema socioprodutivo agroecológico como um elemento-chave para a construção de uma lógica reprodutiva socioeconômica, para os agricultores, que seja sustentável em longo prazo. Este sistema constitui-se numa agricultura menos agressiva ao ambiente, ao tempo que promove a inclusão social e uma situação de segurança alimentar para os agricultores e para a sociedade. Proporciona, ainda, melhores condições socioeconômicas aos agricultores, pois prima pela produção diversificada de produtos agropecuários *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer de todo ano.

Sendo assim, este trabalho detém como objetivo demonstrar que o sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa importante alternativa para a construção de estratégias de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares. Como universo de pesquisa foram selecionados – de forma aleatória para aplicação de questionário semiestruturados e para a realização de observações junto aos estabelecimentos rurais – 19 agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA), da Rede Ecovida de Agroecologia, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, de um universo de 93 agricultores que possuíam um documento denominado Plano de Manejo Orgânico (PMO). O PMO é um documento elaborado pela Rede Ecovida de Agroecologia e que possui o papel de ficha cadastral dos agricultores ingressantes na Rede, através dos Núcleos. Estes Planos foram

cedidos pela Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), que é uma instituição que presta assessoria aos agricultores pertencentes ao Núcleo MBA, sendo composta pelos próprios agricultores participantes do Núcleo.

A amostra foi definida por meio de um cálculo para determinação do tamanho da amostra, que teve como base **as expressões algébricas formuladas por Hoffmann (2011) e Walpole *et al.* (2009)**. Além disso, a determinação da amostra de 19 agricultores agroecológicos teve como parâmetro: um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 2,6%, fato este que torna os dados e cenários apresentados neste trabalho relevantes.

Como instrumento para a coleta de informação foi elaborado um questionário semiestruturado, abordando os seguintes temas: (i) Tamanho do Estabelecimento Rural; (ii) Renda Agrícola; (iii) Renda Não-Agrícola; (iv) Local de Trabalho dos Agricultores Ecológicos; (v) Local de Trabalho dos Familiares que residem com os Agricultores Ecológicos; e (vi) Utilização de Mão de Obra. Neste trabalho foram utilizadas as informações dos itens (i) e (ii).

Além disso, foi realizada uma mensuração da renda dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. Verificou-se na primeira fase de observação de campo que o sistema socioprodutivo agroecológico pode possibilitar a estruturação de uma forma diferenciada de se contabilizar a Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE) dos Agricultores Agroecológicos, proveniente da comercialização (via transação financeira), autoconsumo e troca dos bens e serviços gerados pelas atividades socioeconômicas agrícolas, manejados no âmbito do sistema socioprodutivo agroecológico. Sendo assim, a partir das formas de alocação citadas acima (comercialização, autoconsumo e troca) teremos 02 (dois) tipos de rendas: Renda Monetária (RM) e Renda Não Monetária (RNM), que por sua vez constituem a RTBAE.

2 SISTEMA SOCIOPRODUTIVO AGROECOLÓGICO

O sistema socioprodutivo agroecológico nutre-se dos pressupostos oriundos da agricultura sustentável. Esta agricultura tem sua origem na década de 1970, emergindo como um movimento socialmente organizado, constituindo-se num contramovimento, uma via alternativa à política da modernização e industrialização indiscriminada dos sistemas socioprodutivos agrícolas. A agricultura sustentável pode ser entendida como uma forma de organização da produção que potencializa a utilização dos recursos disponíveis nos estabelecimentos rurais, contribuindo para que haja uma redução no uso de insumo externo aos agroecossistemas e/ou eliminando o uso de insumos químicos no sistema de produção agropecuário (BRANDENBURG, 2002). Ocorre ainda que esta agricultura representa uma alternativa de sobrevivência para os agricultores, uma vez que os mesmos conseguem reconstruir ou construir uma relação socioambiental (BRANDENBURG, 2002) com seus agroecossistemas balizados nos conhecimentos tácitos adquiridos na relação cotidiana entre o agricultor e seu agroecossistema e nas práticas adotadas em seus sistemas socioprodutivos.

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico constitui-se numa agricultura menos agressiva ao meio ambiente, ao tempo que promove a inclusão social e uma situação de segurança alimentar para os agricultores e para a sociedade. Proporciona, ainda, melhores condições socioeconômicas aos agricultores, pois prima pela produção diversificada de produtos agropecuários *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer do ano. Cabe ainda salientar que os alimentos agroecológicos são isentos de resíduos químicos e de hormônios, além de não serem utilizados na produção organismos geneticamente modificados.

Guzmán (2009, p. 29) sintetiza as estratégias agroecológicas

[...] como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permitia projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadora da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Deste modo, observa-se que o sistema socioprodutivo agroecológico busca perpassar o âmbito da produção, estruturando-se como uma forma diferenciada de se obter uma melhor qualidade de vida a partir da articulação eficiente dos recursos existentes nos agroecossistemas, podendo o produto (bem ou serviço) gerado por esta articulação ser inserido no circuito econômico ou ser utilizado para a manutenção ou reprodução do modo e do projeto de vida da família rural agroecológica. Percebe-se assim que este sistema socioprodutivo não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família.

Desta forma, organiza-se uma lógica reprodutiva que, por um lado, busca a viabilidade econômica dos estabelecimentos rurais a partir da inserção dos produtos agroecológicos num mercado em crescente expansão e que remunera de maneira diferenciada (pagamento de preço premium) aos agricultores pelo serviço que prestam à sociedade, seja por meio de atributos ligados à segurança alimentar e nutricional, à preservação/conservação do ambiente natural e à responsabilidade social. Por outro lado, são estruturados sistemas socioprodutivos que integram o homem e a natureza, possibilitando que ambos se desenvolvam de maneira conjunta. Possibilitam ainda, que o agricultor perceba que ele detém uma relação diretamente proporcional, ou seja, a melhoria em sua condição socioeconômica está atrelada ao equilíbrio ecossistêmico e à diversidade biológica existente em seus agroecossistemas.

Neste sentido, por meio da agroecologia, os agricultores acessam o ambiente socioeconômico organizado pela economia da nova ruralidade, uma vez que contribuem e/ou usufruem (imaterialmente ou materialmente) do capital natural existente no ambiente rural, ao tempo que também contribuem para a sua conservação e ou ampliação. Além disso, a partir do capital natural, os agricultores agroecológicos detêm os recursos produtivos necessários à produção de produtos de qualidade, seguros e diferenciados mercadologicamente.

Buscando se inserir na economia da nova ruralidade a partir dos pressupostos oriundos da agroecologia, os agricultores utilizam-se de dois fatores gerenciais importantes: o comportamento e o manejo do sistema. Em relação ao comportamento, observa-se que o sistema socioprodutivo agroecológico se organiza como um sistema aberto. Por ser um sistema aberto, ele se organiza como um espaço de interação entre os ambientes interno (articulação dos diversos capitais existentes no estabelecimento rural) e externo (articulação com os ambientes social, econômico e natural), sendo este um espaço importante para a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos agricultores agroecológicos, ao tempo que se constitui no principal elemento organizador deste sistema socioprodutivo.

Internamente o sistema socioprodutivo agroecológico tenta potencializar os diversos capitais existentes no agroecossistema, buscando organizar um sistema de produção, senão autossuficiente, que detenha níveis elevados de autossuficiência. Assim, quanto mais autônomo for o agroecossistema perante a dependência gerada pelo sistema agroindustrial, no que concerne à exigência na adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, mais autossuficiente será este lócus de produção e o agricultor.

Deste modo, observa-se que o nível de autonomia e autossuficiência dos agroecossistemas correlaciona-se com a capacidade de articulação dos diversos capitais (social, humano, natural, cultural, financeiro, físico/tecnológico) existentes neste lócus de produção e da capacidade gerencial dos agricultores para gestar esta articulação. Por exemplo, em seu agroecossistema, um agricultor agroecológico poderá deter (i) capital social (p. ex., participação em uma rede produtiva); (ii) capital humano (p. ex., capacitação profissional constante da mão de obra utilizada no sistema produtivo); (iii) capital natural (p. ex., conservação da fauna e flora existentes no estabelecimento); (iv) um capital cultural (p. ex., disseminação intra e intergeracional de seu conhecimento tácito); (v) capital financeiro (p. ex., capacidade financeira necessária à expansão de seu sistema produtivo); e (vi) capital físico/tecnológico (p. ex., um equipamento utilizado para a agroindustrialização de um determinado produto agrícola).

Neste sentido, todo sistema socioprodutivo agroecológico detém os capitais descritos acima em maior ou menor grau, cada um cumprindo sua função dentro do sistema. Desta forma, os agricultores agroecológicos devem gerir, de maneira eficiente e de acordo com sua capacidade produtiva e de seu modo e projeto de vida, os capitais existentes em seus agroecossistemas. Assim, quanto mais diverso for o agroecossistema, maior será a possibilidade de se gerar autonomia e autossuficiência, todavia, também, há uma maior demanda para a organização de processos gerenciais que contemplem a realidade concernente a cada agroecossistema e para cada agricultor.

Já no que concerne ao ambiente externo ao sistema socioprodutivo agroecológico, tanto o agroecossistema quanto o agricultor estão imersos na dinâmica social, econômica e natural dos ambientes que os circundam e, desta forma, seus comportamentos são organizados por meio da imposição de limites e da geração de oportunidades criados por estes ambientes (social, econômica e natural) e pela interação do ambiente externo com o interno. Assim, por exemplo, os limites e oportunidades gerados pelo ambiente econômico, podem ser derivados do comportamento do mercado, do ambiente institucional e da estrutura de governança, no qual estão inseridos os bens e serviços produzidos pelos sistemas socioprodutivos agroecológicos existentes no agroecossistema.

Com relação ao manejo do sistema socioprodutivo agroecológico, o agricultor a partir das informações, dos limites e das potencialidades concernentes aos ambientes externos e internos ao agroecossistema, busca construir estratégias reprodutivas que contemplem seu conhecimento tácito, os instrumentos produtivos a sua disposição e a realidade socioambiental no qual está inserido. Deste modo, cabe ao agricultor agroecológico

[...] decidir, a partir das informações disponíveis, como os recursos (humanos, de insumos, de capital e tecnológicos) serão utilizados para serem transformados em produtos finais. Decisões como o que, quanto, como, quando e para quem produzir devem ser tomadas considerando fatores restritivos, como o tamanho da propriedade, a tecnologia disponível, os recursos financeiros do empreendimento e as necessidades de autoconsumo (LORENZANI; SOUZA FILHO, 2005, p. 87).

Desta forma, de acordo com *Batalha, Buainain e Souza Filho (2005, p. 53-54)*, o manejo do sistema socioprodutivo agroecológico demanda o desenvolvimento da capacidade de inovação e de gestão dos agricultores agroecológicos, uma vez que

[...] Ao contrário do que defende o senso comum, a produção de orgânicos ou a agroecologia está longe de ser uma 'volta à natureza', à exploração elementar da terra. Ao contrário, é um processo de produção que adota pressupostos rígidos e até mais difíceis, na medida em que não permite o uso de meios artificiais, em particular os químicos, facilitadores e estimuladores. Nesse sentido, [...] é absolutamente vital que o agricultor possa contar com ferramentas de gestão da qualidade, planejamento e

controle da produção, logística de aprovisionamento e de distribuição, análise e controle de custos, *marketing*, etc.

Ocorre ainda que o manejo deste sistema estrutura-se a partir da busca por níveis crescentes de produtividade ecotecnológica. Sendo assim, os agricultores agroecológicos manejam seus sistemas socioprodutivos por meio da estruturação de um manejo múltiplo dos recursos provenientes da biodiversidade. Para Leff (2001) tal fato proporciona a organização de um ambiente favorável à geração de níveis cada vez mais elevados de produtividade, sustentada através da inovação e da aplicação de novas biotecnologias que incentivam a produtividade primária dos ecossistemas naturais, possibilitando assim que as necessidades fundamentais das populações que se encontrem em crescimento sejam satisfeitas.

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico incentiva que as estratégias reprodutivas empregadas, não busquem apenas retornos econômicos, mas que possibilitem a ocorrência de retornos sociais e ambientais para os agricultores e a sua família, para os agroecossistemas, para o ambiente rural e para os atores inseridos neste sistema socioprodutivo.

Diante deste contexto, Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008, p. 222-223) discorrem que “[...] A saúde da família rural, o aproveitamento dos recursos naturais da propriedade, a policultura e o extrativismo, a aproximação direta com o consumidor, a criação de mercados justos fundamentados na economia solidária e a politização dos agricultores, para que estes sejam protagonistas do desenvolvimento rural local [...]”, emergem como mecanismos importantes para a estabilidade socioeconômica e equilíbrio ambiental dos estabelecimentos rurais e para a busca da melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de seus familiares por meio da possibilidade de ser estruturada uma lógica reprodutiva que se constrói de maneira multiprodutiva e multidimensional. Mas, cabe salientar que este é um paradigma em construção.

Neste contexto, o sistema socioprodutivo agroecológico, que a partir da utilização múltipla dos recursos naturais existentes nos agroecossistemas agroecológicos constitui-se numa estratégia importante para o fortalecimento e expansão da economia da nova ruralidade que, por sua vez, se reflete sobre a economia local do ambiente rural. Este cenário socioeconômico, que se organiza por meio dos princípios oriundos do desenvolvimento local sustentável, se constitui num elemento importante que tende a estruturar um ambiente favorável para a geração de desenvolvimento para o ambiente rural.

Guzmán (2001) afirma que a agroecologia possui elementos para o desenho de métodos voltados para o desenvolvimento endógeno no rural. Este desenvolvimento ocorre por meio da organização de estruturas socioeconômicas balizadas no

[...] desenvolvimento participativo de tecnologias agrícolas, como orientação que permite fortalecer a capacidade local de experimentação e inovação dos próprios agricultores, com os recursos naturais específicos de seu agroecossistema. Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade (GUZMÁN, 2001, p. 36-37).

Grícolo (2008, p. 250) argumenta que esta lógica reprodutiva constitui-se numa estratégia importante, pois “[...] a sustentação da agricultura familiar passa por reconstruir uma nova lógica de produção e mercado onde as famílias agricultoras exercem, efetivamente, um maior controle sobre todo o processo, desde a produção, armazenamento, transformação e comercialização, apropriando-se da riqueza produzida”.

Ocorre ainda que a prática da agroecologia, especialmente para os agricultores de pequeno porte, constitui-se, além de uma alternativa ou uma opção vantajosa, numa necessidade substancial, pois através deste sistema, os agricultores conseguem reduzir seus custos de

produção, ao tempo que, no longo prazo, tornam-se mais produtivos que os sistemas convencionais de produção (WEHRLE, 2009; ALTIERI, 2004) que são estruturados sob a lógica do pacote de modernização oriundos dos pressupostos trazidos pela Revolução Verde.

Além disso, o sistema socioprodutivo agroecológico deve primar por estratégias de desenvolvimento que sejam elaboradas a partir da identidade local de cada etnoecossistema como um fator importante para o manejo sustentável dos recursos naturais dos *lôcus* de produção em que está inserido este sistema de produção (GUZMÁN, 2001). Tal contexto constitui-se em um elemento gerador de desenvolvimento endógeno que tende a se organizar através da inserção dos agricultores agroecológicos na economia da nova ruralidade e no fortalecimento e expansão da economia local.

3 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E MÚLTIPLAS RENDAS OBTIDAS A PARTIR DO SISTEMA SOCIOPRODUTIVO AGROECOLÓGICO

O sistema socioprodutivo agroecológico emerge como uma alternativa para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, por meio do desenvolvimento de práticas socioeconômicas que geram emprego e renda, segurança alimentar e conservação ecológica no ambiente rural onde estão situados os estabelecimentos rurais agroecológicos.

Neste sentido, Almeida (2005, p. 04) discorre que “[...] a lógica que orienta a sustentabilidade econômica da produção familiar agroecológica, ao visar a otimização a longo prazo das rendas geradas no conjunto do sistema, difere diametralmente dos critérios da empresa capitalista, estruturada em torno da obtenção de lucros a curto prazo”. Assim, há uma tendência do agricultor em contemplar as particularidades e demandas existentes em seu estabelecimento rural e no ambiente rural onde está situado seu *lôcus* socioprodutivo. Por observar as potencialidades e limites existentes no agroecossistema, o sistema socioprodutivo agroecológico tende a estruturar de forma mais sólida uma lógica produtiva balizada na

[...] diversificação dos sistemas produtivos, com a inclusão de cultivos alimentícios, de espécies de adubação verde de inverno e verão, além da produção própria de sementes. Essas iniciativas tornaram os sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e levaram à redução dos custos de produção [...] (NIEDZIELSKI; MARQUES; BONA, 2008, p. 19).

Neste contexto, nota-se que o sistema socioprodutivo agroecológico emerge como um processo de articulação de saberes, experiências e técnicas oriundas do saber fazer do agricultor agroecológico (conhecimento tácito) como do saber técnico-científico (conhecimento codificado), que culmina com a estruturação de sistemas socioprodutivos diversificados, diferenciados e que respeitam a multiplicidade de lógicas reprodutivas existentes no território.

A multiplicidade de estratégias reprodutivas existentes no ambiente rural, por sua vez, possibilita que haja, simultaneamente, um manejo consciente da biodiversidade e a busca por retornos econômicos necessários ao desenvolvimento e manutenção do agroecossistema, do sistema socioprodutivo e das condições de vida dos agricultores agroecológicos e dos membros de sua família. Deste modo, nota-se que as práticas agroecológicas estão sendo organizadas de maneira a contemplar a diversidade de conhecimentos existentes no local, uma vez que este conhecimento “[...] responde às prioridades e capacidades das comunidades rurais, aceitando, ademais, que estas são capazes de desenvolver agroecossistemas eficazes, rentáveis e sustentáveis” (GUZMÁN, 2001, p. 37).

Sendo assim, verifica-se que os agricultores agroecológicos buscaram construir novas formas de se pensar a gestão (ou manejo) de seus estabelecimentos rurais, principalmente, para

aqueles que detêm uma pequena área disponível à produção em seus estabelecimentos, assim como um baixo nível de renda. Deste modo, alguns agricultores buscaram inovar suas estratégias reprodutivas inserindo em seus agroecossistemas novas lógicas de produção, as quais não balizam-se apenas na busca desenfreada ao acesso ao mercado, mas na diversificação das estratégias de alocação de seus produtos para a transação mercantil, o autoconsumo e/ou a troca.

Desta forma, os bens e serviços agrícolas poderão ser utilizados para a comercialização (via transação financeira), para a troca e/ou para o autoconsumo, possibilitando que haja a redução e/ou eliminação: (i) da dependência externa dos estabelecimentos rurais, quanto à obtenção de insumos necessários a produção; e (ii) dos gastos financeiros oriundos da compra de alimentos e de insumos produtivos adquiridos no mercado. Ou seja, a partir da agroecologia, cria-se um ambiente no qual os agricultores conseguem organizar um novo caminho para a obtenção de renda, que por sua vez ocorre no transcorrer de todo o ano.

Esta percepção gerencial contribui para a redução da vulnerabilidade dos agricultores agroecológicos, pois reduz a visão dicotômica em torno da oposição entre realizar transações mercantil ou não-mercantil? Ocorre que o pensar dicotomicamente pode impactar negativamente os agricultores, uma vez que primar pela comercialização em detrimento do autoconsumo poderá elevar os gastos da família com alimentação, ou seja, demandar mais recursos financeiros para obter produtos necessários à sobrevivência da família.

Sabourin (2009, p. 178) argumenta que “[...] Recorrer à oposição mercantil/não-mercantil induz um erro, com duras consequências; excluir a reciprocidade do mercado, quando a maioria dos mercados no mundo não-capitalista são mercados de reciprocidade”, ou seja, são transações ou alocações de produtos que não se realizam no mercado, mas no âmbito da família ou da comunidade, por exemplo, fora dos circuitos comerciais mercantis. Assim, os agricultores agroecológicos detêm a possibilidade de definirem qual estratégia reprodutiva pretendem utilizar, estruturando assim, uma situação favorável à liberdade de transações mercantil e/ou não-mercantil, uma vez que detêm “[...] boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações” (SEN, 2000, p.136).

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico permite a organização de um conceito diferenciado acerca do que venha ser renda. Conceito este que tenta romper com o raciocínio construído em torno do enfoque econômico da renda que está

[...] centrado exclusivamente nas relações monetárias insumo-produto e voltado para oportunidades de mercado. Esse reducionismo [...] torna; agricultores, organizações, instituições de apoio, programas de desenvolvimento e políticas; reféns de um único objetivo: a oportunidade de bons negócios no mercado que, via de regra, se traduz em ganhos individuais somente viáveis em cenários de resultados negativos para a maioria (SANTOS, 2005, p. 07).

A possibilidade de se adquirir um fluxo de renda que se organiza por meio da obtenção simultânea de rendas monetárias e não-monetárias exige do agricultor agroecológico a estruturação de sistemas socioprodutivos balizados na diversidade produtiva e de lógicas gerenciais. Este contexto tende a reduzir a vulnerabilidade perante as oscilações de mercado, ao tempo que amplia seu poder de barganha perante os canais de comercialização.

Tal fato ocorre, pois ter diversidade produtiva significar organizar um leque de estratégias que se constroem a partir da multiplicidade de formas de alocação dos bens e/ou serviços produzidos por estes agricultores de acordo com a necessidade da família e/ou da demanda apresentada pelo mercado num determinado momento. Assim, os agricultores detêm a possibilidade de alocar seus bens e serviços em circuitos comerciais (obtenção de renda monetária) e/ou para o autoconsumo e/ou troca (obtenção de renda não-monetária).

Deste modo, como é bastante comum no mercado agroalimentar, caso o consumidor pretenda substituir temporariamente um determinado produto por outro por causa de aumentos de preços, o agricultor poderá, também, substituir a pauta de produtos ofertados, autoconsumidos e trocados. Para Vilckas e Nantes (2005, p. 159) “[...] A opção por produtos substitutos é interessante para reduzir riscos, não só da oscilação de preços, mas também para o produtor não perder vendas, no caso de o produto ainda não se encontrar no ponto de colheita”, fato este que contribui com a obtenção contínua dos fluxos de renda necessários à reprodução socioeconômica dos agricultores agroecológicos. Neste sentido, Veiga e Ehlers (2003, p. 283) discorrem que “[...] nas propriedades diversificadas, os ingressos de renda agrícola são distribuídos de forma mais homogênea durante o ano. A quebra de uma safra ou a queda de preço de uma determinada cultura não causa tantos estragos quanto nas propriedades monoculturais, e os riscos de falência são muito menores”.

Diante deste contexto, nota-se que o sistema socioprodutivo agroecológico organiza uma lógica reprodutiva socioeconômica alicerçada na diversificação produtiva e na obtenção de múltiplas rendas, que, por sua vez, é dependente no nível de capital natural existente nos estabelecimentos rurais e da capacidade inovadora do agricultor agroecológico. Além disso, existe uma dependência entre esta lógica reprodutiva e a forma como é articulado os diversos capitais existentes nos estabelecimentos rurais dos agricultores agroecológicos, pois cada sistema socioprodutivo possui uma demanda de capital específico de acordo com as particularidades (social, econômica, ecológica, cultural e política) existentes no ambiente rural e/ou no mercado consumidor no qual estão inseridos estes agricultores.

4 AGROECOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA: O NÚCLEO MBA

O Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA) é composto por 200 famílias de agricultores divididas em 20 Grupos em 16 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná, Brasil. Constitui-se num dos Núcleos que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia. Esta Rede é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na Região Sul do Brasil. Em 2010 era constituída por 23 Núcleos Regionais, em aproximadamente 170 municípios, com cerca de 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, além de haver mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. Possui um contingente de 3.000 agricultores distribuídos pelos três Estados da Região Sul. No que se refere às organizações de representação dos agricultores que compõem a Rede, a maior parte se encontra ligada aos sindicatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Três Estados do Sul (FETRAF-Sul), outros ao Movimento dos Sem Terra e outros, ainda, consideram que a Rede Ecovida é seu próprio movimento.

Cabe salientar, que o Núcleo MBA é constituído por uma diversidade de identidades, possuindo como membro agricultores que se designam como agricultores: familiar, agroecológico, orgânico, etc. Além desta diversidade de identidades existe uma multiplicidade de atividades socioeconômicas que perpassa o âmbito do setor agrícola, tais como: turismo rural, trabalho assalariado no pinus, artesanato e bioenergia. No entanto, este trabalho se ateve em analisar e discutir as atividades socioeconômicas de cunho agrícola dos 19 agricultores agroecológicos selecionados e pesquisados, conforme exposto anteriormente.

Assim, observou-se que a organização produtiva dos estabelecimentos rurais dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, decorre da forma como são estruturados a lógica produtiva e o tipo de gerenciamento adotado (mais empresarial ou mais ligado à subsistência familiar) por estes agricultores. Estes fatores são os responsáveis pela maneira como serão articulados os diversos capitais existentes num dado agroecossistema e qual

será o arranjo produtivo agrícola formatado neste *locus* de produção. Assim, existe um leque variado de trajetórias reprodutivas que pode ser adotado pelos agricultores do Núcleo MBA.

Deste modo, de acordo com o manejo realizado no estabelecimento rural, os agricultores do Núcleo MBA constroem um ambiente propício ao desenvolvimento de uma gama diversificada de atividades socioeconômicas agrícolas, em seus agroecossistemas, como: olerícolas, frutas, grãos, produtos de origem animal *in natura*, plantas medicinais, sementes, flores, produtos florestais, produtos agroindustrializados. Por sua vez, os bens produzidos através destas atividades, podem ser alocados de diversas maneiras (comercialização, autoconsumo e troca), sendo esta uma estratégia reprodutiva socioeconômica importante para estes agricultores.

Associado ao manejo produtivo agroecológico de seus estabelecimentos, os agricultores do Núcleo MBA utilizam-se, ainda, dos mecanismos de reprodução socioeconômicas provenientes da pluriatividade como uma estratégia para a redução de suas vulnerabilidades social, econômica e ecológica, uma vez que a diversificação produtiva tende a converter-se em um sistema gerencial estruturado por meio de uma lógica que se fundamenta sobre o fluxo constante de oferta de produtos e obtenção de renda no transcorrer do ano.

Deste modo, as práticas oriundas da lógica gerencial inerente ao sistema socioprodutivo agroecológico organiza um ambiente reprodutivo, que se estrutura a partir de um *mix* diversificado de estratégias socioprodutivas agrícolas, que se baliza através da detecção dos limites e potencialidades existentes em seus agroecossistemas e da maximização dos capitais existentes nos estabelecimentos rurais. Diante deste contexto, observou-se que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados desenvolvem uma gama variada de atividades socioeconômicas de cunho agrícola (TABELA 1).

TABELA 1 – ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, 2012.

AA	Área Total (ha)	ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS											
		O	F	G	POA	PA	PB	FL	PF	PM	S	IP	TS
1	20	X	X	X	X	X							
2	4,84	X			X								
3	8,8	X	X	X	X			X					
4	50	X	X	X	X	X		X	X		X	X	
5	24	X	X	X	X	X			X		X	X	
6	6,9	X	X	X	X					X		X	
7	128	X	X	X	X					X			
8	10	X		X		X		X					
9	2		X		X	X	X	X		X		X	X
10	10,1	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X
11	8,8	X	X			X	X						
12	2,25	X	X	X		X							
13	27	X	X	X		X							
14	121	X	X		X				X			X	
15	4	X			X								
16	3	X	X	X		X		X	X	X			X
17	91,96	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
18	5,2	X	X		X	X		X	X	X		X	
19	10	X	X	X	X	X			X		X	X	

Legenda:	
AA – Agricultor Agroecológico	PB – Produtos Beneficiados
F – Frutas	PF – Produtos Florestais
FL – Flores	PM – Plantas Medicinais
G – Grãos	POA – Produto de Origem Animal <i>in natura</i>
O – Olerícolas	S – Semente
IP – Insumos para Produção (adubos, humos e fertilizantes)	TS – Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc.
PA – Produtos Agroindustrializados	

FONTE: Barbosa (2013)

Durante a pesquisa verificou-se que não há uma relação direta entre tamanho do estabelecimento e quantidade de atividades agrícolas, uma vez que há pequenos estabelecimentos com uma grande diversidade de atividades, assim como grandes estabelecimentos com pouca diversificação. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 16, que possui uma área de apenas 03 (três) hectares produz 61 tipos diferentes de produtos agrícolas, fora a produção agroindustrial, sendo considerado o sistema socioprodutivo mais diversificado. Isto decorre do fato de que este agricultor organizou seu sistema socioprodutivo balizado na diversificação e no manejo de diferentes culturas, no transcorrer de todo o ano, de acordo com os ciclos produtivos (safra e entressafra) e/ou de maneira a desenvolver sistemas que produzam produtos alimentares e não-alimentares que detenham grande demanda em uma determinada época do ano e que possuam potencialidades para serem desenvolvidos de forma satisfatória e eficiente em seus agroecossistemas.

Por outro lado, verifica-se, por exemplo, que o Agricultor Agroecológico 14, que possui uma área de 121 hectares produz 07 (sete) tipos diferentes de produtos agrícolas, sendo considerado o sistema socioprodutivo menos diversificado. Tal fato pode ser proveniente da lógica reprodutiva adotada por este agricultor, que aloca integralmente a força de trabalho familiar fora do estabelecimento e, desta maneira, este espaço constitui-se mais num *locus* de lazer e vivência familiar do que, efetivamente, num local utilizado para o desenvolvimento de atividade produtiva lucrativa em benefício da família, conforme foi observado.

Deste modo, nota-se que cada família rural agroecológica do Núcleo MBA organizará seu agroecossistema tendo como referência seu modo e projeto de vida em detrimento da busca incessante por retornos econômicos crescentes. Neste sentido, seu estabelecimento pode ser bastante ou pouco diversificado, ou o agricultor pode deter uma visão muito ou pouco atrelada aos retornos econômicos crescentes, por exemplo. Todavia, independente da escolha realizada pelo agricultor agroecológico do Núcleo MBA, verificou-se que a diversificação produtiva tende a constituir-se numa estratégia importante para esses agricultores, seja produzindo uma pequena ou uma grande quantidade de produtos agrícolas, pois além de ser uma prática produtiva que se adequa ao perfil produtivo de alguns estabelecimentos rurais familiares, representa uma forma importante para a obtenção de renda monetária e não-monetária no transcorrer do ano. Além disso, a diversificação produtiva constitui-se num princípio requerido pela agroecologia e para a conservação da biodiversidade existente no agroecossistema destes agricultores.

Entretanto, cabe salientar que um estabelecimento rural que detém uma diversificação em suas atividades produtivas, tende a apresentar níveis de escala produtiva reduzida quando se considera apenas um tipo de produto, por exemplo, produção de alface, morango, milho, etc. Todavia, quando se considera “o todo”, observa-se que este sistema detém escala produtiva satisfatória para suprir as necessidades financeiras (obtenção de renda financeira) e sociais (alimentos para autoconsumo) da família rural agroecológica do Núcleo MBA no transcorrer de todo o ano, servindo, ainda, como moeda de troca em alguns casos, por exemplo, trocar milho por feijão, ou morango por leite, etc. Por outro lado, nesse caso, é certa a presença de culturas de ciclo curto.

Deste modo, a partir da pesquisa de campo e observações, verificou-se que quatro elementos podem ser considerados como os principais fatores para a diversificação produtiva dos estabelecimentos rurais dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, quais sejam: *(i)* a capacidade empreendedora de cada agricultor e/ou de seus familiares; *(ii)* a compreensão dinâmica dos agroecossistemas; *(iii)* o conhecimento tácito acumulado pelo agricultor e pelos seus familiares e *(iv)* a força de trabalho disponível para o desenvolvimento das atividades socioprodutivas.

Estes fatores contribuem para a construção de estratégias de reprodução que sejam condizentes com as particularidades existentes no estabelecimento rural e inerentes aos agricultores agroecológicos. Ao entender as particularidades que circundam estes agricultores

tende a reduzir sua vulnerabilidade socioeconômica, pois há uma maior possibilidade de se estruturar sistemas socioprodutivos mais sustentáveis em longo prazo.

No entanto, a diversificação não se restringe apenas ao sistema socioprodutivo. Durante a pesquisa verificou-se que dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 13 agricultores alocavam seus produtos em mais de 02 canais de comercialização. Ou seja, os agricultores buscam não estar atrelado apenas a um canal de comercialização, sendo esta uma estratégia que lhe gera autonomia frente às oscilações de mercado. Vale salientar que o principal canal de comercialização acessado pelos agricultores é a feira livre, uma vez que 15, dos 19 agricultores, informaram que alocam seus produtos agrícolas agroecológicos neste canal.

As feiras livres se constituem num espaço de reprodução socioeconômica estratégico, pois é o momento no qual o agricultor interage diretamente com seu consumidor construindo um espaço de diálogo. Este espaço também estrutura-se como um *locus* de negociação, formal ou informal, entre estas duas partes, uma vez que os consumidores expõem quais são os requisitos que utilizam para determinar sua compra e qual a frequência em que realizam suas transações (compras de bens).

Outros dois importantes canais de comercialização utilizados pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA para a alocação de seus produtos agrícolas agroecológicos são o mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos, hospitais, presídios, quartéis, etc.) (10 agricultores utilizam este canal) e a alimentação escolar (05 agricultores utilizam este canal). Estes mercados estão se constituindo num importante espaço de comercialização, pois a compra é realizada de maneira contínua pelas instituições públicas e/ou privadas e/ou sem fins lucrativos, ao tempo que é aplicado um sobrepreço de 30% sobre o produto, devido a ser agroecológico. Ocorre ainda a tendência em haver uma obtenção de margem de lucro maior proveniente da possibilidade em ocorrer uma redução dos custos de transporte devido ao fato de que, geralmente, as relações comerciais ocorrem no local onde estão situados os estabelecimentos rurais familiares, fato este também que contribui para a melhoria do estado de segurança alimentar local.

Além disso – conforme observado durante a pesquisa e a partir das falas dos agricultores pesquisados – verificou-se que estes mercados criam um ambiente favorável à ocorrência de práticas comerciais que se organizam através da cooperação entre os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, uma vez que, na maioria das vezes, estas famílias recorrem à venda conjunta de seus produtos para que possam manter a regularidade acordada entre as partes no que concerne à frequência, quantidade e diversidade de produto.

Associado à comercialização, o autoconsumo possibilita, para as famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA, a oportunidade de manter uma mesa relativamente farta, com alimentos seguros e de qualidade alimentar e nutricional, ao tempo que contribui para a redução do gasto financeiro familiar, uma vez que não é necessário ir ao mercado comprar toda a cesta de alimentos consumida pelas famílias rurais agroecológicas, logo são economizados recursos financeiros que podem ser alocados para outros fins. Deste modo, as famílias rurais detêm um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos, ao tempo que possuem um melhor equilíbrio financeiro, pois produzem parte dos alimentos que consomem.

Além disso, o autoconsumo traz à baila uma questão importante, qual seja, a renda monetária (proveniente da comercialização) não pode ser considerada como o único elemento que indique que as famílias rurais poderão deter uma melhoria em suas condições socioeconômicas. Apesar deste tipo de renda possuir uma significativa importância para esta melhoria. As famílias rurais estruturam um conjunto de ações e estratégias visando à viabilização das atividades produtivas necessárias a sua reprodução socioeconômica que, por sua vez se estruturam por meio da articulação das dimensões material e subjetiva não sendo uma mais importante que a outra (SCHNEIDER *et al*, 2009).

Outra questão verificada no transcorrer da pesquisa é que não só as rendas monetárias detêm importância para a reprodução socioeconômica das famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA, uma vez que as rendas não-monetárias possuem, também, uma considerável importância para estes agricultores. Assim, a lógica gerencial dos agricultores do Núcleo MBA organiza uma estrutura diferenciada para a obtenção de sua Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE), que ocorre por meio de um fluxo de obtenções de valores financeiros e de utilizações de produtos que ocorrem durante o transcorrer de todo o ano, fato este que tende a reduzir a vulnerabilidade socioeconômica destes agricultores, principalmente, no que se refere às oscilações de oferta e demanda que possam ocorrer no mercado de produtos agroecológicos e nos demais mercados nos quais estão inseridos.

Assim, verificou-se que o valor total da RTBAE obtido pelos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA foi de R\$ 2.710.157,11; sendo que 64,7% deste valor é oriundo da renda monetária e 35,3% é oriundo da renda não-monetária (TABELA 2). Este cenário evidencia que este tipo de renda tem papel significativo, mas costumeiramente não destacado nos trabalhos científicos que permeiam a linha de pesquisa voltada para a discussão em torno da agricultura (seja agroecológica ou não) e das novas faces do desenvolvimento rural. Diante deste contexto, observa-se, através da Tabela 2, a importância que a renda não-monetária possui para alguns agricultores do Núcleo MBA, pois dos 19 agricultores pesquisados, 07 possuem percentuais de participação da renda não-monetária na formação da RTBAE superior a 30% (36,8% dos agricultores se enquadram neste cenário).

TABELA 2 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012

AA	RENDA				RTBAE	Área (ha)	RTBAE/Área (ha)
	Monetária		Não-Monetária				
	R\$	%	R\$	%			
1	100.000,00	88,1	13.500,00	11,9	113.500,00	20,0	5.675,00
2	216.000,00	98,9	2.400,00	1,1	218.400,00	4,84	45.123,97
3	42.150,00	71,3	17.000,00	28,7	59.150,00	8,8	6.721,59
4	315.241,11	46,6	361.533,00	53,4	676.774,11	50,0	13.535,48
5	62.930,00	58,7	44.350,00	41,3	107.280,00	24,0	4.470,00
6	37.550,00	41,5	53.025,00	58,5	90.575,00	6,9	13.126,81
7	144.000,00	80,0	35.920,00	20,0	179.920,00	128,0	1.405,63
8	57.000,00	98,5	840,00	1,5	57.840,00	10,0	5.784,00
9	93.000,00	62,5	55.800,00	37,5	148.800,00	2,0	74.400,00
10	177.000,00	44,1	224.000,00	55,9	401.000,00	10,1	39.702,97
11	70.500,00	88,0	9.600,00	12,0	80.100,00	8,8	9.102,27
12	41.000,00	82,3	8.800,00	17,7	49.800,00	2,25	22.133,33
13	45.000,00	85,2	7.800,00	14,8	52.800,00	27,0	1.955,56
14	18.100,00	90,0	2.010,00	10,0	20.110,00	121,0	166,20
15	54.800,00	83,6	10.720,00	16,4	65.520,00	4,0	16.380,00
16	21.300,00	55,6	17.032,00	44,4	38.332,00	3,0	12.777,33
17	107.000,00	66,9	53.040,00	33,1	160.040,00	91,96	1.740,32
18	60.500,00	76,2	18.900,00	23,8	79.400,00	5,2	15.269,23
19	90.000,00	81,2	20.816,00	18,8	110.816,00	10,0	11.081,60
TOTAL	1.753.071,11	64,7	957.086,00	35,3	2.710.157,11	-	-

FONTE: Barbosa (2013)

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Todavia, nota-se que para alguns agricultores do Núcleo MBA, a renda não-monetária, ainda, detém pouca relevância quando comparado ao valor obtido com a renda monetária. Por outro lado, para os Agricultores Agroecológicos 4, 6, e 10, a renda não-monetária representa uma importante fonte de renda, uma vez que esta representa mais de 50% da RTBAE percebida por estes agricultores. Assim, para estes agricultores suas rendas não-monetárias possuem uma

relevante importância para a reprodução socioeconômica da família, pois contribui para o seu equilíbrio financeiro e para a melhoria das condições socioeconômicas da família. Isto ocorre, pois a renda não-monetária implica em um não desembolso monetário e, por consequência, numa redução: do custo produtivo no manejo das atividades agrícolas, bem como, nos gastos familiar decorrente da compra de produtos alimentares e não-alimentares.

Ao serem observados os valores das RTBAE Agrícola, de maneira geral, verifica-se que, dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 12 possuem uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada⁴ acima de 10 salários mínimos⁵ (ou seja, acima de R\$ 6.220,00 por mês). Reduzindo a faixa de rendimentos para mais de 06 salários mínimos (ou seja, acima de R\$ 3.732,00 por mês), nota-se que 17 agricultores possuem uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada.

Estes níveis de Renda Total Bruta Mensal Média Estimada apontam que as atividades agrícolas estão gerando, para a maioria dos agricultores do Núcleo MBA, um nível de renda satisfatório para a sua reprodução socioeconômica. Informação está também observada durante as entrevistas e que revela uma diferenciação de qualidade de vida, estruturada por novas práticas no ambiente rural, que, por sua vez, não são facilmente encontradas em outras realidades existentes no interior brasileiro. Ao contrário, na maioria das vezes este espaço é considerado bem mais atrasado em seu processo de desenvolvimento, sendo este retardo captado por indicadores de pobreza e/ou através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, por meio da Tabela 2 verifica-se que apesar de alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados deterem pequenos estabelecimentos rurais, estes conseguem obter uma RTBAE alta. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 9 que possui um estabelecimento rural com apenas 2 hectares, consegue desenvolver 11 tipos de atividades socioeconômicas agrícolas diferentes, adquirindo uma RTBAE de R\$ 148.800,00. Esta RTBAE equivale a uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 12.400,00 (valor este equivalente a 19,9 salários mínimos mensais). Cabe salientar que este agricultor consegue obter uma RTBAE, por hectares, de R\$ 74.400,00.

Por outro lado, observa-se que existem agricultores que possuem estabelecimentos rurais com áreas relativamente grandes comparadas com as demais, mas que obtêm uma RTBAE baixa, comparada à média do Núcleo. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 14 que detém estabelecimento rural com área de 121 hectares e desenvolve 06 tipos de atividades socioeconômicas agrícolas diferentes, adquirindo uma RTBAE de R\$ 20.110,00, ou seja, uma Renda Total Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 1.675,8 (equivale a 2,7 salários mínimos mensais). Além disso, este agricultor obtém uma RTBAE, por hectares, de R\$ 166,20.

Estes dois exemplos, apontam que o tamanho é menos importante do que a forma de manejo da atividade agrícola adotada pelo agricultor agroecológico. Além disso, o cultivo de olerícolas, geralmente lavouras temporárias, geram rendimentos mais rápidos que outras atividades agrícolas que exigem mais escala de produção e, portanto, maior tamanho. Cabe ainda destacar que, nesse quadro, a escolha de um perfil mais agroecológico, balizado na maior diversificação, na rotação de culturas e na articulação em sistemas integrados com a criação animal, são estratégia importantes para a obtenção de níveis satisfatórios de rendas monetárias e não-monetárias.

Ocorre ainda que a RTBAE constitui-se numa renda oriunda de uma atividade produtiva (a agrícola), de um sistema de produção (o agroecológico) e de uma lógica reprodutiva (a pluriativa) que vem sendo desenvolvida há algum tempo por estes agricultores. Neste sentido, ao se inserirem na lógica gerencial agroecológica estes deixaram de ser apenas agricultores ligados exclusivamente ao manejo de suas culturas agrícolas em seus agroecossistemas e passaram a

⁴ A Renda Total Bruta Mensal Média Estimada (RTBMME) foi calculada a partir da divisão da RTBAE por 12 meses (RTBMME= RTBAE/12). Já para se chegar a esta Renda Total Bruta Mensal Média Estimada (em salários mínimos), basta dividir a RTBMME pelo salário mínimo em vigor no ano de 2012 (RTBMME em salários mínimos = RTBMME /Salário Mínimo).

⁵ Toda vez que se falar em salário mínimo neste trabalho, está se referindo ao valor de R\$ 622,00, referente ao ano de 2012.

deter múltiplas funções ocupacionais e produtivas dentro do sistema socioprodutivo agroecológico (desde a produção de insumos à comercialização). Além disso, a forma como são organizadas as estratégias para a obtenção das rendas monetárias e não-monetárias são oriundas das demandas materiais e imateriais provenientes dos modos e projetos de vida dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diante do contexto apresentado no transcorrer deste trabalho, observa-se que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, a partir do sistema socioprodutivo agroecológico, detiveram a possibilidade de organizar seus sistemas de produção estruturada sob uma lógica reprodutiva socioeconômica balizada na diversificação produtiva e na obtenção de fluxo contínuo de renda no transcorrer do ano. Isto por sua vez propicia, além de uma melhoria das condições socioeconômicas da família rural, a oportunidade dos agricultores obterem recursos financeiros que poderão ser utilizados para o reinvestimento e/ou para subsidiar o desenvolvimento de novas atividades produtivas no estabelecimento.

Ocorre ainda que esta diversificação e continuidade na obtenção de rendas no transcorrer do ano contribui para a busca pela organização de sistemas socioprodutivos mais equilibrados, tanto produtivamente, como economicamente, ou ecologicamente, ou seja, propicia a construção de sistemas socioprodutivos mais sustentáveis. Sendo assim, vale salientar que, os aspectos econômico e social sofrem uma influência direta dos aspectos ecológicos, uma vez que os agroecossistemas conservados (capital natural não degradado) significam manutenção ou ampliação das fontes de rendas obtidas em curto ou longo prazo. Por outro lado, agroecossistemas degradados podem levar os agricultores à falência ou uma situação de vulnerabilidade a inviabilização econômica em curto, médio ou longo prazo, dependendo do ritmo de depreciação do nível de capital natural.

Neste contexto, observou-se que as práticas produtivas agroecológicas possibilitaram aos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA a adoção de estratégias de reprodução balizadas na dupla eficiência socioprodutiva de seus estabelecimentos rurais, pois, por um lado, foi-lhes propiciado o ambiente favorável à organização de seus sistemas produtivos por meio de retornos financeiros que não são oriundos dos ganhos de escala de produção, mas provenientes de uma economia de escopo, balizada numa produção diversificada, com baixa escala de produção, mas com alto valor agregado e com demanda crescente.

Portanto, conclui-se que o sistema socioprodutivo agroecológico pode, de fato, constituir-se num elemento-chave para a construção de uma estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores, pois possibilita: *(i)* à diversificação produtiva no âmbito do estabelecimento rural; *(ii)* à geração de segurança alimentar; e *(iii)* a obtenção de retornos econômicos satisfatórios e que se realizam no transcorrer de todo o ano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. **Revista Agrícolas: experiências em agroecologia**, v.2, n.3, out. 2005, p. 04-06.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARBOSA, Luciano C. B. G. (2013). **A pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In. **I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, SP: 2002 (06 a 09 de novembro). Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-232.

FAVARETO, Arilson; SEIFER, Paulo. As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes – implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. In BUAINAIN, Antonio Marcio (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16), p. 55-106.

GRÍCOLO, Serinei César. Referências em Agroecologia: um olhar sobre a renda e os caminhos trilhados pela agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 243-254.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001, p. 35-45.

_____. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 19-32.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4 ed rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOURENZANI, Wagner Luiz; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Gestão integrada para a agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar.** – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 67-94.

NIEDZIELSKI, Aires; MARQUES, Anésio da Cunha; BONA, Luis Cláudio. Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.5, n.2, jun. 2008, p. 18-22.

SABOURIN, Eric. Dinâmicas Territoriais e acesso aos mercados: uma leitura pela reciprocidade. In SILVA, Aldenôr Gomes; CAVALVANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil.** João Pessoa: Editora Zarina Centro Cultural, 2009, p. 146-186.

SANTOS, Alvori Cristo dos. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.2, n.3, out. 2005, p. 07-11.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da; EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecilia; VINHA, Valéria da (orgs). **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 271-290.

VILCKAS, Mariângela; NANTES, José Flávio. Planejamento das atividades produtivas na agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar.** – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 131-166.

WALPOLE, Ronald E. *et al.*. **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

WEHRLE, Andrés. O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA): por uma nova face para nossa agricultura. In ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 162-168.

ÍNDICE DE SENTIMENTO DO INVESTIDOR E A RELAÇÃO ENTRE VALOR CONTÁBIL E VALOR DE MERCADO DAS EMPRESAS

Maickel Mafezzolli¹
Miriam Lipinski de Souza²
Wesley Vieira da Silva³

RESUMO

O mercado de capitais é uma atividade de risco e necessita se desenvolver mais no Brasil. Uma maior previsibilidade do retorno da oferta pública inicial de ações (IPO) colabora tanto para a diminuição dos custos financeiros das empresas que se propõem a captar recursos por este instrumento, como para mitigar o risco ao investidor. Este estudo tem por objetivo avaliar o relacionamento existente entre o valor do IPO e o valor contábil das empresas e para alcançar este objetivo buscou-se: realizar o tratamento descritivo das variáveis estudadas; analisar a influência do ICEI, ICC, Ibovespa, Selic e PIB no *spread* por meio da criação de um índice de sentimento do investidor e verificar a relação entre as séries índice de sentimento e *spread*. O período estudado foi do primeiro trimestre de 2009 ao quarto trimestre de 2013. Os resultados das previsões foram comprometidos, devido existência de um mercado com pouca tradição e volume reduzido de IPOs, indicando a necessidade de técnicas similares de regressão e a incorporação de um possível viés da crise de 2008.

Palavras-chave: Índice de sentimento. Valor de mercado. Empresas.

¹ Mestrando em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

² Mestranda em Administração - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Controladoria e Finanças – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

³ Doutor em Engenharia da Produção – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1 INTRODUÇÃO

Dentre as questões principais que vêm sendo debatidas atualmente no campo de finanças está a necessidade de explicação de fenômenos não abrangidos pelas teorias mais tradicionais, dentre eles esta a racionalidade dos agentes financeiros. Neste contexto, surgem vários trabalhos que buscam aprimorar as técnicas e modelos teóricos já existentes incorporando os aspectos comportamentais até então desconsiderados. Com esse intuito, surgem novas linhas de pesquisa, criando um campo de estudos promissor denominado finanças comportamentais.

O surgimento das finanças comportamentais no meio acadêmico remete ao final da década de 70, com a publicação dos trabalhos de KAHNEMAN E TVERSKI (1979) sobre o comportamento e o processo de tomada de decisão do ser humano em situações de risco. Intencionando compreender as atitudes do investidor no dia a dia do mercado financeiro, os autores apresentaram problemas diversos a diferentes grupos de pessoas, nos quais esses indivíduos eram levados a tomar decisões, tendo como base o benefício (ganho ou perda) e o risco envolvido nessa decisão. O notável crescimento desta abordagem não tradicional tem sido motivado especialmente pelas explicações satisfatórias de fenômenos regularmente observados nos mercados financeiros e incompatíveis com as explicações dos modelos tradicionais.

De acordo com BAKER E WURGLER (2007) a teoria tradicional de finanças que se baseia em investidores totalmente racionais e isentos de emoções, que forçam sempre os preços dos ativos a igualar o valor presente líquido descontado dos fluxos de caixa futuros, tem encontrado cada vez mais dificuldade para explicar os acontecimentos do mercado.

Esses aspectos comportamentais até então não considerados têm gerado, entre outros fenômenos, a discrepância entre os valores de mercado e os valores contábeis (registrados pelo patrimônio líquido das organizações) das empresas. Empresas com ativos avaliados em milhões de reais apresentam valores relativamente baixos no mercado, enquanto organizações sem qualquer ativo próprio, com um número mínimo de funcionários, têm apresentado valores bilionários nos mercados de ações (destacam-se nestes aspectos as empresas de tecnologia). O que pode explicar tais variações no preço dessas organizações?

Definindo sentimento, de forma geral, como “uma crença sobre fluxos de caixa futuros e riscos do investimento que não são racionalmente justificáveis a partir do conteúdo informacional que o investidor dispõe” (YOSHINAGA; CASTRO JUNIOR, 2009), esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: é possível explicar a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas que fizeram IPO (oferta inicial de ações) no Brasil entre o período de 2009 a 2013 por meio de um índice de sentimento do investidor? Para isso, é utilizado como base o trabalho de BAKER E WURGLER (2006), e principalmente o estudo de MARTINS ET. AL. (2010) que buscou construir um índice que reflete a realidade do mercado brasileiro.

O estudo está estruturado em cinco seções, que inicia por esta de caráter introdutório. A próxima seção apresenta a revisão da literatura contendo os principais aspectos sobre o índice de sentimento do investidor e o valor das empresas. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos adotados na consecução desta pesquisa e a forma como se deu a construção do índice proposto. A quarta seção elucida os resultados provenientes da análise dos dados coletados para a construção do índice de sentimento, bem como a relação entre o índice e o valor das empresas e na última seção apresentam-se as conclusões e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica envolve os conceitos que compõe o modelo de análise do trabalho. Primeiramente, apresenta-se o referencial relativo ao sentimento do investidor e na sequência os conceitos de valor contábil e valor de mercado das empresas.

2.1 SENTIMENTO DO INVESTIDOR

Ao se estudar o mercado de ações, a investigação da eficiência do mercado é importante para a avaliação dos investimentos, pois se o mercado não é eficiente, o preço de mercado pode se desviar do valor real da empresa SCHMIDT; SANTOS (2005). Segundo ROSS, WESTERFIELD E JAFFE (2002, apud SCHMIDT E SANTOS, 2005), mercado eficiente de capitais é aquele no qual os preços das ações da empresa refletem todas as informações disponíveis e que não refletem uma estimativa tendenciosa do valor real dos investimentos. No caso do mercado não ser eficiente, investidores que realizam melhores avaliações têm a capacidade de obter melhores rendimentos, visto a capacidade de identificação das empresas sub e superavaliadas (SCHMIDT; SANTOS, 2005).

No contexto atual de finanças, muitos trabalhos têm sido realizados no intuito de verificar que o mercado não é eficiente devido à racionalidade limitada dos indivíduos que nele atuam. BARKER E WURGLER (2006) colocam que a principal responsável pelas oscilações de preços é a dificuldade de avaliação das empresas. Assim, empresas jovens sem históricos de geração de lucros acabam sofrendo avaliações muito altas ou muito baixas conforme o nível de sentimento do mercado. Neste contexto também ocorre o contrário, empresas estáveis que tenham apresentado lucros, sofrem uma variação de avaliação menos elevada (YOSHINAGA; CASTRO JUNIOR, 2009).

O trabalho de MARTINS ET. AL. (2010), buscou testar se o sentimento pessimista ou otimista agregado dos investidores, pode se relacionar com a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas, entre os anos de 2004 a 2009. No entanto, seus resultados não foram satisfatórios, alegando que o mercado brasileiro ainda é muito jovem, fornecendo poucos dados para análise e que talvez a escolha de outras variáveis para a construção do índice pudessem trazer resultados mais consistentes.

Outra metodologia foi utilizada por YOSHINAGA E CASTRO JUNIOR (2009), que buscou mensurar o sentimento do investidor por meio de índice para explicar o comportamento dos retornos futuros das ações no período de 1999 a 2008. Seus resultados apresentam relação entre o sentimento do investidor e os retornos, corroborando com as finanças comportamentais e refutando a ideia defendida pela teoria clássica de finanças onde o sentimento não exerce nenhuma influência sobre o preço das ações.

Devido aos diversos trabalhos relacionados ao sentimento dos investidores e aos escassos estudos que retratam a realidade brasileira neste sentido, o presente trabalho busca a partir do estudo de MARTINS ET. AL. (2010), construir um índice mais robusto que possa enfim explicar a variação do valor das empresas em função do sentimento dos investidores.

2.2 VALOR CONTÁBIL E VALOR DE MERCADO DAS EMPRESAS

Com o avanço dos mercados, aumento da tecnologia, mudança de perfil dos investidores, é observado uma lacuna existente entre o valor de mercado e o valor contábil das empresas que,

a cada dia, se torna motivo de mais preocupações para estudiosos e investidores no mundo inteiro. De acordo com o site de uma empresa de serviços de engenharia (Perfectum Engenharia de Avaliações), o índice mundial da Morgan Stanley aponta que o valor das empresas cotado na bolsa de valores é, em média, o dobro do seu valor contábil e nos Estados Unidos, o valor de mercado de uma empresa varia normalmente entre duas e nove vezes seu valor contábil.

Esse fenômeno tem se apresentado mais constantemente em função da relevância assumida pelos ativos intangíveis em relação aos ativos tangíveis na composição do patrimônio das entidades, a exemplo do que ocorre com o desenvolvimento e negociação de marcas famosas, a expansão do setor de serviços, a velocidade e extensão da mudança tecnológica resultante do avanço da tecnologia da informação e a integração dos mercados financeiros internacionais decorrentes da globalização.

Conforme é verificado nas demonstrações financeiras das empresas, o valor contábil constante no patrimônio líquido não reflete o valor real das organizações, isso porque, além dos motivos já citados anteriormente, as normas adotadas pela contabilidade não preveem tais transações e não conseguem refletir tais efeitos na sua totalidade. Como apresenta MARTINS (2001), existem alguns fatores que contribuem para o distanciamento dessas informações:

1. Os relatórios contábeis normalmente se baseiam em custos históricos afastados dos valores correntes;
2. Alguns itens, principalmente as contas a receber, estão por seu valor futuro, quando o adequado seria o valor presente;
3. O conservadorismo tende a subestimar os valores dos ativos;
- e 4. Existem várias operações relevantes que normalmente não são registradas (*off-balance sheet*).

Neste sentido, as empresas brasileiras, a partir de 2008, passaram a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade por meio do IFRS (*International Financial Reporting Standards*) com o objetivo de reduzir as discrepâncias entre o valor contábil e o valor econômico das transações, no entanto essas diferenças ainda persistem, pois além de tal implementação ser recente, ainda existe a figura do investidor, que pode influenciar o valor das empresas com base em suas decisões de investimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo quantitativo, quanto aos fins, e seguindo a taxonomia apresentada por VERGARA (1997), pode ser classificado como descritivo, na medida em que procura descrever a variação entre valor contábil e valor de mercado das organizações e qual a sua relação com o sentimento dos investidores, utilizando para isso a construção de um índice de sentimento formulado por meio da coleta de dados secundários.

No que diz respeito aos meios de investigação, ela atende à classificação de VERGARA (1997): é bibliográfica, por fazer uso de livros, artigos, dentre outras publicações para a elaboração do referencial teórico; documental, pela análise de documentos específicos, tais como demonstrações financeiras e telematizada, devido à coleta de informação na Internet.

3.2 VARIÁVEIS PARA A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE

Para a construção do índice, adaptado de MARTINS ET. AL. (2010), foram utilizadas as seguintes *proxies*:

- Quantidade total das negociações na Bovespa: indica o total de transações que ocorreram na Bovespa em determinado período. Pode ser considerado como um indicador sobre o sentimento do mercado, pois volumes de transações acima do normal apontam tendências favoráveis às operações de IPO.
- Quantidade de operações de IPO: a quantidade de oferta inicial de ações (IPO) foi selecionada para a composição do índice, por refletir o sentimento do mercado; mercado aquecido, positivo é mais propício para a oferta de ações do que um mercado em baixa.
- Retorno médio nas operações de IPO nos primeiros três meses de negociação: consideramos o retorno médio das operações de IPO como uma variável que reflete o sentimento do investidor pelo fato de que se retornos acima do preço inicial refletem otimismo por parte dos investidores e retornos abaixo do valor inicial refletem pessimismo.
- Emissão de ações em relação à emissão de dívida em títulos: essa *proxie* demonstra as escolhas das empresas quanto as suas fontes de financiamento e estrutura de capital. Como o capital próprio é mais oneroso que o capital de terceiros, quanto maior o número de ações sobre o total da dívida, maior é a expectativa dos investidores quanto aos resultados da empresa e ao cenário econômico.

Como o índice partiu originalmente dos estudos de BAKER E WURGLER (2007), além dessas quatro variáveis já citadas, também foram utilizadas outras duas variáveis propostas por MARTINS ET. AL. (2010):

- ICC (índice de confiança do consumidor): disponível no site da Fecomércio, o objetivo do ICC é identificar o humor dos consumidores mediante sua percepção relativa às suas condições financeiras, às suas perspectivas futuras e também à percepção que o consumidor tem das condições econômicas do país. O índice varia de 0 a 200, calculado com base em perguntas dicotômicas (respostas positivas ou negativas), nos moldes do indicador de confiança de Michigan, criado em 1950.
- ICEI (índice de confiança do empresário industrial): disponível no site do portal da indústria, este indicador varia de 0 a 100, onde valores acima de 50 indicam empresários mais confiantes.

Como os resultados encontrados por MARTINS ET. AL (2010) não atingiram um grau de explicação satisfatório, com o intuito de incrementar o trabalho antecedente foi adicionado mais três variáveis que refletem a situação do mercado brasileiro e podem medir o sentimento do investidor, essas variáveis são: Ibovespa, Selic e PIB.

- Ibovespa: é um índice de retorno total, seu objetivo é indicar o desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.
- Taxa Referencial SELIC: é uma taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos. Ela é obtida mediante cálculo da taxa média ponderada dos juros praticados pelas instituições financeiras.
- PIB: mede o produto interno bruto do país que é a somatória de todos os bens e serviços produzidos no Brasil em um determinado período.

Desta maneira, para o presente estudo foram selecionadas nove variáveis com potencial de reflexão do sentimento do investidor para a composição do índice pretendido.

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A diferença entre o valor contábil e valor de mercado das empresas é chamado de *Spread*. Com base na planilha de totais de IPOs do período disponível no site da BM&F Bovespa, 41 empresas haviam realizado IPO durante o período estudado, no entanto apenas os dados de 40 empresas foram analisadas, pois uma delas não possuía informações disponíveis no sistema Econômica do qual foram retiradas as informações financeiras de cada organização. A partir da coleta dos dados de cada variável apontada acima, montou-se uma base de dados que foi tratada e analisada quantitativamente com a utilização de softwares estatísticos, cujos procedimentos adotados são explicitados a seguir.

4 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE SENTIMENTO DO INVESTIDOR

Após a seleção das nove variáveis, coletamos os dados de forma trimestral devido à disponibilidade das informações, o período abrangido foi do primeiro trimestre de 2009 ao quarto trimestre de 2013.

Seguindo os passos do estudo de MARTINS ET. AL. (2010), o primeiro estágio para a construção do índice foi calcular as correlações entre todas as variáveis e para isso foi utilizado o software *Statistica*. Atentando-se ao fato de que as *proxies* escolhidas podem produzir um efeito retardado sobre a variação do sentimento, foi estabelecida uma *lag* para cada variável de forma que, após o cálculo de todas as correlações, possa haver uma seleção entre a *proxie* e sua *lag*, escolhendo aquela que apresentou maior correlação com o índice. Deste modo, foi obtido uma matriz de 18 variáveis (9 *proxies* e 9 *lags*) onde todas foram correlacionadas entre si.

As correlações de cada período foram realizadas a partir de bases de seis trimestres, para a correlação do primeiro trimestre de 2010, utilizou-se as séries trimestrais do primeiro trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010, para o segundo trimestre de 2010 utilizaram-se os dados do segundo trimestre de 2009 ao terceiro trimestre de 2010 e assim sucessivamente até o fim da série.

Após o cálculo de cada correlação, foram somados os valores das correlações de cada variável obtendo-se um coeficiente por coluna, esse coeficiente foi elevado ao quadrado e dividido pela soma total de todas as correlações da matriz. Fazendo esse procedimento para cada período, totalizou-se as correlações em uma única tabela e depois foi realizada a seleção entre *proxie* e *lag*, selecionando aquela que mais apresentou um valor mais significativo conforme tabela 1. As variáveis selecionadas para compor o índice de sentimento foram as séries normais: quantidade total das negociações na Bovespa, quantidade de operações de IPO, retorno médio nas operações de IPO nos primeiros três meses de negociação, e emissão de ações em relação à emissão de dívida em títulos; e as *lags* das demais variáveis: ICEI, ICC, Ibovespa, Selic e PIB.

Tabela 1: Seleção das variáveis que apresentaram maior correlação.

PERÍODO	TOTAL NEG.	TOTAL IPO	MÉDIA 3 meses IPO	AÇÕES /DIVIDA	ICEI	ICC	IBOVESPA	SELIC	PIB-preços básicos
12010	0,7272	0,8148	0,0329	0,1017	0,8643	0,8516	0,5773	0,4446	0,6642
22010	0,8439	0,3339	0,0298	0,0810	0,7581	0,8647	0,6069	0,0010	0,7103
32010	0,6959	0,1207	0,0302	0,0507	0,2674	0,8309	0,3390	0,2434	0,5764
42010	0,6761	0,1334	0,1581	0,0007	0,4738	0,4789	0,0695	0,4451	0,1980
12011	0,6166	0,3923	0,2483	0,0367	0,4905	0,0047	0,0010	0,3774	0,2498
22011	0,0086	0,4248	0,2915	0,1072	0,1527	0,0023	0,0223	0,0568	0,0807
32011	0,0245	0,4383	0,2966	0,2195	0,0294	0,0095	0,0277	0,0134	0,0682
42011	0,2257	0,3405	0,3063	0,3385	0,1909	0,0002	0,0828	0,0119	0,1310
12012	0,0580	0,4100	0,2757	0,3002	0,3094	0,0561	0,0834	0,0257	0,0840
22012	0,0000	0,3494	0,2628	0,2761	0,1781	0,0539	0,0024	0,0344	0,0070
32012	0,4343	0,2169	0,2529	0,2608	0,0945	0,1962	0,0094	0,1262	0,0094
42012	0,5532	0,3800	0,2228	0,2175	0,1151	0,2825	0,0906	0,2919	0,0328
12013	0,0947	0,2496	0,3489	0,3343	0,0430	0,0143	0,2084	0,0142	0,0286
22013	0,0121	0,1935	0,3695	0,3779	0,0079	0,0146	0,0883	0,0496	0,0208
32013	0,0379	0,0435	0,5302	0,5022	0,0147	0,0136	0,0509	0,0093	0,0065
SOMA	*5,0088	*4,8415	*3,6565	*3,2050	3,9899	3,6741	2,2597	2,1450	2,8678

PERÍODO	TOTAL NEG.	TOTAL IPO	Lag - MÉDIA 3 meses IPO	AÇÕES /DIVIDA	Lag - ICEI	Lag - ICC	Lag - IBOVESPA	Lag - SELIC	Lag - PIB- preços básicos
12010	0,8897	0,7738	0,0329	0,1111	0,8221	0,8671	0,9066	0,7319	0,8183
22010	0,8916	0,7272	0,0298	0,0969	0,8825	0,8776	0,7786	0,7340	0,8543
32010	0,8107	0,2732	0,0302	0,0820	0,7393	0,8710	0,6659	0,0016	0,7739
42010	0,6980	0,0002	0,1581	0,0289	0,0195	0,4640	0,2077	0,4983	0,7376
12011	0,5208	0,0002	0,2483	0,0426	0,6593	0,2942	0,1400	0,6315	0,5681
22011	0,1602	0,0074	0,2915	0,1037	0,1574	0,1478	0,1541	0,2575	0,1337
32011	0,1263	0,1102	0,2966	0,2138	0,0152	0,2739	0,3549	0,0219	0,0033
42011	0,2816	0,1132	0,3063	0,3192	0,2663	0,2852	0,3237	0,2040	0,1731
12012	0,0696	0,0184	0,2757	0,2480	0,2902	0,3043	0,4030	0,3106	0,1527
22012	0,0034	0,0009	0,2628	0,2304	0,2028	0,3305	0,3618	0,0941	0,1931
32012	0,0555	0,0559	0,2529	0,2220	0,0416	0,4091	0,2847	0,1375	0,0160
42012	0,1191	0,0936	0,2228	0,1897	0,1455	0,5103	0,4516	0,2382	0,0173
12013	0,0234	0,0046	0,3489	0,2954	0,3758	0,3029	0,1209	0,0065	0,0288
22013	0,0511	0,0078	0,3695	0,3328	0,2516	0,1095	0,0680	0,0881	0,1081
32013	0,0022	0,0129	0,5302	0,4979	0,0016	0,0007	0,0067	0,0014	0,0066
SOMA	4,7033	2,1993	3,6566	3,0145	*4,8708	*6,0481	*5,2280	*3,9571	*4,5848

* variáveis selecionadas para a composição do índice final.

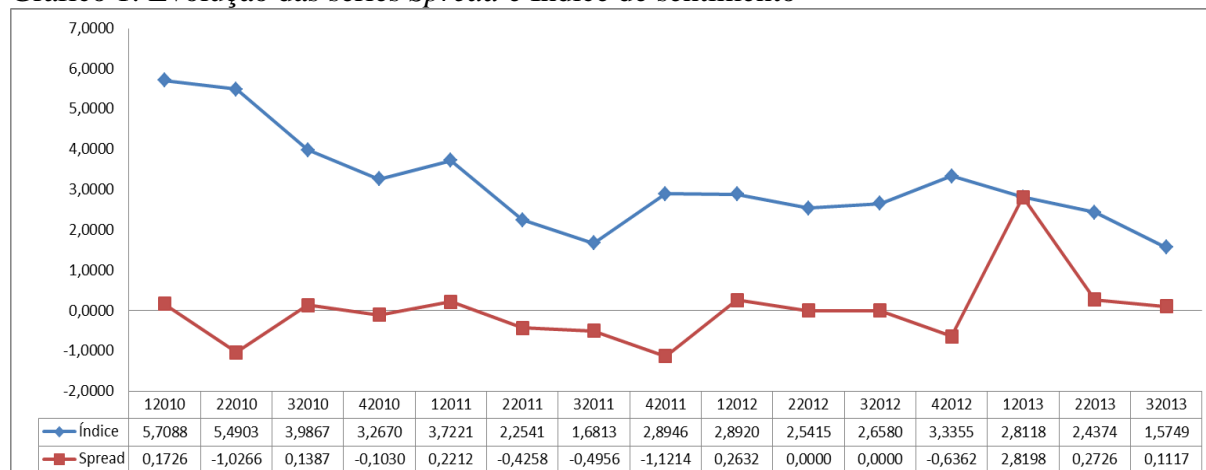
Fonte: dados do estudo.

Para a construção do índice final, foi repetida a mesma metodologia das correlações apresentada acima, utilizando desta vez, apenas as séries selecionadas (quatro séries normais e cinco séries lags), totalizando uma matriz de nove linhas e nove colunas. A soma de todas as correções de cada período representa o índice final, compreendendo o primeiro trimestre de 2010 ao terceiro trimestre de 2013.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No gráfico a seguir é apresentado o índice de sentimento do investidor construído e a série dos *spreads*.

Gráfico 1: Evolução das séries *Spread* e Índice de sentimento



Fonte: dados do estudo.

Para a série dos *spreads* foi utilizada a variação da média dos valores dos *spreads* das organizações que realizaram IPO em cada trimestre. Após esse cálculo observou-se que no quarto trimestre de 2011 e nos primeiro, terceiro e quarto trimestres de 2012 não houve operações de IPO, assim, para que a série não fosse comprometida, optou-se pela soma das médias no período t+2, como forma de diminuir os intervalos sem informação.

Como forma de verificar se o índice construído tem o potencial de explicar as variações entre o valor contábil e o valor de mercado das organizações que realizaram IPO na bolsa de valores brasileira (BM&F Bovespa), foram realizados dois testes no intuito de verificar a característica estacionária das séries e a cointegração do índice com a variação do valor do *spread* das respectivas organizações.

5.1 TESTE DE ESTACIONARIEDADE

Para uma análise mais consistente da estacionariedade nas séries, realizou-se o teste ADF de DICKEY E FULLER (1979 e 1981), o qual tem suas hipóteses descritas da seguinte forma:

a) Para a série *spread*:

H0: A série *spread* possui uma raiz unitária;

H1: A série *spread* não possui uma raiz unitária;

b) Para a série índice:

H0: A série índice possui uma raiz unitária;

H1: A série índice não possui uma raiz unitária;

O teste ADF foi realizado por meio do software PCGIVE e os resultados são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Resultado do teste ADF

Variável	Sem Tendência		Com Tendência		ADF Crítico (5%)		Decisão (H ₀)	Ordem de Integração	Classificação
	DF	ADF	DF	ADF	S/Tend	C/Tend			
Índice	-2,036	-1,953	-2,081	-2,127	-3,18	-3,93	Aceitar	/(1)	Não estacionária
Spread	-3,223	-1,999	-3,709	-2,612	-3,18	-3,93	Aceitar	/(1)	Não estacionária

Fonte: dados do estudo.

Os dados da Tabela 2 demonstram que a hipótese nula de não estacionariedade deve ser aceita, com a presença de raiz unitária e valores críticos da estatística ADF a 5%, tanto para o índice quanto para o Spread (FULLER, 1979).

Como o resultado de ordem de integração foi / (1) para o índice e *spread*, pode ser efetuada a análise de cointegração.

5.2 TESTE DE COINTEGRAÇÃO

De acordo com JOHANSEN (1991, 1995), o teste de cointegração objetiva verificar se duas ou mais variáveis são cointegradas, ou seja, se elas são sincronizadas. Se as séries forem cointegradas, significa que as regressões dessas séries não são espúrias, havendo relação de equilíbrio de longo prazo entre elas.

Exemplificando, se duas variáveis x_t e y_t são integradas de ordem 1 (I(1)), então a sua combinação linear, a qual é dada por $z_t = y_t - \alpha x_t$, também será I(1). Caso ambas as variáveis forem I(1) e z_t for estacionário, ou seja, I(0), então, y_t e αx_t devem ter componentes de longo prazo que praticamente se cancelam para produzir z_t . Esta premissa afirma a existência de cointegração entre z_t e x_t .

Conforme MARGARIDO (1999), a relação entre cointegração e o equilíbrio de longo prazo, parte do princípio de que esse equilíbrio é representado como $y_1 = \alpha x_t$, onde z_t é o modelo de erro de equilíbrio, ou seja, mede quanto o sistema representado por (x_t, y_t) se encontra distante do ponto de equilíbrio de longo prazo por outro lado, no curto prazo, pode ser que essas duas variáveis não consigam atingir uma condição de equilíbrio em função de algum fator que não possibilite a convergência.

Tabela 3: Resultado Regressão PC GIVE

	Coeficiente	Desvio Padrão	t-value	t-prob	Part. R ²
Constante	0.304641	0.6974	0.437	0.669	0.0145
	-0.0926531	0.2079	-0.446	0.663	0.0150
sigma	0.927598	RSS		11.185692	
R ²	0.0150479	F(1,13) =	0.1986	[0.663]	
log-likelihood	-19.0835	DW		2.17	
no. of observat	ions 15	no. De parâmetros		2	
mean (Spread)	0.0127467	var (Spread)		0.757106	
	A	B	R ²		
Estimativa	0.304641	-0.0926531	0.015047		
Teste t	0.437	-0.446	9		

* significativo 5%

Fonte: Resultado da Pesquisa

O estimador β corresponde a -0,0926531 e R² de 0,0150479, demonstrando pouca variação e explicação do modelo e, desta forma, caracteriza uma regressão espúria.

Conforme a Tabela 4, a regressão sendo com ou sem tendência, não apresenta cointegração, em virtude de não possuir a mesma variação no decorrer o tempo.

Tabela 4: Resultado da Análise de Co-integração

Resíduos	ADF	Teste T=11,	Constant e	5%=-3.18	1%=-4.22		
D-lag	t-ADF	beta Y_1	sigma	t-DY_lag	t-prob	AIC	F-prob
-	-	-	-	-	-	0.653	-
3	0.3123	0.55788	1.192	-1.019	0.3475	6	-
2	-1.379	-0.42863	1.195	0.4311	0.6794	4	0.3475
1	-2.042	-0.047920	1.132	-0.01504	0.9884	8	0.5726
0	-3.167	-0.053522	1.068			0	0.7528
Resíduos	ADF	Teste T=11,	Constant e	Trend; 5%=-3.93	1%=-5.12		
D-lag	t-ADF	beta Y_1	sigma	t-DY_lag	t-prob	AIC	F-prob
-	-	-	-	-	-	0.455	-
3	0.5998	0.21909	1.080	-1.298	0.2508	8	-
2	-1.794	-0.87698	1.140	0.4701	0.6549	6	0.2508
1	-2.553	-0.47878	1.074	0.5342	0.6097	9	0.4418
0	-3.553	-0.23869	1.025			1	0.5729

Fonte: Resultado da Pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo verificar se as variáveis ICEI, ICC, Ibovespa, Selic e PIB agrupadas em forma de um índice de sentimento do investidor são responsáveis por explicar o *Spread* existente entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas que efetuaram IPO no período compreendido entre primeiro trimestre de 2009 e o quarto trimestre de 2013.

Com a utilização do software estatístico PC Give foi efetuada a regressão para testar as hipóteses de raiz unitária de Dickey-Fuller (DF) e Dickey-Fuller Ampliado (ADF). Tanto no DF quanto no ADF, ou seja, com ou sem tendência, ocorreu à aceitação da hipótese de não estacionariedade ao índice de 5%.

Para a análise de cointegração, foi realizado o teste de acordo com JOHANSEN (1991; 1995), e após a análise dos dados foi verificada a não cointegração, mostrando que o índice de sentimento construído não conseguiu explicar a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das operações de IPO.

A afirmação de regressão espúria pode ser justificada pela reduzida quantidade de IPOs do mercado de capitais do brasileiro. Conforme afirma HATANAKA (1998), uma amostra reduzida compromete os testes DF e ADF. Para BROOKS (2002) os resultados enviesados são responsáveis por não rejeitar a hipótese nula de raiz unitária quando ela é falsa. Como consequência, rejeita a hipótese alternativa de estacionariedade.

A análise da regressão pode ter sido comprometida pelo mercado de IPO no Brasil ainda ser incipiente e não ter apresentado operações de abertura de capital em alguns trimestres do período estudado. Portanto, ainda não há uma lógica padrão que proporcione mais capacidade de previsão do modelo.

Como o período de análise se inicia no primeiro trimestre de 2009, as variáveis independentes podem estar sensíveis à crise econômica ocorrida em 2008 e, desta forma, impactar principalmente os índices de confiança do consumidor e do empresário industrial.

Uma vez que a literatura avança no sentido de considerar séries que possuem, pelo menos, duas raízes unitárias, seria interessante efetuar o teste desenvolvido por DICKEY E PANTULA (1987), como aprofundamento da hipótese testada neste artigo.

Visto a não explicação da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas que realizaram IPO no período estudo, a sugestão para pesquisas futuras é analisar um período de tempo mais longo, buscando dessa forma, amenizar os efeitos causados pela falta de dados em alguns trimestres.

REFERÊNCIAS

BAKER, M. P.; WURGLER, J. A. Investor sentiment and the cross-section of stock returns. **The Journal of Finance**. Vol 61 (4), p. 1845-1680, 2006.

BAKER, M. P.; WURGLER, J. A. Investor sentimento in the Stock Market. **Journal of Economic Perspectives**, v. 21 (n. 2), p. 129-151, 2007.

BM&F BOVESPA. **Ofertas públicas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BROOKS, Chris. **Introductory econometrics for finance**. United Kingdom: Cambridge University Press. 2002. 701p.

DICKEY, D.A; PANTULA, S. Determining the order os Differencing in Autoregressive Processes. **Journal of Business and Economic Statistic**, n 5, p. 455-61, 1987.

DICKEY, D.A.; FULLER, W.A. Likelihood ratio statistics for auto-regressive time series with a unit root. **Econometria**, 49:1057-1072,1981.

DICKEY, D.A; FULLER, W.A. Distribution of the estimator for auto-regressive time series with a unit root. **Journal of the American Statistical Association**, 74:427-31, 1979.

HATANAKA, Michio. **Time series based-based econometrics: until roots and cointegration**. New York: Oxford University Press, 1998.294 p. (Advanced Texts in Econometrics).

JOHANSEN, S. Estimation and hypothesis testing of co integration vectors in Gaussian vector autoregressive models. **Econometrica**, [S.l.], v. 59, n. 6, p. 1551-1580, 1991.

_____. **Likelihood-based inference in co integrated vector autoregressive models**. Oxford: University of Oxford, 1995.

KAHNEMAN, Daniel, TVERSKI, Amos. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-291, Mar. 1979.

MARGARIDO, Mário A; ANEFALOS, Lilian C. Testes de raiz unitária e o software SAS. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 46, t.2, p.19-45, 1999.

MARTINS, E. et. al. Índice de sentimento do investidor de Baker e Wurgler (2006) e o spread book market dos IPOs no Brasil. **Revista de Finanças Aplicadas**. P. 1-11. Agosto 2010.

MARTINS, E. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo, Atlas, 2001.

PERFECTUM ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES. **Avaliação de empresas - Valor patrimonial e valor de mercado**. Rio de Janeiro. Atualizado em 6/10/2012. Disponível em: <http://www.perfectvm.com.br/avaliacao_imobilizado.html. Acesso em: 5 ago. 2014.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Fundamentos de avaliação de empresas: foco no método de fluxo de caixa descontado: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas. 1997.

YOSHINAGA, C. E. CASTRO JUNIOR, F. H. F. Índice de sentimento dos investidores e características das empresas: uma análise dos retornos futuros das ações. **XXXIII Encontro da Anpad**. São Paulo, SP. Setembro, 2009.

Sobre a Revista Escritos

A Revista de Ciências Humanas – *Escritos* – publica trabalhos técnicos, culturais, científicos-acadêmicos, na área das Ciências Humanas, desde que atendam aos objetivos da instituição Mantenedora (Congregação dos Oblatos de São José).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO / PUBLISHING GUIDELINES

Os artigos devem tratar temas relacionados com o universo teórico das Ciências Humanas. Exceções serão avaliadas, desde que respondendo, ainda que parcialmente, a artigos anteriormente publicados pela revista *Escritos* da Faculdade Padre João Bagozzi.

Os artigos não devem exceder 7.000 palavras. Devem ser apresentados em formato eletrônico, compostos preferencialmente em *Microsoft Word*, com fonte *Times New Roman 12* e espaçamento simples entre parágrafos.

Publishing Guidelines

Articles should be presented electronically, need not be in Portuguese, should not exceed 7.000 words, and should start with an Abstract not exceeding 1.000 characters. MLA style, Microsoft Word, Times New Roman 12 and simple line spacing are preferred.

A ABNT é a referência normativa para artigos redigidos em português, e MLA (*Modern Languages Association*) para publicações em outras línguas.

Resumos em língua vernácula e estrangeira são obrigatórios.

Citações devem seguir o padrão autor-data.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a Revista não se responsabilizará pelas opiniões expressas nos artigos assinados.

A submissão de artigos para publicação implica na cessão dos direitos autorais, sem ônus para a Revista de Ciências Humanas – *Escritos*.

O autor receberá, como direito autoral, três exemplares do respectivo fascículo. Os originais enviados para a Revista *Escritos* – Revista de Ciências Humanas através do endereço eletrônico: escritos@faculdadebagozzi.edu.br, não serão devolvidos.



faculdade
BAGOZZI

(41) 3521 2727

www.faculdadebagozzi.edu.br
R. Caetano Marchesini, 952 - Portão